



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

O JORNALISMO ESPECIALIZADO EM SAÚDE
DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19:
O CASO DA AGÊNCIA LUSA

Relatório de estágio apresentado à Universidade Católica
Portuguesa para obtenção do grau de mestre em Ciências da
Comunicação, Media e Jornalismo

Por
Inês Francisca Cernadas Zenida

Faculdade de Ciências Humanas

Novembro de 2020



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

O JORNALISMO ESPECIALIZADO EM SAÚDE
DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19:
O CASO DA AGÊNCIA LUSA

Relatório de estágio apresentado à Universidade Católica
Portuguesa para obtenção do grau de mestre em Ciências da
Comunicação, Media e Jornalismo

Por
Inês Francisca Cernadas Zenida

Faculdade de Ciências Humanas

Sob orientação científica
do Professor Doutor Eduardo Cintra Torres

Novembro de 2020

Resumo

No ano de 2020, o mundo foi arrebatado pela chegada do novo coronavírus. A informação acerca do vírus tem chegado através de vários meios e fontes, tornando-se relativamente fácil a disseminação de notícias falsas, sendo necessário um jornalismo especializado que seja capaz de informar eficazmente.

O presente relatório de estágio pretende analisar de que forma é que os media, mais precisamente o jornalismo especializado em saúde, com principal enfoque na agência Lusa, atuou durante os primeiros meses da pandemia da covid-19 em Portugal.

Nesse sentido, tem como pergunta de partida “Como atuou o jornalismo especializado em saúde durante a pandemia da covid-19?”, e como respetivas questões de investigação “Como produziu a agência Lusa notícias sobre a covid-19?”, “Como foi a receção pelos médicos do jornalismo sobre a covid-19?” e “Qual a importância do jornalismo especializado em saúde?”.

Para chegar ao objetivo pretendido, optou-se pela utilização de uma metodologia qualitativa, mais concretamente entrevistas a cinco jornalistas da Lusa e a cinco médicos de diferentes especialidades, de forma a comparar posições e identificar tendências.

Os resultados demonstram que a opinião entre os médicos varia e nem todos estão seguros de que a comunicação feita tenha sido a melhor, tendo sido descrita como sensacionalista e especulativa. Por outro lado, os jornalistas salientaram que estavam mais alerta e que seguiram as regras de verificação de informação e cruzamento de fontes, cumprindo sempre o código deontológico.

Verificou-se que a informação especializada tem uma grande importância em todos os tempos, mas em especial em tempos de urgência como os de uma pandemia.

Uma vez que é um tema ainda bastante recente, não só em Portugal como no mundo, esta investigação tem como ambição acentuar a importância do jornalismo especializado e contribuir para uma comunicação mais rigorosa e clara por parte dos órgãos de comunicação social.

Palavras-chave: media, jornalismo especializado, jornalismo de saúde, desinformação, *fake news*, covid-19

Abstract

In 2020, the world was overwhelmed by the arrival of the new coronavirus. Information about the virus has come through various means and sources, making it relatively easy to spread false news, requiring specialized journalism that is capable of reporting correctly.

This internship report intends to analyze how the media, more precisely specialized health journalism, with the main focus on the Lusa agency, acted during the first months of the covid-19 pandemic in Portugal.

The starting question: “How did health specialized journalism act during the covid-19 pandemic?”, and its research questions “How did Lusa produce news about covid-19?”, “How was the reception by doctors about journalism about covid-19? ” and “What is the importance of specialized health journalism?”.

To reach the intended objective, we opted to use a qualitative methodology, more specifically interviews with five journalists from Lusa and five doctors from different specialties, in order to compare positions and identify trends.

The results demonstrate that the opinion among doctors varies and not everyone is sure that the communication made was the best, having been described as sensationalist and speculative. On the other hand, journalists emphasised that they were more alert and that they followed the rules for verifying information and crossing sources, always complying with the deontological code.

It was found that specialized information is very important at all times, but especially in times of urgency such as those of a pandemic.

Since it is still a very recent topic, not only in Portugal but also in the world, this research aims to emphasize the importance of specialized journalism and contribute to a more rigorous and clear communication by the media.

Keywords: media, specialized journalism, healthy journalism, disinformation, fake news, covid-19

Agradecimentos

Este relatório de estágio marca o fechar de um ciclo, repleto de progressos e dúvidas, evoluções e receios. Mas acima de tudo, muita vontade em fazer mais e melhor.

Aos meus avós por terem permitido que eu seguisse este caminho e se orgulharem de mim.

À minha mãe pelo apoio e ombro amigo.

À minha irmã pelo companheirismo e amizade.

Ao meu namorado pela calma e otimismo.

Ao meu orientador pela exigência e cooperação.

A todos os que passaram pelo meu caminho e me ajudaram ao longo desta batalha.

Índice

Introdução	1
Capítulo 1 – O mediatismo do jornalismo de saúde.....	4
1.1. Jornalismo especializado: o jornalismo de saúde	5
1.1.1. A importância do jornalismo especializado.....	5
1.1.2. Complexidade técnica e particularidades da comunicação de ciência	8
1.1.3. Evolução do jornalismo de saúde	13
Capítulo 2 – A desinformação	18
2.1. Propagação da desinformação	21
2.1.1. Técnicas e meios de desinformação	21
2.1.2. Fatores que promovem a desinformação	26
2.1.3. Efeitos da desinformação no público.....	30
Capítulo 3 – O jornalismo de saúde e a desinformação	33
3.1. Combate à desinformação em tempos de pandemia.....	35
3.1.1. Papel dos jornalistas e novas práticas.....	35
3.1.2. A sociedade no combate à desinformação.....	39
Capítulo 4 – As agências noticiosas	43
4.1. Breve história da Lusa	44
4.2. Lusa no combate à desinformação.....	46
Capítulo 5- Memória descritiva do estágio na Agência Lusa.....	49
Capítulo 6- Metodologia da investigação	53
6.1. Objeto de estudo, pergunta de partida e questões de investigação	53
6.2. Método de pesquisa qualitativo	54
6.3. A amostra.....	56
6.4. Os procedimentos de análise	59
Capítulo 7- Apresentação e discussão dos resultados	62
7.1. Análise e interpretação dos resultados.....	62
7.1.1. Produção da Lusa sobre a covid-19 e o perigo das <i>fake news</i>	62
7.1.2. Receção pelos médicos ao jornalismo sobre a covid-19	65
7.1.3. O jornalismo de saúde e a sua importância	68
Conclusão	74
Referências Bibliográficas.....	77
Anexos.....	88
Anexo A- Eduardo Infante de Oliveira.....	88

Anexo B- Filipe Froes	90
Anexo C- José Manuel Boavida	93
Anexo D- Maria José Verdasca	96
Anexo E- Mónica Fonseca	98
Anexo F – Luísa Meireles	102
Anexo G- Jornalista não identificado (PV)	104
Anexo H- Elsa Resende	108
Anexo I - Susana Oliveira	111
Anexo J- Helena Neves Marques	117

Índice de figuras

Figura 1: An interactive model of research design, in Joseph Maxwell (2012).	54
Figura 2: Modelo qualitativo, in Joseph Maxwell, aplicado à investigação.	61

Índice de tabelas

Tabela 1: grupo de jornalistas entrevistados, função e meio de entrevista.....	57
Tabela 2: grupo de médicos entrevistados, função e meio de entrevista.....	57

Introdução

O jornalismo especializado em saúde nunca foi tão importante como agora e coincidentemente, nunca atravessou tantos desafios.

Os jornalistas especializados em saúde são jornalistas que cobrem, de forma quase exclusiva, os temas relacionados com saúde e por esse motivo, têm uma maior facilidade em chegar às fontes indicadas, em descodificar os termos específicos da área e em saberem o que é ou não notícia. Nos tempos em que vivemos, a desinformação relacionada com a saúde é uma preocupação ainda mais atual e pertinente e os jornalistas especializados no tema são as pessoas mais indicadas para comunicar acerca dele.

Os jornalistas têm a obrigação de verificar as fontes, escrever com clareza e rigor e apenas dar uma notícia quando têm a certeza de que está correta. Em tempos de pandemia, numa altura em que o tema interessa a todas as pessoas, o cuidado deve ser ainda maior. Cobrir uma área tão única como a da saúde exige que o jornalista esteja em constante alerta e que aja com cautela, pois basta um pormenor estar descontextualizado para a notícia ser falsa.

Apesar dos esforços dos profissionais da comunicação em esclarecer o público, a velocidade das redes sociais e a criação de informação deliberadamente errada por pessoas que nada sabem acerca do assunto, fazem com que a desinformação surja e atinja um grande número de pessoas. Hoje em dia qualquer pessoa pode fazer a cobertura de um acontecimento e com um simples *click*, partilhar para milhares de pessoas.

Atualmente os media estão perante novas adversidades, rotinas jornalísticas e são confrontados com a ditadura da urgência e do imediato. Tem-se assistido a um jornalismo sem tempo para investigação e análise profunda, colocando em causa a qualidade da informação. Apesar disso, estes tempos de urgência trouxeram ao de cima a importância de um jornalismo especializado e com capacidade de informar corretamente: o jornalismo especializado em saúde.

Como o novo coronavírus atingiu todo o mundo de uma forma arrebatadora, as pessoas tiveram de se adaptar. Chega-se assim ao objetivo deste relatório: perceber como é que o jornalismo especializado em saúde atuou durante os primeiros meses da pandemia da covid-19, em Portugal, tendo como foco a agência Lusa, local onde realizei o meu estágio curricular.

A escolha deste tema relacionou-se, primeiramente, com o facto de ter estagiado na editoria de Sociedade, que está dividida por especializações de jornalistas, consoante a sua área. Logo aí surgiu a curiosidade em querer conhecer mais acerca do jornalismo especializado. De seguida, com o surgimento da covid-19, o meu gosto pessoal por notícias relacionadas com saúde veio ao de cima. Notei que poderia associar estes dois temas e ainda acrescentar o tema do combate às *fake news*, que coincidentemente é um projeto que a agência Lusa também tem vindo a desenvolver.

Posto isto, a pergunta de partida deste relatório é: Como atuou o jornalismo especializado em saúde durante a pandemia da covid-19? As questões e investigação que lhe estão associadas são: 1- Como produziu a agência Lusa notícias sobre a covid-19?; 2- Como foi a receção pelos médicos do jornalismo sobre a covid-19?; 3- Qual a importância do jornalismo especializado em saúde?.

De forma a dar resposta a estas questões foi utilizado um método de pesquisa qualitativo, mais concretamente entrevistas semiestruturadas a jornalistas da agência Lusa e a médicos de diferentes especialidades. Através desta metodologia é possível chegar a um conhecimento profundo que permita identificar tendências e comparar posições acerca do tema. Estes dois grupos de agentes relevantes possibilitam que se tenha a visão tanto dos produtores de notícias, os jornalistas especializados, como de recetores/ leitores com um grande domínio e competência acerca da área da saúde, os médicos.

Este relatório começa por três capítulos teóricos. O primeiro debruça-se sobre o jornalismo especializado em saúde, apontando-se a sua importância, as suas complexidades e particularidades e apresentando-se a sua evolução do mesmo ao longo dos anos. No segundo capítulo entramos no tema da desinformação e *fake news*, estando enumerada como é feita a propagação da desinformação, as suas técnicas e meios de difusão, os fatores que a promovem e os seus efeitos no público em geral. O terceiro capítulo faz a ponte entre os dois temas acima apresentados, ou seja, é a união entre o jornalismo de saúde e a desinformação, nomeadamente o seu combate em tempos de pandemia, tanto por parte dos jornalistas como da sociedade.

A seguir, o quarto capítulo diz respeito à história das agências noticiosas, com destaque para a agência Lusa. Neste capítulo também são descritos todos os projetos desenvolvidos pela Lusa no combate à desinformação.

No quinto capítulo é feita a memória descritiva do estágio na agência Lusa, na editoria Sociedade, onde é relatada detalhadamente a minha experiência enquanto estagiária, as minhas funções, o que correu bem e o que correu menos bem e ainda algumas das peças escritas por mim e que mais me marcaram.

No sexto capítulo procede-se à metodologia da investigação, com a exposição do objeto de estudo, pergunta de partida, questões de investigação e explicação da escolha do método de pesquisa qualitativo e da amostra respetiva. Também são apresentados os procedimentos de análise que serão desenvolvidos no capítulo seguinte.

O sétimo capítulo dá conta da apresentação e discussão dos resultados, comparando-se as várias posições e opiniões dos entrevistados, jornalistas e médicos, relativamente à forma como a comunicação foi feita durante a pandemia da covid-19. Uma vez que as entrevistas obtiveram um grande valor investigativo e conhecimento acerca do tema, este capítulo é dedicado exclusivamente à exposição dos pontos de vista e pareceres dos entrevistados, permitindo verificar tendências e responder à pergunta de partida e respetivas questões de investigação.

Por último, referir que a tradução de citações de obras estrangeiras presentes neste relatório é da minha responsabilidade.

Capítulo 1 – O mediatismo do jornalismo de saúde

As mudanças que têm vindo a ocorrer no campo jornalístico fazem questionar se nos encontramos perante simples desenvolvimentos que configuram cenários novos ou se diante uma rutura relativamente àquilo que tem sido característico do jornalismo (Pinto, 2004, p.6). Nos últimos anos tem-se assistido ao aumento de uma “desintermediação” profissional do acesso às informações de saúde. Em parte devido à globalização, a democratização do acesso à informação através das novas tecnologias tem uma grande influência, pois para além de permitir uma maior facilidade de acesso aos conteúdos, é também possível criar mensagens sobre qualquer área do conhecimento (de Azevedo, 2012, p.185).

O fim do jornalismo é um tema que tem vindo a ser debatido nos últimos anos, em especial, devido ao aparecimento da Internet e das redes sociais. Com a evolução das tecnologias, o jornalismo em geral, e em particular o jornalismo de saúde, tiveram de se modificar (de Azevedo, 2012, p.185).

Além de informar o público, as notícias de saúde definem as agendas dos políticos e dos profissionais da saúde. O conceito de ‘agenda mediática’ explica a influência dos media ao determinar a importância das notícias relativas ao tema (Len-Ríos, Hinnant, Park, Cameron, Frisby & Lee, 2009, p. 316). Para os autores em causa, os media desempenham um papel fundamental na transmissão de conhecimento e consciencialização de questões relacionados à saúde pública, existindo uma relação recíproca entre a comunidade científica e a imprensa.

Com todo o mediatismo à volta do jornalismo de saúde, pode considerar-se que os media são parceiros estratégicos tanto para melhorar a literacia mediática como para aumentar os resultados na educação para a saúde (de Azevedo, 2012, p. 188).

Para refletir acerca do jornalismo científico na atualidade, nomeadamente o jornalismo de saúde, é necessário definir alguns conceitos, estudar a sua evolução e compreender as suas especificidades.

1.1. Jornalismo especializado: o jornalismo de saúde

1.1.1. A importância do jornalismo especializado

O jornalismo é, por definição, uma prática social voltada para o “contar histórias”. O jornalista capta o mundo, conforma-o e informa-o através de um dizer (Tavares, 2007a, p.42).

O jornalismo é frequentemente visto como uma mediação. O discurso jornalístico como forma de mediação serve como facilitador que procura colmatar o desequilíbrio factual e discursal entre diferentes interlocutores (Isani, 2007).

Segundo a mesma fonte, também o jornalismo especializado requer o cruzamento entre o jornalismo de imprensa e os discursos culturais temáticos. Este tipo de jornalismo diz respeito à construção de notícias que estejam em sintonia com o universo científico e com o senso comum (Tavares, 2007b).

O jornalista especializado é a junção intercultural entre cinco culturas discursivas diferentes: a sua profissão, o jornal ou agência de notícias em que trabalha, o assunto, o público alvo e ele próprio. As pressões exercidas por esses diferentes substratos culturais variam em grau, desde abertamente prescritas até tacitamente reconhecidas ou mesmo implementadas inconscientemente (Isani, 2007).

Em termos históricos, a especialização jornalística está interligada à evolução dos meios de comunicação e à formação de grupos sociais consumidores de media cada vez mais distintos e únicos (Tavares, 2007b). Para o autor, o jornalismo especializado não deve ser uma questão de conteúdos ou audiências, mas sim uma nova metodologia do trabalho jornalístico, fundadora de novos produtos.

A articulação do campo jornalístico em torno dos pólos generalista/especialista reflete tanto as características do público como as características dos meios de comunicação e dos jornalistas (Marchetti, 2005).

Em 1966, o sociólogo Richard Maisel relatou na conferência da *American Association for Public Opinion Research* que desde a Segunda Guerra Mundial, os meios de comunicação especializados tinham tido um maior crescimento e notoriedade do que os media generalistas, em todas as plataformas. As revistas trimestrais, ainda que com a sua audiência limitada, saíram-se melhor do que as revistas mensais, que por sua vez se saíram

melhor do que as semanais. Poucas eram as pessoas que liam o jornal inteiro, concentrando-se apenas naquilo que lhes chamava a atenção e interessava realmente (Meyer, 2008).

Numa sociedade com interesses tão distintos, em que cada pessoa elege as suas prioridades com base não só nas suas escolhas individuais, mas muitas vezes individualistas, o jornalismo enquanto atividade que seleciona e determina o grau de importância de cada informação é cada vez mais considerável (de Araújo Abiahy, s/d, p. 5).

No entanto, a comunicação especializada relacionada ao discurso está longe de ser homogênea, visto que apresenta uma série de variáveis pragmáticas de acordo com o status especializado dos interlocutores (Isani, 2007). Gotti (2005, p. 25 e 26) identifica três tipos de interlocutores: o especialista, o aprendiz e o leigo.

Também o grau de especialização de um meio de comunicação depende de alguns fatores como o tipo de meio, as suas especialidades e a posição que ocupam na própria hierarquia (Benson & Neveu, 2005).

Relativamente à especialização dos jornalistas, esta pode estar associada a meios de comunicação específicos (jornalismo televisivo, radiofónico, digital), a temas (jornalismo económico, ambiental, desportivo) ou ao resultado de ambos (jornalismo desportivo radiofónico, jornalismo cultural impresso) (Tavares, 2007b).

Ao ser reconhecido o jornalismo especializado, a imagem do jornalista associada a conhecimentos gerais básicos, deixa de ser a única perspetiva para este profissional (de Araújo Abiahy, s/d, p. 7).

Com o desenvolvimento desta especialização, a preparação na área jornalística, que não exige um conhecimento específico, começou a ser questionada.

Os cursos dão muita coisa que, no fundo, são apenas noções. Por isso, o jornalista ficou com a fama de ser um especialista em generalidades. A meu ver o curso de jornalismo deveria ser um curso de pós-graduação. O ideal seria ter nas redações economistas, sociólogos ou médicos que, além do curso específico, tivessem uma pós-graduação em jornalismo e aprendessem como contar as coisas e escrever com clareza (Abramo, 1988).

De facto, vários cientistas da Europa e dos EUA apontam que existe uma baixa qualidade nas notícias especializadas, acusando os jornalistas de sensacionalismo, imprecisão e delitos relacionados com o tema. A solução apresentada é a substituição de repórteres comuns por cientistas, quando a notícia assim o justificar (Wilkes, 2002, p.1005).

Para o autor, transformar especialistas em jornalistas é a melhor opção, por dar um maior contributo à sociedade para o entendimento da matéria em causa.

No entanto, há quem pense que a solução não é assim tão linear. Linden (2003, p.66) acredita que caso se seja um jornalista experiente, a especialização em determinada área é relativamente fácil. Por outro lado, caso seja especialista, é muito mais difícil tornar-se jornalista, devido à ausência de experiência e até de vocabulário.

A Teoria da Cognição sustenta que, para difundir o conhecimento de algo, é preciso entendê-lo e construir um modelo mental do mesmo, ou seja, construir uma estrutura incompleta e aproximada a um contexto cultural que é a cumulação da memória. Isto significa que um repórter de política nacional não precisa de ser um cientista político, mas deve dispor do máximo de informações acerca da história recente, a organização do Estado e a natureza dos factos políticos (Lage, 2005, p.111 e 112).

Esta ideia é corroborada por Bahia (1990, como referido em Tavares, 2007b) que acredita que quem deve efetuar a “literatura técnica do produto a ser comunicado” é um “especialista treinado em notícias” e o jornalista deve ter presente o conhecimento técnico e a experiência.

Sousa (1997) realizou um estudo em Portugal com sessenta diretores de empresas jornalísticas em que constatou que a especialização é uma tendência crescente no mercado de trabalho do jornalista e o profissional deve apostar numa formação especializada em alguma área.

Em concordância, Wilkes (2002, p.1007) refere que os editores acreditam que um jornalista inteligente e com experiência consegue produzir uma história muito mais interessante do que um especialista num certo tema, mencionando que nos Estados Unidos da América quem controla os meios de comunicação social tende a preferir jornalistas generalistas a especialistas da matéria.

Ainda que vários autores concordem que é necessário apostar na especialização dos jornalistas, creem que as insuficiências na formação jornalística são mais que muitas, bem como a falta de preparação pelas universidades (de Araújo Abiahy, s/d, p.8 e 9). A autora afirma ainda que uma das suas principais preocupações é a inadequação dos currículos para essa crescente especialização no mercado jornalístico.

Um estudo de Menezes (2018) verificou que desde 2000 a existência de repórteres especializados tem vindo a diminuir, levando a que os jornalistas generalistas enfrentem

vários desafios na cobertura de notícias científicas. Para o autor, é fundamental um modelo de treino para os jornalistas se especializarem em temas científicos, de forma a que os leitores confiem nas informações que lhes chegam.

O jornalismo especializado dá aos meios de comunicação a oportunidade de responder aos desafios do conhecimento da sociedade que tem vindo a perder referências amplas por não saber estabelecer análises profundas e rigorosas da vida quotidiana, relacionando-a à realidade da pesquisa científica (Tavares, 2007b).

Atribui-se a esse tipo de jornalismo, portanto, o papel de buscar intermediar saberes especializados na sociedade, construindo um tipo de discurso que, noticioso, ou ‘apenas’ informacional, promova um outro tipo de conhecimento que se funde-geralmente- na compreensão conjunta do universo científico e do senso comum (Tavares, 2007b).

Uma das principais contribuições que importa realçar do desenvolvimento do jornalismo especializado é a valorização de temas que antes não tinham importância. O jornalismo especializado colabora para expressar os diferentes pontos de vista existentes na sociedade, evidenciando a própria visão de mundo dos públicos diferenciados (de Araújo Abiahy, s/d, p. 26).

Por fim, de Araújo Abiahy considera que o papel de coesão social no jornalismo especializado passa a cumprir a função de agregar indivíduos de acordo com as suas afinidades ao invés de tentar nivelar a sociedade em torno de um padrão médio de interesses que jamais atenderia à especificidade de cada grupo.

1.1.2. Complexidade técnica e particularidades da comunicação de ciência

A comunicação de ciência é uma área que interliga os especialistas e os jornalistas.

A especialização jornalística, para além dos conteúdos específicos, carece de um discurso também ele específico. Por um lado, o discurso do jornalista deve adaptar-se ao do especialista (convergência ascendente), enquanto que por outro lado, o discurso produzido pelo jornalista deve adaptar-se à linguagem comum do leitor (convergência descendente) (Isani, 2007).

De facto, um cientista sente-se mais à vontade a falar com um repórter especializado uma vez que ele “não faz as banais questões estúpidas e percebe o que ele diz” (Wilkes, 2002, p.1006).

As notícias devem ser simplificadas e objetivas, de modo a que o público fique esclarecido. Muito se debate acerca da objetividade no jornalismo, se existe ou não, se deve ou não existir e se é de facto possível transmitir algo de forma objetiva.

Abramo, Biondi e Souza (2003, p. 57) discordam da existência de objetividade no mundo do jornalismo, referindo que existe uma falsa objetividade que se restringe aos aspetos meramente aparentes e quantificáveis da realidade, mas acredita que é possível e fundamental existir objetividade nesta área.

É possível fazer jornalismo com o máximo possível de objetividade. Mais ainda, é desejável fazê-lo porque essa é a única forma de reduzir ao máximo o erro involuntário e impedir a manipulação deliberada da realidade. É fundamental separar e distinguir informação de opinião, indicar as diferenças de conteúdo e forma dos géneros jornalísticos, e apresentar toda a produção jornalística ao leitor/telespectador de forma a que ele perceba imediatamente o que é a exposição da realidade, e o que é ajuizamento de valor (Abramo et al., 2003, p.58).

Por esse motivo, é fulcral que seja um jornalista especializado a tratar temas científicos, visto que se “encontra autorizado a produzir pautas na área sem prejudicar a credibilidade do jornal ou, diretamente, sem influenciar negativamente na sua audiência” (de Miranda, 2014, p. 140).

Para melhor comunicar os factos científicos, os jornalistas recorrem a várias estratégias linguísticas, como metáforas e analogias. No entanto, segundo os cientistas, isto pode levar a erros e simplificações interpretativistas das suas ideias (Bertolli Filho, 2006).

Para que tal não aconteça, o jornalista especializado em ciência tem que ter a preocupação acrescida de esclarecer completamente o público e supor que o mesmo não sabe nada acerca do tema, ou seja, deve perceber as matérias e explicá-las da forma mais clara possível.

Quanto mais trabalho tiver o jornalista para elaborar as reportagens, menos trabalho terá o leitor para entender o que o jornalista pretende comunicar. (...) O jornal deve relatar todas as hipóteses sobre um facto, em vez de esperar que o leitor as imagine. (...) Deve explicar cada aspecto da notícia, em vez de julgar que o leitor já esteja familiarizado com eles. Deve organizar os temas de modo que o leitor não tenha dificuldade de encontrá-los ou lê-los (Manual da Redação, 2001, p. 45, como referido em Bertolli Filho, 2006).

Esta necessidade de simplificar e produzir textos para o leitor comum, remete para uma das questões mais discutidas acerca da prática do jornalismo científico: o profissional é apenas um tradutor do discurso científico para um vocabulário inteligível pelo homem do povo? (Praticco, 1998, como referido em Bertolli Filho, 2006). Para o autor, o jornalista científico é um exemplo da dificuldade que é fazer a ponte entre as extremidades de duas ilhas. Para De Oliveira Tôzo (s/d, p.3) o jornalismo não tem apenas o papel de decodificador, mas sim o papel utilitário para a sociedade.

No entanto, Teixeira (2002, como referido em Clébicar & Lerner, s/d), acredita que a confiança na ciência e a esperança nos avanços biomédicos reduziram os media e os seus jornalistas a tradutores dos discursos que as fontes propagam.

Zamboni (2001, como referido em Bertolli Filho, 2006) defende a “ideia de que o discurso de divulgação científica constitui um género de discurso científico, resultado de um efeito trabalho de formulação discursiva, no qual se revela uma ação comunicativa que parte de um ‘outro’ discurso e se dirige para ‘outro’ destinatário”.

Como os jornalistas não são cientistas nem especialistas e como a indústria sobrevive através da maximização de lucros, existem algumas limitações ao jornalismo científico que podem ter um impacto negativo na cobertura da ciência pelos media, pelo que na melhor das hipóteses, apenas é possível minimizar esses impactos (Resnik, 1998, p.8). Para além da dificuldade em transmitir notícias científicas, existem outros constrangimentos e particularidades associadas ao jornalismo científico.

O analfabetismo científico (Bertolli Filho, 2006) é comum no mundo do jornalismo. Existe uma grande deficiência na formação dos jornalistas, sendo nítida a falta de adequação das escolas de nível superior às transformações que os meios de comunicação social têm atravessado (de Araújo Abiahy, s/d).

Por vezes, os jornalistas não conseguem dar uma ideia precisa dos tópicos científicos que lidam, e, ao não atenderem aos critérios de precisão das notícias podem ser considerados descuidados, irresponsáveis, incompetentes ou antiéticos (Resnik, 1998, p.3).

Tal como argumenta De Azevedo (2012, p. 192), a cobertura de temas relacionadas à saúde sofre uma incompreensão e má utilização de termos empregados por profissionais de saúde, bem como a inexistência de uma consciência cívica e política na promoção da saúde, por parte dos jornalistas.

Os interesses das empresas e dos institutos de pesquisa (Bertolli Filho, 2006) também são um grande entrave para o jornalismo científico. Por vezes os jornalistas são seduzidos a transmitirem algo que vá ao encontro de interesses empresariais, políticos e económicos, sendo eventualmente sujeitos a subornos. Para Benson e Neveu (2005) o campo do jornalista é visto como parte do campo de poder, ou seja, tende a envolver-se com os agentes que possuem maiores volumes de capital, não sendo raro serem estigmatizados por serem parciais relativamente aos temas ou por serem ativistas de certa instituição. Por outro lado, o facto de haver, nas redações dos jornais portugueses, poucos jornalistas especializados, pode fazer com que os jornalistas se tornem um alvo mais fácil de manipular e de “alimentar” com informação pouco precisa ou enviesada (Lopes, Ruão, Marinho, Coelho, Fernandes, Araújo & Gomes, 2013, p.34).

As divergências entre cientistas e especialistas, tópico já abordado no capítulo anterior, é uma das dificuldades mais abordadas na atividade do jornalismo científico. Por um lado, os cientistas denunciam a falta de conhecimento por parte dos jornalistas, por outro lado, os jornalistas manifestam a falta de consideração que os cientistas têm em relação às perguntas que lhes são dirigidas, não abrindo mão de explicações complexas nem do uso de terminologias científicas (Bertolli Filho, 2006, p.12).

Para Ladle, Jepson e Whittaker (2005, p. 231) a linguagem cuidadosa e medida da ciência não se adapta bem ao sensacionalismo, modo de comunicação da maioria dos meios de comunicação contemporâneos. Os autores sublinham que ocorre uma distorção da informação à medida que a ciência é traduzida para o idioma dos media. No entanto, também defendem que para que exista equilíbrio, precisão e um melhor entendimento do público da ciência, os cientistas precisam de entender melhor o processo pelo qual a sua ciência é transformada em notícia (idem, p. 232).

Miglianccio (2003) acredita que o mais importante é que haja uma concordância entre os profissionais de comunicação e os produtores de saber científico, uma vez que o progresso da ciência depende da compreensão do público e que dentro do público em geral estão os representantes encarregados de fazer as leis.

Friedman (1986, p. 105) refere que um bom jornalista especializado em ciência é aquele que satisfaz tanto os editores como os leitores e apresenta uma história precisa, enquanto que um bom cientista é aquele que percebe os problemas dos repórteres e tenta trabalhar em conjunto com eles. Também Lopes et al (2013, p. 31) defendem que é

necessário um “aperfeiçoamento de processos quer daqueles que disponibilizam informação (das fontes de informação), quer daqueles que transformam essa informação em discurso jornalístico (os jornalistas)”.

A questão das fontes também é um ponto a ter em conta. Para além do contacto direto com os laboratórios e com os especialistas, a obtenção por parte dos jornalistas especializados de informações acerca de uma matéria tão particular e distinta quanto a ciência, pode ser feita através de várias maneiras. Efetivamente, “o jornalista precisa de contactos para se certificar da veracidade de uma informação ou aprofundar o seu conhecimento sobre determinado assunto que poderá ser abordado” (Pellegrini, 2008, p. 279, como referido em Gomes, 2012, p. 26). Para Resnik (1998) se as fontes são cada vez mais importantes para os comunicadores, também elas podem resultar em interpretações enganosas dos factos. Palestras à imprensa, comunicados à imprensa, congressos científicos, resumos e *press releases* são algumas fontes de informação (Bertolli Filho, 2006, p. 15), que “os jornalistas devem ponderar se as informações recebidas atendem exclusivamente ao interesse público ou se visam interesses comerciais ou promocionais”. Todas as fontes de informação procuram influenciar a agenda mediática e o processo de produção noticiosa, de modo a criarem esquemas de interpretação social dos temas que lhes interessam (Lopes, Ruão, Marinho & Araújo, 2011, p. 103).

De facto, se o jornalista não conhecer bem o tema, fica mais vulnerável a receber informações incorretas e a ser influenciado (Marinho & Ruão, 2012, p. 60). Santos (2006, p.48) entende que a relação entre jornalistas especializados e as suas fontes pode resultar em dependência, devido à proximidade e confiança que estabelecem. Esta relação entre os dois profissionais passa por momentos de tensão ou afastamento e de negociação ou proximidade, num jogo que se assemelha a uma “dança” (Gans, 2004).

Ainda assim, para um jornalista especializado ter sucesso, também depende muito da habilidade de manter a atenção do seu público e de conquistar aquele que até então não se mostrava interessado. Burkett (1990, p.38) deu como exemplo a necessidade de explorar temas apelativos, sobretudo em relação à saúde e à sexualidade.

O sucesso do jornalismo científico também está relacionado com a perceção das demonstrações científicas por parte do público. As notícias que começam com “afirmam os cientistas” ou “de acordo com os cientistas” podem enganar o público, que pode pensar que as afirmações que seguem essas frases são uma verdade absoluta e pode ser depositado uma

confiança exagerada na ciência (Resnik, 1998, p. 8). Por outro lado, quando alguém debate ou critica uma hipótese importante, o público pode considerar essa hipótese “não comprovada” ou “rejeitada”, mesmo quando a maioria dos cientistas a aceita (idem, p.9).

Consequentemente, este jornalismo especializado criou os chamados “nichos”, que se multiplicaram e criaram pequenos públicos altamente envolvidos com os seus temas (Souza, 2016, p. 10). As organizações de notícias são mais propensas a ver a ciência como uma área de nicho, pelo que nas organizações maiores a ciência é coberta por um repórter especializado, enquanto que nas organizações mais pequenas é coberta por um repórter generalista (Friedman, 1986).

De uma forma geral, os repórteres especializados em ciência tendem a ser melhor informados no tema comparativamente aos jornalistas generalistas (Weigold, 2001, p.170), e têm valores de notícias um pouco diferentes, favorecendo alternativas às notícias mais difíceis pois esses formatos permitem uma comunicação mais eficaz (Friedman, 1986).

1.1.3. Evolução do jornalismo de saúde

O jornalismo especializado em saúde é considerado como um “braço do jornalismo científico construído pela interação de médicos, biólogos, farmacêuticos, entre outros” (de Oliveira Tôzo, s/d, p.3).

Para Renaud e Sotelo (2007, p.215), a comunicação em saúde define-se como “o estudo e utilização de estratégias de comunicação interpessoais, organizacionais e mediáticas destinadas a informar e influir nas decisões individuais e coletivas propícias à melhoria da saúde”.

Teixeira (2004, p. 615) define-a como o “estudo e utilização de estratégias de comunicação para informar e para influenciar as decisões dos indivíduos e das comunidades no sentido de promoverem a sua saúde” e Moisés (2003, como referido em Gomes, 2012) considera-a “uma chave, dentro do processo educativo, para compartilhar conhecimentos e práticas que podem contribuir para a conquista de melhores condições de vida”.

Para Azevedo (2009) uma das primeiras manifestações do jornalismo de saúde europeu aconteceu por volta da década de 50, quando uma médica francesa começou a escrever semanalmente no diário francês “Le Monde”.

A nível mundial, o pioneiro do jornalismo científico foi o alemão Henry Oldenburg (de Miranda, 2014, p. 138), diplomata, teólogo e filósofo. Para a autora, os maiores saltos

da especialização jornalística surgiram entre os séculos XIX e XX. Tanner (2004b) sugere que o pós 11 de setembro tenha contribuído para o crescente interesse pelas notícias de saúde.

Richard Calder, jornalista inglês, também foi um precursor ao escrever assuntos da área no jornal Daily Mail, tendo sido ele um dos responsáveis pela criação da Associação Britânica dos Escritores de Ciência em 1945 (De Oliveira, 2006). Em 1971, as associações já existentes na Europa uniram-se e criaram a União das Associações de Jornalismo Científico, para incentivar a divulgação da ciência por todo o continente (idem, 2006).

Os anos 80 podem ser considerados como a época de maior crescimento da comunicação em saúde. De Azevedo (2012, p. 190) enumera o aumento da preocupação com o corpo e aspeto físico, o aumento do número de casos de sida e consumo de drogas, a intensificação dos estudos a unir a comunicação e a área da saúde que culminou na criação da revista *Health Communication* e a primeira reunião estratégica no Canadá entre vários países para melhorar a saúde mundial, como os acontecimentos que marcaram este campo.

Desde 1990 que as pesquisas mostram um crescente interesse do público pela informação sobre saúde veiculada nos media, obrigando esses meios a desenvolverem alguma especialização interna (Levins, 1995). A internet, nos anos 90, abriu fronteiras do conhecimento científico, disseminando a informação no campo da saúde (Azevedo, 2009, p. 4).

A crescente influência da medicina no modo como os indivíduos interpretam a realidade, é denominada por vários autores como a “medicalização” (Lopes et al., 2011, p. 103) e trata-se de uma “característica da teoria médica nascida no século XIX (com o desenvolvimento do capitalismo e da urbanização) que integra a intenção de prescrever às pessoas novas formas de viver, comportar-se e atuar”.

Segundo McAllister (1992), a reprodução do discurso das fontes de saúde tem vindo a resultar devido à concordância entre o valor da objetividade jornalística e as perspetivas “medicalizadas” suportadas cientificamente, da dependência do jornalista em relação às fontes e das próprias necessidades do jornalismo.

A maneira como os media transmitem as notícias influencia a perceção dos consumidores, na medida em que muitos deles assumem como suas, as opiniões que são propagadas pelos meios de comunicação. Mendes (2004, p.151) argumenta que os media

definem as estruturas da atenção, ou seja, aquilo que “o público é chamado a tomar em conta e aquilo que deve ser ignorado”.

Diversos autores entendem que os media, na sua vertente noticiosa, se assumem como os principais canais de informação sobre a saúde, contribuindo para criar uma certa sensibilidade pública e influenciando, por vezes, as decisões que os cidadãos tomam a esse nível (Lopes et al., 2013, p.30).

A atenção dada pelos jornalistas aos problemas da saúde, pode de facto alterar comportamentos nas sociedades, influenciar o uso que as populações fazem dos cuidados de saúde que têm à sua disposição ou induzir a alguma prática clínica (Vasconcelos, 2005, p. 248). Através do agendamento, o jornalismo de saúde tem cumprido a tarefa de manter os temas das campanhas de saúde visíveis, dando aso à formação da opinião pública (de Azevedo, 2012, p. 189).

Cooper e Roter (2000, p.336) apontam que as notícias de saúde são frequentemente classificadas pelos telespectadores como a categoria que mais lhes interessa. Segundo os resultados de sondagens maioritariamente realizadas nos Estados Unidos da América, “mais de metade dos norte-americanos segue de perto as notícias de saúde; apenas o crime e os acontecimentos da comunidade recebem mais atenção”(Schwartz & Woloshin, 2004, p.226). No entanto, relativamente ao tema da saúde, o público não prefere valores sensacionalistas (Cooper & Roter, 2000, p.336).

Este crescimento da informação sobre a saúde, verificado ao longo dos anos, está relacionado com uma maior disponibilidade dos profissionais de saúde e com um reforço das atividades de *marketing* e comunicação estratégicas promovidas pelos agentes da saúde, em que face ao Estado Providência, as instituições de saúde entraram em estados de mercado, e os pacientes passaram a ser vistos como clientes (Lopes et al., 2011, p. 104).

O modelo de negócio da gestão privada começou a ser aplicado no setor, pelo que os custos de comunicação e relações públicas aumentaram (idem, 2011, p.104). Além disso, atualmente parece existir uma correlação positiva entre as mensagens produzidas pelas assessorias de imprensa e a cobertura mediática sobre a saúde (Lopes et al., 2011, p.106).

Gomes (2012, p. 350) defende que “atualmente, as notícias de saúde são encaradas pelos media como um produto cujo objetivo final é ser vendido”. Para a autora, o jornalismo de saúde funciona como resposta a interesses políticos, dada a forte presença de fontes oficiais, ou seja, fontes ligadas ao Governo. Por um lado, os meios de comunicação têm um

papel importante nos processos políticos, por outro lado, também são passíveis de ser usados e manipulados como tubos de ensaio para captar a opinião geral sobre determinado tema (Miller, 1998).

O poder das relações públicas na saúde é reforçado por algumas especificidades do jornalismo de saúde que tornam a produção de informação muito dependente das competências técnicas das fontes (organizações, cientistas ou médicos) (Lopes et al., 2011, p. 106). Estes profissionais cada vez exercem uma influência maior sobre a agenda dos media, dada a complexidade técnica da informação (Tanner, 2004a). Springston e Lariscy (2005, p. 218) afirmam mesmo que no setor público da saúde, a necessidade de relações públicas estratégicas nunca foi tão grande.

Tem-se verificado um processo de desenvolvimento e autonomização da área da saúde, cujos conteúdos deixam de estar dispersos por várias agendas, para se juntarem num “jornalismo de saúde”, que leva cada vez mais órgãos de comunicação social a considerarem uma “agenda de saúde” (Vasconcelos, 2005, p.247).

Atualmente, o nível de conhecimentos e exigências é francamente superior ao do passado, o que significa, neste caso para os media, a existência de um maior desafio na saúde, em termos de complexidade- quanto mais informado for o público, mais conhecedor e competente terá de ser o jornalista (Vasconcelos, 2005, p.251)

De facto, a crescente preocupação com os temas relacionados à saúde por parte do público e a atenção que os media lhe dedicam, obrigam a que a formação em jornalismo de saúde seja cada vez mais uma necessidade, para que os jornalistas consigam acompanhar os interesses do público e fornecer-lhe informação de qualidade (Araújo, Lopes & Ruão, 2013, p. 144).

Em termos de formação, em Portugal apenas existe um mestrado de Comunicação em Saúde, na Universidade de Lisboa e outro na Universidade Aberta, um curso de pós-graduação em Jornalismo em Medicina e Saúde, na Universidade de Coimbra, em colaboração com o Sindicato dos Jornalistas; e também na Universidade de Coimbra, em colaboração com o Instituto Nacional de Medicina Legal, um Curso de Introdução às Ciências Médico-Legais e Forenses, em regime de seminário de um ou mais dias, especificamente dirigido a jornalistas e estudantes de jornalismo e por fim, um seminário sobre Jornalismo de Saúde e a Ordem dos Médicos realizado em 2007 pelo CENJOR, e um outro em 2008 e 2009 (com a duração de um dia e com participação por convite) sobre a

Medicina e os Media (Marinho, Lopes, Ruão & Araújo, 2012, p.58). Recentemente abriu uma pós graduação em Comunicação em Saúde Pública, na Universidade Católica Portuguesa.

Para dar resposta aos interesses e necessidades do público de forma credível e de qualidade, Portugal ainda tem um longo caminho a fazer na área da comunicação na saúde, embora não seja dos casos menos desenvolvidos quando comparado com outros países da União Europeia (Marinho et al., 2012, p.56). Para Salzedas (2020) o jornalismo de saúde precisa de mais jornalistas de saúde.

De Farias (s/d, p. 9) refere que deve existir uma reflexão final acerca da relação conhecimento médico, sociedade e jornalismo e que em nenhuma outra instância, o papel de mediador do jornalista aponta tanto para a vida humana.

Capítulo 2 – A desinformação

As notícias falsas, histórias fabricadas, boatos, manchetes que são isco de cliques (as chamadas *clickbait*s) não são novidade (Delmazo & Valente, 2018, p. 156), mas tornaram-se mais evidentes e populares devido às eleições presidenciais dos Estados Unidos da América em 2016 (Allcott & Gentzkow, 2017, p.212) e após a votação do Brexit (Lilleker, 2017), uma vez que as eleições foram marcadas pela “disseminação deliberada de informação de alguma forma manipulada ou inverídica” (OberCom, 2018, p. 16).

No entanto, a comunicação em rede e as novas tecnologias “simplificaram a manipulação e a fabricação de conteúdo, e as redes sociais ampliam dramaticamente falsidades propagadas por Estados, políticos populistas e entidades corporativas desonestas” (Ireton & Posetti, 2019, p.16).

O *Chambers Twentieth Century Dictionary*, Londres, 1972, define o termo *desinformação* como “a fuga deliberada de informações enganosas” (Volkoff, 2000, p. 23). O surgimento do fenómeno da desinformação, designada como uma técnica extremamente perigosa, que tem como objetivo enganar as pessoas, de forma propositada (Fallis, 2015, p. 402), e o aparecimento das *fake news*, termo usado para se referir a notícias intencionalmente e comprovadamente falsas, podendo enganar os leitores, nomeadamente através de artigos com implicações políticas (Allcott & Gentzkow, 2017, p. 213) são agora feitos de uma maneira mais fácil “pois são compartilhadas por públicos não críticos” (Ireton & Posetti, 2019, p.16). Segundo Miguel Crespo, em webinar, as “*fake news*” propagam-se seis vezes mais depressa do que a verdade ou do que uma notícia ou informação jornalística” e que “o grave não é a quantidade de disparates mas as consequências graves que esses disparates têm”.

Também o conceito de *pós-verdade* passou a fazer parte do debate e da opinião pública, significando que na atualidade, as crenças pessoais e as emoções tomaram o lugar dos factos e das evidências (Rochlin, 2017). Este termo “encaixa-se num mundo de mentiras, rumores e fofocas que se espalham velozmente, formando um cenário propício para a formação de redes cujos integrantes confiam mais uns nos outros do que em qualquer órgão tradicional da imprensa” (Spinelli & de Almeida Santos, 2018, p. 762). Esta era de pós-verdade é caracterizada por factos que são paulatinamente substituídos por crenças e a natureza da verdade modificada por emoções (Antunes, Sanches & Lopes, 2019, p. 2).

Como os termos *fake news* e *desinformação* têm significados muito ténues, importa clarificar alguns conceitos. Wardle (2017) diz que as *fake news* se enquadram dentro da desinformação. Para a autora existem sete tipos de desinformação: sátira ou paródia (não tem intenção de causar danos mas pode enganar), conteúdo enganador (uso enganador de informação para enquadrar um tema ou pessoa), conteúdo impróprio (quando fontes genuínas são representadas), conteúdo fabricado (conteúdo 100% falso criado para enganar), ligação falsa (quando títulos, imagens e legendas não correspondem ao conteúdo), falso contexto (quando o conteúdo genuíno é partilhado com informação contextual falsa) e conteúdo manipulado (quando informação ou imagens genuínas são manipuladas para enganar).

Ainda assim, Aymanns, Foerster e Georg (2017, p. 2) fazem a distinção entre as *fake news* consideradas sátiras, de carácter humorístico, e as em que a base factual não está presente e a veracidade do conteúdo pode ser questionada. Atualmente, o termo é usado para caracterizar histórias falsas que se propagam nas redes sociais com objetivos específicos, como o caso de desacreditar relatórios de agências de notícias (Tandoc Jr, Lim & Ling, 2018, p. 139). É fundamental esclarecer que há quem considere a expressão *fake news* um contrassenso, pois parte-se do princípio de que uma notícia contém informação verdadeira e válida, sendo questionável como é que um conteúdo pode ser falso e, simultaneamente ser notícia (Carvalho, 2018; Wardle, 2017; Wardle & Derakhshan, 2017; Boyd, 2017, como referido em Silva, 2019).

Volkoff (2000, p. 31) pressupõe que a desinformação assenta em três elementos: “uma manipulação da opinião pública, senão seria intoxicação; processos ocultos, senão seria propaganda e fins políticos, internos ou externos, senão seria publicidade”, ou seja, “a desinformação é uma manipulação da opinião pública para fins políticos através de informação trabalhada por processos ocultos”.

Lilleker (2017, p.2) aponta quatro definições de *fake news*: “falsidades deliberadas para atrair visitantes através do *clickbait*; notícia satírica que é designada para ser engraçada e abertamente falsa, não pretendendo enganar; relações públicas, rotatividade ou reportagens tendenciosas que exageram certos factos, obscurecendo outros e a rejeição de relatos como falsos por um indivíduo ou organização, porque apresentam um desafio à narrativa própria ou à do seu partido”. Para o autor, as *fake news* são a disseminação deliberada de desinformação, através dos meios de comunicação tradicionais ou das redes sociais.

Também Gelfert (2018, p.103) crê que as *fake news* são uma espécie de desinformação. Para o autor, é preciso reconhecer que assim como a desinformação é uma espécie de informação, as *fake news* são uma forma de notícias.

Para Fallis (2015, p. 402), as *fake news* são tão enganosas quanto a desinformação e ambas criam falsas crenças nos indivíduos, podendo ameaçar a qualidade crítica da informação.

Wardle e Derakhshan (2017, p. 20) consideram que o melhor termo é o de desordem informacional, que está dividido em três tipos: informação incorreta, desinformação e mal informação (*misinformation, disinformation e mal- information*). No primeiro tipo, a informação é falsa mas não foi criada com o intuito de causar dano ou prejuízo, e a pessoa que divulgou acredita que está certa. A desinformação consiste nas informações falsas produzidas e partilhadas com o intuito de prejudicar. Por fim, a mal- informação é quando uma informação é baseada na realidade, mas é criada para prejudicar alguém, por exemplo, ao tornar pública alguma informação privada. De Fontcuberta e Cascais (2002, p. 26) afirmam que o que distingue os tais tipos de desordem informacional é a intenção com que o emissor transmite a própria informação.

Para concluir, Bruno (2018, p. 5), num artigo do Observador, refere que a Comissão Europeia aconselha o uso do termo ‘desinformação’ ao invés de ‘*fake news*’ pelo facto de o termo “englobar informações falsas ou inexatas, criadas para obter um benefício específico ou para prejudicar publicamente alguém ou algo”. Este conselho é dado pelo facto de muitas vezes se usar de forma abusiva o termo ‘*fake news*’, para descrever erros sem intenção manipuladora, sendo mais seguro usar o termo ‘*desinformação*’.

Ao longo deste relatório de estágio serão usados ambos os termos, uma vez que tal como foi referido por Gelfert (2018, p.103), a expressão ‘*fake news*’ pertence à classe da desinformação, fazendo sentido ao longo do trabalho usar os dois termos, por não serem considerados termos significativamente distintos.

2.1. Propagação da desinformação

2.1.1. Técnicas e meios de desinformação

Ao longo deste capítulo serão analisados três meios de desinformação, que estão mais presentes atualmente: os cidadãos comuns, os políticos e os meios de informação tradicionais. Todos estes meios têm a facilidade de terem à sua disposição a internet e consequentemente as redes sociais, aspeto fundamental para a propagação da de informação falsa.

Forbes e Mintz (2002) caracterizam a internet como um mar de navegação perigosa, dada a quantidade de falsas verdades, desinformação ou informação enganosa, sob uma infinidade de formas e disfarces.

O surgimento da internet trouxe novos elementos para o cenário dos meios de comunicação, gerando possibilidades nunca antes imaginadas no sentido da informação (Monteiro, 2001, p. 27). A disseminação através das redes sociais online e a cultura de partilha abrem margem para que a desinformação atinja um novo patamar (Delmazo & Valente, 2018, p. 166).

Atualmente, fabrica-se uma história que é continuamente repetida até que seja interpretada como real e apresentada como um produto das tecnologias da informação (Antunes, Sanches & Lopes, 2019, p. 3).

Para Ellison e Boyd (2013, p.9) o conteúdo das redes sociais é exibido através de fluxos e cada conteúdo tem vários *links* incorporados que remetem para outros conteúdos, oferecendo infindáveis linhas de descoberta. Esta partilha constante torna possível que um utilizador comum, sem qualquer tipo de reputação, tenha tantas visualizações quanto a Fox News, CNN ou o New York Times (Allcott & Gentzkow, 2017, p. 211).

Um estudo divulgado pela Universidade de Columbia e o Instituto Nacional Francês mostrou que 59% dos *links* partilhados nas redes sociais, não chegam a ser abertos e que, mesmo quando são, são poucos os leitores que leem mais do que os primeiros parágrafos (Delmazo & Valente, 2018, p.158). O facto de os leitores não tomarem atenção ao que leem facilita a elaboração de uma notícia falsa, uma vez que a única preocupação é com as primeiras linhas.

Da mesma forma que a distribuição de informação aumentou, também a censura se tornou cada vez mais difícil, na medida em que as informações podem partir de múltiplas fontes (Monteiro, 2001, p. 32).

Esta desinformação gerou uma mecanização no comportamento das pessoas, pelo que acabaram por se tornar elas próprias propagadoras de uma onda de “poluição informacional” (Ripoll & Matos, 2017, p. 2336).

Atualmente, não é necessário ser jornalista para se criar uma publicação e divulgá-la, uma vez que qualquer um pode selecionar, escrever e divulgar a informação online (Molina, Sundar, Le & Lee, 2019, p. 4). De facto, a “distorção dos factos expandiu-se devido à quantidade de agentes envolvidos e ao crescente número de consumidores” (Lusa, 2019b).

Vivemos numa época em que qualquer pessoa tem um telemóvel com acesso à câmara, vídeo e internet, pelo que é aceitável que qualquer um divulgue factos nas redes sociais. As pessoas ganharam a capacidade de se poderem expressar na *web* e serem os próprios criadores de conteúdo. Para a autora Mooney (2011), existe a possibilidade de a audiência ser apenas consumidora ou de se tornar produtora e os nomes dados a isso são de “*citizen producers*”, “*citizen journalists*” e “*user-generated content*”. Portanto, qualquer internauta é também um produtor de conteúdos e um difusor de informação (Antunes, Sanches & Lopes, 2019, p. 2). De facto, qualquer pessoa com uma ligação à Internet que esteja no local certo à hora certa, tem o poder de conseguir criar e narrar uma notícia a uma audiência amplamente dispersa nos mais variados locais do planeta (OberCom, 2016, p. 5).

Anteriormente, os *citizens journalists* limitavam-se a configurar os seus próprios *blogs* ou tornavam-se colaboradores de *sites* já existentes, no entanto, agora envolvem-se em notícias e comentários políticos (Bruns, Highfield & Lind 2012).

Para Buntain e Golbeck (2017) o facto de os utilizadores das redes sociais acreditarem no que os seus amigos partilham, independentemente da precisão, permite que as histórias falsas se propaguem amplamente através das múltiplas plataformas.

Ripoll e Matos (2017, p. 2337) acreditam que de forma similar a uma infeção contagiosa, também a desinformação se espalha nas redes sociais e atinge um grande número de pessoas. Isto acontece porque os próprios utilizadores, através das redes sociais, partilham conteúdos sem verificação prévia, desempenhando um grande papel na divulgação da desinformação (Comissão Europeia, 2018, p. 6).

Os tais *citizen journalists* aproveitaram as deficiências do jornalismo tradicional, juntamente com as oportunidades inerentes às novas formas e plataformas baseadas na internet, para dar origem a estes novos modelos de transmissão de informação (Bruns et al., 2012).

Para os autores, o *Twitter* oferece um espaço aberto e acessível sem precedentes para essas atividades, em que as atualizações são postadas por qualquer usuário e tornadas visíveis tanto para utilizadores, como para quem não possui nenhuma conta.

Alexandre (2020, p. 51) considera que o *Whatsapp* permite a criação de nichos de indivíduos que fazem circular informações partilhadas, através de reencaminhamentos de outrem, dando origem a rumores.

Portanto, o cidadão comum desempenha hoje um papel na produção de notícias e o que antes era um banco de informação limitada, hoje é um banco de informação infinita, maioritariamente não processada (Spinelli & de Almeida Santos, 2018, p. 770).

Intimamente ligada às redes sociais está a política, sendo os próprios políticos um dos propagadores de desinformação. As redes sociais são o último fascínio dos políticos, principalmente durante as campanhas eleitorais (Enli, 2017, p. 2)

Em torno das eleições presidenciais de 2016, vários estudos notaram que o *Facebook* se tinha tornado numa máquina política dos media, que era altamente eficaz, pois reunia um grande número de seguidores e apoiantes. As histórias falsas e bem-sucedidas surgem para explorar temas populistas e fraquezas de candidatos políticos (Bounegru, Gray, Venturini & Mauri, 2017, p.22).

Apesar dos media em geral se terem tornado bastante populares, o *Twitter* destaca-se como a plataforma de excelência por ter atualizações em tempo real sobre as últimas notícias (Zubiaga, Spina, Martínez & Fresno, 2015, p. 462), que com mais de 500 milhões de utilizadores, conta com uma média diária de mais de 400 milhões de *tweets*.

Para Ott (2017, p. 60 e 61) o *Twitter* serve para desvalorizar os outros, cultivando assim um discurso mesquinho e malicioso, através da simplicidade, impulsividade e incivildade dos 140 caracteres.

A campanha de Trump foi bastante diferente do que estamos habituados. O presidente tentou ao máximo afastar-se dos media tradicionais e optou por falar diretamente com os eleitorados pelas redes sociais, nomeadamente o *Twitter*.

Ott (2017, p. 64) concluiu que os *posts* feitos por Donald Trump são simples e repetitivos, a esmagadora maioria são negativos e insultuosos e faz uso frequente de pontos de exclamação, aumentando assim o seu impacto emocional e a intensa emoção dos seus seguidores, fenómeno denominado de “contágio emocional”. Para o autor, não existe expressão melhor para descrever o efeito que o *Twitter*, como meio de comunicação, e Trump, como modelo desse modo, tiveram no discurso público. Este contágio é feito através das campanhas políticas que usam as redes sociais como um canal para o marketing político (Enli, 2017, p. 6), o que é “profundamente alarmante pois o conteúdo das notícias nas redes sociais costuma apresentar histórias falsas e enganosas, com fontes desprovidas de padrões editoriais” (Ott, 2017, p.65). Para Crespo, a “própria desinformação vem de políticos (...) cerca de 20%, mas esses 20% têm 70% de impacto na desinformação”.

A popularidade de Trump, apesar de quantidade de informações erradas que divulgou, pode ser explicada pela noção de que as pessoas acreditam que as suas afirmações são verdadeiras (em parte porque veem Donald Trump como uma fonte confiável de informações) e evitam ou resistem às correções disponíveis na esfera pública (Swire, Berinsky, Lewandowsky & Ecker, 2017, p. 4).

Tal como é de esperar, os utilizadores das redes tendem a confiar em opiniões formadas e moldadas por grupos influentes e que confirmem a visão que os próprios têm do mundo, pelo que quando as pessoas avaliam se a informação é verdadeira ou falsa, a fonte da informação é muito importante (Swire et al., 2017, p.3). Estes comportamentos aumentaram com as tecnologias de rede e a revolução da comunicação digital, favorecendo o crescimento da desinformação (Baldacci, Buono & Gras, 2017).

Com a globalização exponencial da internet, todos os órgãos de comunicação social passaram a ter uma edição online e através da qual muitos jornalistas obtêm informações a que dificilmente teriam acesso de outro modo (Sousa, 1997).

Com a difusão de notícias através da Internet os media tradicionais enfrentaram um grande desafio.

O predomínio de materiais informativos gerados por organizações e agregados por processos informáticos de reunião de notícias alteram as regras do jogo jornalístico e os novos meios digitais criam um clima de relativização da verdade (Barroso & Estrada, 2018, p. 305).

Atualmente, a contemporaneidade é marcada por várias alterações no campo dos media determinadas por razões tecnológicas, pela aceleração do quotidiano devido aos

diretos e pela informação em tempo real, mas sobretudo “pela crise de legitimidade dos jornalistas associada a uma falência de credibilidade” (Barroso & Estrada, 2018, p. 305). Ramonet (2012, como referido em Spinelli e de Almeida Santos, 2018) considera que o jornalismo, que era responsável pela credibilidade das informações, foi sujeito à ditadura da urgência e do imediato, e poucas redações têm o tempo necessário para fazer o seu trabalho, sendo mais suscetível a divulgação de notícias falsas.

Spinelli e de Almeida Santos (2018) também atribuem a culpa da divulgação de mentiras e imprecisões aos meios de comunicação tradicionais devido à falta de credibilidade dos mesmos.

A profusão de opiniões faz parte do jogo da liberdade de expressão. Mas há uma diferença crucial entre esse tipo de informação e as notícias, especialmente aquelas coletadas, analisadas, conferidas e divulgadas por meios de comunicação idôneos. E a diferença é justamente a credibilidade. A construção da credibilidade é um processo custoso e frágil. Cada pedra exige tempo e esforço para ser colocada na pirâmide da reputação; quando se retiram algumas, porém, a construção inteira pode cair em poucos instantes (Gallo, 2017, p. 83, como referido em Spinelli e de Almeida Santos, 2018).

Hoje em dia o que importa é a rapidez com que as informações são divulgadas, sendo esquecido o rigor, confirmação de factos e veracidade, fatores essenciais de uma notícia. Abramo et al. referem que “a rapidez, a fragmentação, a falta de contexto, a colocação em primeiro plano de informações secundárias são truques de prestidigitação de uso contante” (2003, p.10). Adghirni (2004, p. 3) também menciona que a quantidade de notícias é mais importante do que a qualidade e que a velocidade vale mais do que a veracidade.

Um estudo realizado por Canavilhas (2005, p. 6) concluiu que em 54 jornalistas, 90% não acha justificável cometer incorreções para ser o primeiro a dar a notícia, no entanto, 9,9% considera que ser o primeiro a dar a notícia justifica a falta de rigor e a existência de erros. Ainda que a grande maioria seja contra a divulgação de notícias incorretas, é notória a existência de jornalistas não tão rigorosos, numa amostra não muito grande.

Bourdieu (1997, p. 27) é da opinião de que para se ser o primeiro a ver e fazer algo, está-se disposto a quase tudo, inclusive a cópia mútua entre profissionais, resultando na “uniformização e banalização”.

Barroso e Estrada afirmam que a perda de influência dos factos leva a uma erosão das convicções cívicas e a um desgaste dos princípios em que assentava a autoridade do discurso jornalístico (2018, p. 306).

Com a grande circulação de notícias falsas, torna-se difícil para o cidadão comum saber no que deve ou não acreditar, pois muitas das vezes não tem informações ou capacidades para chegar a uma resposta informada, sendo este o cerne do problema das *fake news* (Lilleker, 2017).

2.1.2. Fatores que promovem a desinformação

Após terem sido abordados os meios de disseminação de desinformação, importa perceber os motivos e fatores que levam a esta mesma propagação.

Segundo a Comissão Europeia (2018, p. 4) a proliferação da desinformação tem causas económicas, políticas, ideológicas e tecnológicas.

Para Branco (2017, pp.57, 58 e 59) são três os motivos: quem partilhou a notícia não precisa de dar justificações do seu ato visto ser difícil chegar ao mesmo, muitas vezes os boatos são partilhados por curiosidade, espanto, cautela ou alertar para potenciais perigos, e quem propaga as notícias falsas, lucra conforme os *clicks* que tiver. De facto, notícias que se tornam virais nas redes sociais podem gerar uma receita publicitária bastante significativa (Allcott & Gentzkow, 2017, p. 217). Também Volkoff (2000, p. 22) defende que a manipulação da informação pode ter que ver com a pretensão de se obter da opinião pública esta ou aquela atitude, a vontade de se vender um produto e/ou a necessidade de convencer o público da superioridade de certa causa, partido ou candidato, sendo que todas estas formas “entram no domínio da desinformação deliberada”.

O fenómeno do *clickbait* é entendido por Bazaco, Redondo & Sánchez-García (2019, p. 98) como um fenómeno comunicativo que recorre a conteúdos pseudo-jornalísticos, com estratégias económicas próximas ao sensacionalismo e marketing, em que através das manchetes transmitem conteúdos superficiais e exagerados. Bell (1991) refere que as manchetes têm a função de atrair o leitor, e é a partir da manchete que o leitor decide se quer ou não continuar a ler.

Chen, Conroy & Rubin (2015, p. 15) também se referem a *clickbait* quando o objetivo é atrair a atenção e incentivar a clicar num *link* para uma página *web* específica, estando envolvido na rápida disseminação de boatos e informações erradas.

Segundo Bazaco et al., (2019, p. 98) existem várias estratégias que são utilizadas na busca pelo *click*: informação incompleta, repetição, expressões de apelo, exagero, notícias suaves e elementos audiovisuais. Através destes elementos, o leitor ganha curiosidade e clica

na notícia, fazendo com que o criador do conteúdo obtenha lucro, independentemente da veracidade das histórias publicadas (Lilleker, 2017).

Em concordância está Branco (2017, p. 60) que refere que “os criadores de notícias falsas conseguem arrecadar somas nada desprezíveis por conta do compartilhamento e dos cliques que as notícias recebem”.

Nos últimos anos tem-se assistido a um aumento da tabloidização de notícias, prática intimamente ligada ao *clickbait*. À tabloidização está associado o sensacionalismo e o ênfase a escândalos, antítese dos ideais do jornalismo tradicional (Chen et al., 2015, p. 15). O modelo económico que sustenta o jornalismo assenta na publicidade, nomeadamente um “modelo comercializável baseado em anúncios” (Comissão Europeia, 2018, p. 19), visto que é uma forma de atrair o público.

Para além dos fatores económicos e da obtenção de receitas, as motivações políticas e ideológicas também merecem ser consideradas enquanto fator de disseminação de *fake news*.

Notícias falsas sobre candidatos são veiculadas nas redes sociais a todo momento, havendo, inclusive, páginas criadas com o único intuito de prejudicar a imagem de determinados candidatos por meio do compartilhamento de imagens contendo pronunciamentos nunca expressados ou propostas nunca feitas, sendo certo que tais inverdades podem exercer grande influência no resultado da eleição (Teixeira, Marcos, Machado & Cabral, 2018, p. 5).

Várias pessoas informam-se através das redes sociais, levando a que as empresas e governos promovam informações e influenciem opiniões coletivas através das mesmas (Ferrara, Varol, Menczer & Flammini, 2016, p. 563). Como as redes sociais operam de modo a influenciar o estado de alguns usuários, fazendo parecer determinada informação falsa como credível e influenciar a esfera pública (Recuero & Gruzd, 2019, p. 35), a política é considerada um pântano para as *fake news*. Dadas as mudanças culturais e as pressões económicas existentes, as campanhas de desinformação fomentam tensões sociais, a polarização e a desconfiança.

Antunes et al., (2019, p. 3) observaram que desde 2016, as notícias partilhadas nas redes sociais são partilhadas como um marcador de identidade e as notícias não servem só para informar mas sim para persuadir outrem. As mentiras políticas são elaboradas, programadas e propagadas enquanto factos que se impõem à própria realidade, sem que as pessoas estejam conscientes disso (Prior, 2019, p. 83-84).

Como as informações divulgadas nas redes sociais contribuem para a formação de opiniões, por exemplo, a equipa digital da campanha de Trump criou várias contas fictícias no *Twitter*, para que a mensagem chegasse a muitas mais pessoas e gerassem tópicos de tendências (Rodríguez-Andrés, 2018, p. 839). Alexandre (2020, p. 51) concorda ao afirmar que as *fake news* estão muitas vezes ao serviço da política para confundir a opinião pública. Para além de querer atingir o maior número de pessoas, Trump também se centrou em denegrir a imagem de Hillary Clinton, através de anúncios negativos nas redes sociais, e segundo a Lusa (2019a), “no campo político, o termo tem sido usado para atingir a credibilidade dos adversários”.

De facto, as campanhas movidas por interesses ideológicos, veem vantagens na propagação de notícias pouco precisas, promovendo conteúdos com vista ao condicionamento eleitoral (OberCom, 2018, p. 20).

Tal como Prior (2019, p. 83) diz “a política é um lugar privilegiado para a prática da mentira e a história política está repleta de mentiras”. Bourdieu (1997, p. 28) também refere que os perigos políticos inerentes ao uso da televisão, devem-se ao facto de a imagem poder “fazer ver e fazer crer no que faz ver”, ou seja, tem um poder de influência muito grande.

Assim sendo, Rubin, Conroy & Chen (2015) realçam dois fatores que influenciam a falsificação de informação: maximizar os ganhos, a reputação ou a competência de alguém e minimizar a reputação de alguém ou de alguma organização, diminuindo a sua avaliação ou credibilidade.

Relativamente aos próprios jornalistas e ao ritmo acelerado a que são obrigados a trabalhar, Prior (2019, p. 95 e 96) é da opinião que sempre que o profissional coloca em primeiro lugar a rapidez em detrimento da credibilidade, acaba por contribuir para a reprodução de informações distorcidas, sendo este um fator de promoção de desinformação.

Se a rapidez é a própria essência da informação, a urgência intempestiva é o seu inimigo. É preciso gritar alto! à tirania da tecnologia para restabelecer um distanciamento entre o jornalista e a atualidade que trata. Para reintroduzir a noção de tempo num processo que se acelera cada vez mais, como um motor que se embala. O tempo para examinar o facto, avaliá-lo e observá-lo nas suas múltiplas facetas (Woodrow, 1996, p. 216).

Silva (2019) considera que a urgência e pressão para se aceder às notícias, acaba por intensificar o surgimento de formas alternativas de influenciar a opinião pública.

Os próprios jornalistas têm necessidade de serem os primeiros a noticiar determinado acontecimento, originando falhas no processo de produção noticiosa (Godinho & Fernandes, 2019, p. 32). Os autores referem que, devido aos meios tecnológicos, há a obrigatoriedade de produzir o maior número de conteúdo no menor tempo possível.

Marinho e Ruão (2012) em jeito de resumo, apontam o desenvolvimento de tecnologias, a crise do jornalismo de investigação, a escassez de recursos humanos e o excesso de informação, como alguns dos fatores que criam dificuldades aos jornalistas.

De entre os cenários apontados, destacamos: as alterações no mercado, nomeadamente com o desenvolvimento dos meios digitais (e com a utilização de novas ferramentas); relacionado com este fator, a falta de tempo que, tendo sido sempre um constrangimento ao trabalho jornalístico, é agravada com a entrada em jogo da informação online, numa lógica de atualização “ao momento”; a cada vez maior escassez de jornalistas nas redações; a “crise” do jornalismo de investigação, que exige, precisamente, tempo e recursos humanos; o excesso de informação que os jornalistas recebem (dezenas de press releases de agências de comunicação; estudos de entidades privadas com objetivos duvidosos, como por exemplo sobre a comercialização de vacinas/medicamentos; informação pouco rigorosa (técnica pioneira, inovadora, que, afinal, já existe); a necessidade (e ao mesmo tempo dificuldade) de pesar a importância dos argumentos dos sindicatos/ gestores hospitalares/ indústria da saúde vs importância para o utente/leitor/cidadão; a “pressão do fecho” ou o espaço limitado das páginas dos jornais (Marinho & Ruão, 2012, p. 59 e 60).

Efetivamente, a credibilidade é o “maior património de jornalistas e meios de comunicação” (Christofolletti & Laux, 2008, p. 33) e é o elemento decisivo na seleção da informação mediática.

Estreitamente ligado à credibilidade das fontes de informação, são as ditas fontes que existem na internet. Para além de ser um meio de transmissão de *fake news*, a internet, e por sua vez, as redes sociais, são um grande fator que contribui para a propagação das mesmas. A quantidade de informação disponível tem crescido de forma desmesurada, pelo que qualquer pessoa pode colocar algo *online*, não sendo possível avaliar a veracidade e credibilidade das fontes de informação (Pinto, 2000, p. 288 e 289).

A confiança que o jornalista tem nas fontes também pode originar a desinformação. No fundo, “os jornalistas não conhecem totalmente a vida das fontes nos seus espaços e organizações” (Marinho, 2000, p. 353). A autora questiona o porquê de se confiar em algo que não se conhece, indicando que caso a fonte de informação falhe, o próprio público pode vir a ter uma “descrença face aos sistemas em questão” (Marinho, 2000, p. 356).

Ainda que os fatores de propagação de desinformação sejam variados, é importante ter em conta que a maioria dos indivíduos não tem as competências críticas para analisar a informação a que acedem, sendo muitas das vezes enganados (Pinto, 2000, p. 290).

2.1.3. Efeitos da desinformação no público

Para além dos fatores que levam a que a desinformação seja propagada, importa perceber de que forma é que as notícias falsas influenciam o público e quão gravosas são as consequências das mesmas, bem como a forma como os indivíduos as percecionam.

Segundo a Comissão Europeia (2018, p. 5) o impacto da desinformação diverge de uma sociedade para outra, consoante os níveis de educação, cultura, confiança nas instituições, o papel do dinheiro nos processos políticos e das desigualdades sociais e económicas.

Allcott e Gentzkow (2017, p. 219) referem que a propagação de notícias falsas tem efeitos a nível social: os consumidores que não sabem distinguir uma notícia falsa de uma notícia legítima têm crenças menos precisas e podem tornar-se céticos ao relação aos produtores de notícias baseadas em factos.

De facto, um estudo do Pew Research Center (Barthel, Mitchell & Holcomb, 2016) indicou que 64% dos entrevistados confundem as notícias falsas com a interpretação de factos e 23% já partilhou notícias falsas.

Segundo um estudo do *Digital News Report* (Newman, Fletcher, Kalogeropoulos, Levy & Nielsen, 2016), o jornalismo enfrenta um problema de confiabilidade, visto que 64% da população acredita que os jornalistas recebem pressões políticas e 65% crê que recebem pressões por parte de interesses económicos. Em seguimento, poucas pessoas confiam no que é divulgado pelos jornalistas, pois não sabem se o que estão a ler é ou não verdade.

A desconfiança nos media pode proporcionar um afastamento e cinismo por parte dos consumidores (Lilleker, 2017), em que se torna difícil ganhar a confiança do público.

A Comissão Europeia (2018, p. 18) reforça exatamente que a transmissão de falsidades ao invés de factos, leva a uma perda de confiança nas estatísticas oficiais e nos profissionais da área, revelando que 71,3% dos inquiridos de um estudo realizado pelos próprios, referiram que se preocupam com o que é ou não falso na internet.

Por outro lado, no que diz respeito à perceção da realidade, os consumidores de notícias tendem a considerar mais importantes os assuntos que têm um maior destaque na cobertura jornalística, o que, consequentemente, leva a que percecionem a realidade consoante o que captam nas notícias.

A mídia é ator central no estudo do comportamento social, na medida em que determina a pauta pública ressaltando certos assuntos e preterindo outros. De forma geral, ela guia o consumidor de notícias pelo que passa a ser interpretado como mais importante e/ou como a leitura predominante de uma determinada realidade. Assim, de certo modo, a mídia ajudaria não apenas a moldar a opinião pública do ponto de vista substantivo, mas seria também responsável por manter um alto nível de conscientização sobre o que é considerado consenso social (Magnotta & Grinberg, 2017, p. 398).

A divulgação de notícias falsas, pode trazer consequências sérias, das quais “resultam danos à imagem ou à integridade física daqueles escolhidos para serem alvos de tais histórias” (Teixeira et al., 2018, p. 4). Relativamente aos efeitos das *fake news*, Braga (2018, p. 215) considera que a divulgação desse tipo de notícias constitui a propagação de discurso de ódio, afirmando que se atribuem estigmas a certos grupos de pessoas, consoante aquilo que é divulgado. Em uniformidade está Gomes que refere que as fake news ofendem a dignidade das pessoas, bem como os direitos da personalidade, com a divulgação de mentiras que “ferem a honra, a moral e a imagem de alguém” (Gomes, 2018, p.37). Efetivamente, segundo Teixeira et al., (2018, p.1) várias pessoas têm sido afetadas devido às histórias enganosas que circulam, podendo mesmo mudar o seu destino e “ferindo-a até à morte”. Especificamente relacionado com o tema da saúde, o dnoticias.pt (2020) refere que a presidente do grupo de trabalho em saúde no Parlamento Europeu, Sara Cerdas, assume que o excesso de informação muitas vezes contraditória pode “fazer com que as pessoas se sintam ansiosas, deprimidas, sobrecarregadas, emocionalmente exaustas e incapazes de entender e assimilar informações importantes”.

De facto, a disseminação de informações falsas, para além de influenciar e manipular as pessoas a acreditarem no que lhes convém, também podem manchar o bom nome dos indivíduos, não sendo possível repor a verdade de forma simples e imediata.

Também Alexandre (2020, p. 51) julga que os rumores que são espalhados podem originar o sentimento de medo, indignação ou exaltação.

Em conclusão, Teixeira et al. (2018, p. 5) indicam que o grande perigo das *fake news*, é exatamente o facto de “uma vez jogada na rede, a notícia falsa é tão disseminada como se verídica fosse, e a tentativa de desmenti-la se torna quase inútil”.

Capítulo 3 – O jornalismo de saúde e a desinformação

A desinformação relacionada com a saúde é uma preocupação cada vez mais atual e pertinente. Um dos maiores desafios contemporâneos é a circulação da desinformação, em que factos alternativos e teorias da conspiração surgem como um campo de disputa sobre a verdade (Oliveira, 2020, p. 22), nomeadamente nas redes sociais.

Definir um sistema de pensamento enquanto ciência significa garantir uma grande posição de prestígio, no entanto, a ciência contemporânea vive uma série de crises e questionamentos (Signates, 2012, p. 136).

Associada à desinformação está o excesso informativo (Steensen, 2019, p. 186), em que por vezes quanto mais informação é transmitida, maior é a imprecisão e falsidade da mesma. A “excessiva abundância de informações” (Conselho Europeu, 2020) faz com que a população tenha dificuldade em confiar nas fontes e em saber ao certo em que fontes confiar. A desinformação gera um grande desequilíbrio na sociedade, atingindo sobretudo as pessoas que não têm conhecimentos técnicos ou educação para distinguir o que é falso e verdadeiro (Sanches & Cavalcanti, 2018, p. 460).

Os movimentos anti-vacina, por exemplo, são um tema cada vez mais abordado e que preocupa os profissionais de saúde ao ganharem adesão por parte da comunidade não científica e colocando em risco a saúde de toda a população (Oliveira, 2020, p. 22).

Sanches e Cavalcanti (2018, p. 460) referem um estudo realizado pelo Ministério da Saúde brasileiro que concluiu que em 2017 houve uma abrupta descida de imunização de crianças contra doenças como o sarampo e a poliomielite, devido às várias notícias contra a vacinação.

Por esse motivo e de forma a manter a sociedade bem informada, o papel do profissional de comunicação, neste caso, o jornalista especializado em saúde, deve atuar enquanto mediador e promotor de diálogo e deve certificar-se da veracidade dos dados que transmite (Ferraretto & Morgado, s/d).

Lopes (2020) refere que nove em cada dez jornalistas admitiram que nos primeiros meses da pandemia existiu uma maior preocupação a nível editorial, de forma a “orientar os cidadãos”, nomeadamente para o “confinamento”.

Atualmente, e dadas as circunstâncias excepcionais vividas devido ao novo coronavírus, o papel dos profissionais de comunicação, e em particular dos jornalistas de saúde, torna-se ainda mais fundamental.

As informações deliberadamente falsas e enganadoras no domínio da saúde proliferam, nomeadamente no que se refere ao surto de COVID-19. Para se manter informado sobre esta epidemia, confie apenas nas informações provenientes de fontes fidedignas (Comissão Europeia, 2020).

Segundo a Unesco (2020), mais do que nunca, são necessários profissionais de jornalismo e informações de confiança para adaptar a resposta à propagação da covid-19 e combater os rumores e a desinformação. A Comissão Europeia detetou mais de 2700 informações falsas publicadas nas redes sociais por dia, relacionadas com a covid-19, em abril (Pequenino, 2020).

Um estudo realizado pelo Obercom (2020, p. 10) verificou que o fenómeno do novo coronavírus atingiu a sua normalidade em abril, introduzindo uma “rotina corona” na vida dos cidadãos e uma “monotematização” da agenda mediática e noticiosa, deixando de constituir novidade. Segundo o dnoticias.pt (2020), Sara Cerdas considerou que com a pandemia, fomos confrontados com uma “infodemia”, em que existiu um excesso de informações que tornaram difícil encontrar fontes idóneas e orientações fidedignas”.

O êxito da área da saúde depende bastante da comunicação que é feita, e sobretudo em casos de pandemia, a circulação de informações equívocas mostram a necessidade extrema da valorização da comunicação organizada, para derrotar as *fake news* (Ferraretto & Morgado, s/d).

Os autores Sanches e Cavalcanti (2018, p. 465) são da opinião de que o desconhecimento não pode permitir que aconteçam situações de surtos e epidemias, sendo indispensável a transmissão de informação verdadeira, clara e precisa.

As informações acerca da covid-19 criaram inúmeras oportunidades de circulação de desinformação através das redes sociais, nomeadamente pelo *Whatsapp* (Alexandre, 2020, p. 51).

De Farias (s/d, p. 9) menciona que as informações científicas podem realmente fazer a diferença entre a vida e a morte no caso extremo de uma pandemia, daí a importância de uma comunicação bem feita. Miguel Crespo, num webinar, lembrou que no Irão, centenas de pessoas morreram e outras ficaram doentes por terem ingerido metanol, “porque leram uma informação que dizia que com isso evitavam ser contagiados pelo coronavírus”.

No documento da Comissão Europeia é possível ler que a desinformação associada ao novo coronavírus é um perigo para a saúde pública e para os consumidores (Pequenino,

2020). De facto, Miguel Crespo defende que “A desinformação pode matar e temos uma pandemia de desinformação que acompanha a própria pandemia do vírus, portanto temos dois vírus: um que nos mata e outro que nos pode matar indiretamente”.

Por exemplo, durante um longo período de tempo, Donald Trump e Jair Bolsonaro contrariaram as recomendações das autoridades de saúde e recusaram usar máscara, influenciando erroneamente milhares de pessoas e colocando vidas em risco.

Por estes motivos, ao longo deste capítulo irá ser discutido o papel da comunicação científica, nomeadamente o jornalismo de saúde, mas também a função da própria sociedade no combate à desinformação. As novas práticas e rotinas dos jornalistas no enfrentamento das *fake news*, bem como a literacia mediática necessária para as combater, serão também temas desenvolvidos.

3.1. Combate à desinformação em tempos de pandemia

3.1.1. Papel dos jornalistas e novas práticas

A desinformação é o grande desafio para os jornalistas atualmente. Esta problemática afeta não só a opinião pública, mas também a forma como a informação fidedigna é vista (Godinho & Fernandes, 2019, p.23). As *fake news* e os seus impactos na saúde são um tema preocupante, sendo crucial a utilização das tecnologias e dos profissionais da comunicação, para que os cidadãos sejam esclarecidos e informados de forma fidedigna (Sanches & Cavalcanti, 2018, p. 465).

Apesar das novas tecnológicas serem apontadas como o principal meio de divulgação de notícias falsas, Traquina (2002, p. 213, como referido em Silva, 2019) lembrou que a área jornalística sempre foi abalada pela inovação tecnológica, tendo contribuído para uma maior rapidez na produção, mas também para dar acesso a vozes alternativas.

Dada a atual pandemia, a dimensão informativa observou transformações na prática jornalística, na divulgação da ciência e da saúde e na relação do público com as informações (de Castro, 2020, p. 88). Em um momento como o que vivemos, a transmissão de informação correta e credível é fundamental (Gomes, 2020, p. 3). Salzedas (2020) afirma que a comunicação em saúde é “extraordinariamente importante nestas fases de pandemia”.

Neste contexto, o jornalismo tem sido visto como um dos instrumentos de combate à desinformação e do controlo da pandemia em que nos encontramos. A qualidade da cobertura de notícias é fundamental para enfrentar a crise causada pelo novo coronavírus (Unesco, 2020).

Em primeiro lugar, importa referir que informar acerca da saúde, doenças e epidemias “nunca foi uma tarefa fácil” (de Farias, s/d, p. 1). A comunicação relativa à saúde destaca-se pela sua posição educativa e de prevenção que pretende desempenhar e é nas ocasiões mais difíceis que fica evidenciada a importância do papel do jornalista e do jornalismo. Em concordância, as notícias de saúde têm um papel muito importante na prevenção, na deteção, nos diagnósticos de doenças e na adoção de estilos de vida saudável (Radley et al., 2006 & Kreps, 2003, como referido em Lopes et al., 2011, p. 167).

De Castro (2020, p. 95) é da opinião de que o jornalismo tem a função social de disponibilizar à sociedade informação de qualidade, algo que, maioritariamente aconteceu durante o decorrer da atual pandemia. O mesmo autor refere que a cobertura dada a este tema foi reconhecida internacionalmente por vários especialistas e pela Organização Mundial de Saúde.

No *site* da Direção-Geral da Saúde, o Secretário de Estado da Saúde, António Lacerda Sales, elogiou o papel da comunicação social ao longo da pandemia, que em conjunto com os profissionais da saúde, esclareceram dúvidas e sensibilizaram a população para as medidas de proteção relativamente ao surto. Apesar disso, vários jornalistas apontaram como principais dificuldades a triagem na informação credível sobre o vírus (52% dos inquiridos) e a falta de colaboração das fontes de informação (14% dos inquiridos) (Lopes, 2020).

Por outro lado, tal como já foi referido anteriormente, ao longo deste período foram surgindo várias notícias falsas, que ganharam uma grande amplitude.

Informações falsas sobre processos de cura, vacinas, dados de morbilidade e mesmo mortes de personalidades se disseminaram em muitos lugares, produzindo efeitos lesivos graves na vida social (de Castro, 2020, p. 95).

De forma a combater as chamadas *fake news*, os diversos sistemas sociais, neste caso o jornalismo, tiveram de se reorganizar para atender às novas necessidades sociais.

Segundo ‘O Globo’ (2020), a cobertura relacionada com a covid-19 reuniu um conjunto de esforços e transformações na redação, para que o conteúdo transmitido aos leitores fosse “completo, plural, diversificado e adaptado à nova realidade mundial”. Este meio de comunicação, bem como vários meios portugueses, como a agência Lusa, o Público e o Expresso, criaram uma área com informação sobre o vírus, 100% gratuita, para que todas as notícias relevantes chegassem tanto a assinantes como a não assinantes, oferecendo conteúdo fidedigno e tentando minimizar a desinformação.

Também Lopes (2020) dá o exemplo de as televisões terem colocado a frase ‘FiqueEmCasa’ nos ecrãs e os *pivots* estarem sistematicamente a aconselhar as pessoas a permanecerem em casa. Igualmente os programas “Polígrafo” da SIC e “Hora da Verdade” da TVI, dois projetos jornalísticos que têm como objetivo apurar a verdade, começaram a dedicar-se quase em exclusivo ao tema do novo coronavírus, de forma a esclarecer o público. Ferraretto e Morgado (s/d) apontam quatro valores centrais, destinados aos profissionais de comunicação que lutaram e continuam a lutar contra a desinformação relacionada com a covid-19, que consideram fundamentais para que a comunicação seja feita com sucesso: flexibilidade, ou seja, adaptação a novos cenários; responsabilidade em exercer o seu papel de forma ética; cooperação entre todos e por fim, coragem para enfrentar situações complicadas, que exigem persistência e resistência.

Por esse motivo, e para combater as *fake news*, Silva (2019), aponta que a verificação de factos, a recolha de testemunhos e a “busca incessante pelas sombras e ausências” devem ser o principal foco do jornalista, sobretudo em alturas como esta. Farias (s/d, p. 3 e 4) dá o exemplo da gripe aviária, H5N1, de 2005-2006, em que o noticiário brasileiro estava repleto de referências comerciais e contradições acerca de um medicamento em causa, observando-se uma descontextualização do tema no jornalismo de saúde, impedindo o leitor de fazer uma análise objetiva do tema.

A verificação dos factos é uma metodologia que garante a precisão às informações divulgadas e que diferenciam o jornalismo da literatura (Bahia, 1990, como referido em Marques, s/d). Só através da averiguação da informação é que é possível garantir que não se está a transmitir nenhuma mensagem incorreta. Em concordância, Lopes et al. (2011, p. 167) afirma que os jornalistas procuram fontes credíveis, nomeadamente vozes oficiais, com o objetivo de assegurar a veracidade do que transmitem.

De facto, é obrigação do jornalista combater o fenómeno que ameaça a sua profissão, bem como sensibilizar os consumidores de notícias para o perigo da desinformação.

A melhor forma de evitar a propagação de informações falsas é praticar jornalismo de qualidade, para que, assim, seja a verdade a impor-se. Na minha empresa, foi desenvolvido um *site* sobre *fake news* e realizada uma conferência internacional, como forma de colocar o tema na agenda (Correia, 2019, como referido em Godinho & Fernandes, 2019, p. 31).

Godinho e Fernandes (2019, p. 32) consideram que o combate às *fake news* “está nas mãos dos jornalistas”, que devem lutar contra os limites de tempo, verificar as fontes e cruzar informação.

Em tempos de pandemia, é igualmente indispensável que os jornalistas e os médicos trabalhem em conjunto (Gomes, 2020, p. 4), para que a informação que chega aos cidadãos seja clara e verdadeira, não dando aso a dúvidas ou rumores. O autor considera que também é imprescindível apostar numa maior diversidade de fontes que atuem de forma proactiva, de forma a apresentar as várias perspetivas ao cidadão.

Um artigo do JornalismoPortoNet, escrito por João Couraceiro, o diretor adjunto de informação da RTP, Hugo Gilberto, refere que a estação sempre primou pela objetividade e não da adjetivação, tentando não ser nem “alarmistas nem profetas da desgraça (...) nem arautos de uma esperança infundada”, pois só assim é possível informar com rigor.

Chowdhury (2020), da *Global Investigative Journalism Network*, apontou alguns conselhos deixados por vários especialistas para os jornalistas fazerem uma cobertura ética e responsável da covid-19: reduzir o uso de adjetivos, ter em atenção as fotografias usadas, fazer um jornalismo preventivo e evitar manchetes em busca dos cliques. O mesmo autor refere que se devem privilegiar as fontes científicas em detrimento das fontes políticas, bem como confirmar sempre se a informação que vai ser divulgada é 100% verdadeira, de forma a evitar que as informações erradas se espalhem. Na construção das notícias, tal como já foi mencionado anteriormente, o papel das fontes de informação é de extrema importância, uma vez que “os jornalistas, através das fontes, têm como missão ajudar as pessoas a perceber riscos, nunca contribuindo para disseminar o alarme” (Lopes et al., 2011, p. 167).

O problema da desinformação dificilmente será completamente ultrapassado, mas pode e deve ser diminuído. Os jornalistas e profissionais da comunicação devem tentar ao máximo sublinhar a função e importância destas profissões na interpretação da realidade, feita pela própria sociedade.

Pena (2019) é da opinião de que o jornalismo precisa obrigatoriamente de se reinventar para que “a desinformação não triunfe”. Apesar das novas medidas de combate às notícias falsas, o jornalista deve cumprir “escrupulosamente o código deontológico e os princípios éticos que norteiam a sua atividade” (Grandim, 2000, p. 33).

A importância de um jornalismo forte e de bons comunicadores científicos são fundamentais no combate à desinformação e às *fake news*.

Para além da alteração da rotina da maioria dos jornalistas e da tentativa dos mesmos em combaterem a desinformação, este é um trabalho moroso e que envolve, para além dos próprios profissionais da comunicação, como foi referido, a sociedade.

3.1.2. A sociedade no combate à desinformação

Como a pandemia do novo coronavírus trouxe medo e oportunismo às pessoas, através da propagação de notícias falsas, é urgente a necessidade de uma educação cívica-literacia mediática- acerca da comunicação mediática, de forma a tentar combater ao máximo a desinformação (Alexandre, 2020, p. 66). O desafio atual consiste na necessidade de discernir no imediato o falso e estabelecer a diferença com o verdadeiro (Lusa, 2019b).

Segundo Lopes (2015, p. 47), um grupo de especialistas validou, em 2006, uma definição europeia do conceito ‘literacia mediática’ como “a capacidade de aceder aos media, de compreender e avaliar de modo crítico os diferentes aspetos dos media e dos seus conteúdos, e de criar comunicações em diversos contextos”. A literacia mediática é descrita por De Azevedo (2012, p. 192) como a capacidade de aceder, analisar, compreender e produzir diferentes tipos de média.

Lilleker (2017) é da opinião de que a literacia mediática nas escolas poderia fazer toda a diferença, na medida em que iria permitir que os alunos se soubessem comportar perante o digital, tal como pensarem se devem ou não partilhar ou gostar de alguma publicação, procurarem fontes confiáveis e perceberem qual é efetivamente o papel do jornalismo. Mihailidis e Hiebert (2005, como referido em de Azevedo, 2012, p. 192), a literacia mediática pode oferecer uma dinâmica nova ao preparar estudantes a tornarem-se mais críticos e participantes. Também Branco (2017, p. 61) concorda que é através da educação que é possível “sair de um lugar para chegar a outro, melhor”, ainda que seja um caminho longo e que necessite de um esforço coletivo “em repudiar notícias falsas e

estimular a busca por fontes alternativas e seguras de informação”. O autor afirma que as escolas e universidades devem investir em educação para ensinar a distinguir com clareza informações falsas que circulam na internet.

Segundo a Lusa (2019a), as taxas de analfabetismo funcional (não saber trabalhar ou usar as informações que se leem) são muito elevadas na população europeia, pelo que esta literacia mediática poderia ajudar a elucidar a verdade e a mentira e a distinguir uma da outra, sobretudo porque promove a competência crítica dos indivíduos.

O papel ativo de cada recetor, mas, acima de tudo, a sua capacidade de apreciação para filtrar e distinguir os meios e propósitos de comunicação, deveria ser uma preocupação central do sistema educativo e um princípio basilar da cidadania, pois um “indivíduo desinformado é incapaz de tomar decisões adequadas nas várias esferas da sua vida” (Fontcuberta, 1999, p. 113, como referido em Silva, 2019).

(...) A falta de literacia não se prende tanto com o analfabetismo, mas essencialmente com a capacidade em distinguir e avaliar as informações que nos rodeiam. Este seria um aspeto importante a ter em conta pelas entidades políticas de forma a promover nos seus cidadãos um pensamento crítico e lúcido sobre o contexto info-comunicacional (OberCom, 2018, p.24 e 25).

A educação para os média permite a qualquer pessoa “procurar informação e verificar factos”, uma vez que várias entidades consideram que esta “é a forma mais eficiente de, a médio e longo-prazo, combater a desinformação e a potencial manipulação” (Cardoso & Baldi, 2018, p. 8-9, como referido em Silva, 2019).

As instituições políticas começaram a perceber que de facto é necessária uma sociedade que detenha a capacidade de fazer distinções ao nível da qualidade dos conteúdos informativos (OberCom, 2018, p. 31).

Segundo o OberCom (2018, p. 31 e 32), já têm surgido projetos relativos à literacia digital e mediática, tais como a investigação promovida pela Comissão Europeia em 2018, *A multi-dimensional approach to disinformation*, o *The News Literacy Project* e a infografia da *International Federation of Library Associations and Institutions*, para identificar as *fake news*. Estes projetos e iniciativas têm o objetivo de dar a capacidade de distinguir a informação e verificar os factos, sendo a “forma mais eficiente de, a médio e longo prazo, combater a desinformação e a potencial manipulação das notícias” (OberCom, 2018, p. 33).

Também em Portugal já aconteceram algumas formações, como *Literacia dos Media e Jornalismo: práticas pedagógicas com os media e acerca dos media*, resultantes de um protocolo entre o Ministério da Educação e o Sindicato dos Jornalistas, numa altura em que “o poder das redes sociais emerge, é urgente formar cidadãos informados, conscientes e participativos (...) num tempo que as *fake news* (notícias falsas) estão na ordem do dia” (Cordeiro in *Público*, 2019).

Dentro da própria literacia mediática existe o conceito de literacia para a saúde, que para Lopes et al. (s/d, como referido em Gomes, 2012, p.17) “afeta o nosso conhecimento acerca dos cuidados de saúde, a nossa capacidade de encontrar e comunicar informação sobre saúde e a nossa competência para tomar decisões críticas”. A literacia para a saúde surge como uma “ferramenta fundamental para o processo de capacitação (ou *empowerment*) das populações” (Carvalho et al., 2008, p. 6, como referido em Gomes, 2012, p. 18). Para Teixeira (2004, p. 618) uma baixa literacia de saúde compromete a compreensão do próprio estado de saúde, quais as necessidades de mudança de comportamentos, planos de tratamentos e auto-cuidados. O autor afirma que “compreender a informação sobre saúde e doenças é um direito de todos nós” (2004, p. 620).

De facto, De Azevedo (2012, p. 194 e 195) refere que de acordo com o relatório *Healthy People 2010*, nove em dez adultos norte americanos têm dificuldades em utilizar e perceber de forma correta as informações de saúde, presentes nos media e nos próprios estabelecimentos de saúde, sendo muito importante implementar a educação para os media. Para além da literacia mediática, também o *fact-checking* é uma boa alternativa de combate à desinformação. Apesar de não resolver o problema na totalidade, a criação de plataformas de *fact-checking* é uma forma imediata de denunciar as informações falsas que são partilhadas, recorrendo à tecnologia, que é precisamente a maior aliada das *fake news* (Silva, 2019). Segundo a OberCom (2018, p. 29) os espaços de *fact-checking* servem para ajudar o leitor a “avaliar criticamente um artigo jornalístico, disponibilizando esse indivíduo de mais ferramentas para fazer uma apreciação mais cuidada sobre a sua veracidade”.

Wardle e Derakhshan (2017, p. 19) consideram que a verificação só é possível se as redações tiverem condições e ferramentas que permitam uma vigilância mais ativa e consequentemente, apurar que práticas de desinformação são produzidas e disseminadas.

Uma proposta que obriga a reativar princípios basilares do jornalismo: autenticidade para com os acontecimentos, lealdade para com os recetores, verificação dos factos,

independência de interesses e poderes, vigilância, também na forma de contrapoder e do discurso/ideologia dominante, ser filtro e agir com liberdade e consciência, sem, no entanto, se sentir imune à crítica e à necessidade de apresentar a informação de uma forma compreensível (Silva, 2019).

Uma outra proposta de combate à desinformação prende-se com a “criação de algoritmos que condicionem a experiência do utilizador, limitando o leque de informações que lhes é concedida e recomendando, por exemplo, fontes consideradas mais verídicas” (OberCom, 2018, p. 23). No entanto, esta medida pode tornar-se “uma tendência algo prepotente, à qual agrava a menor regulação pública, e que poderá levar a outros afunilamentos informativos que serão igualmente prejudiciais para o pensamento crítico dos cidadãos” (ibidem, p. 23).

Também as instituições da União Europeia têm trabalhado no sentido de “aumentar a sensibilização para os perigos da desinformação e promover o recurso a fontes fidedignas” (Conselho Europeu, 2020), em que criaram uma lista de factos para desfazer os mitos acerca da covid-19.

Apesar das várias medidas e hipóteses de combate à desinformação, como a alteração de algoritmo de pesquisa, o bloqueio de certos *sites* e a organização de campanhas de consciencialização, o método mais eficaz é o incentivo à crítica por parte dos consumidores (Valero & Oliveira, 2018, p. 71 e 72). Para os autores, o conhecimento e a educação são “as melhores armas” contra as *fake news*, e até que surja uma solução melhor, é fundamental o compromisso com a alfabetização dos media.

Capítulo 4 – As agências noticiosas

As agências de notícias, nomeadamente a Agência Lusa, em Portugal, são extremamente importantes para que a informação chegue tanto à sociedade, como aos restantes órgãos de comunicação.

Segundo Grandim (2000, p. 103) as agências de notícias são “empresas especializadas na produção de notícias e imagens que depois vendem aos seus clientes”. Também Wolf e de Figueiredo (1987, p. 201) afirmam que “as grandes agências de imprensa, supranacionais ou nacionais, constituem indubitavelmente a fonte mais notável de materiais noticiáveis”.

Apesar de o trabalho desenvolvido pelos jornalistas das agências nem sempre ser reconhecido pela maioria dos leitores, têm o difícil papel de prestarem um serviço de relevância social, com uma enorme objetividade, em que a finalidade é reunir notícias e distribuí-las aos outros órgãos de comunicação social e ao público em geral, através de um grande rigor e imparcialidade, consoante as condições o permitirem (Unesco, 1953, p. 24). Fidalgo (2000, p. 324) concorda que nem sempre as agências são citadas como deviam ser e afirma que muitas vezes a “obrigação” de citar a fonte é “esquecida no panorama mediático português”.

De acordo com a Unesco (1953, p. 9), não é possível que nenhum jornal ou emissora queira manter os seus leitores ou ouvintes informados e dar-se ao luxo de renunciar os serviços de uma agência de notícias, pois as agências estão muito melhor equipadas e com equipamentos delicados e caros que possibilitam a rápida transmissão de notícias. As agências funcionam como uma “primeira campanha de alarme para as redações” e depois são os meios que decidem o que fazer (Golding & Elliot, 1979, p. 105, como referido em Wolf & de Figueiredo, 1987, p. 202).

Segundo a Lusa (2011, p. 5), a escrita de uma peça de agência “tem normas muito mais rígidas do que um texto jornalístico em geral”.

No entanto, atualmente a posição das agências de notícias, devido ao crescimento dos domínios *online*, bem como os desafios que enfrentam, são muito semelhantes a qualquer meio de comunicação social.

O desafio de atuar segundo quatro conceitos-chave: convergência; ubiquidade; antecipação; e visão longo-prazo. E fazê-lo num contexto de maior interação entre

produtores e consumidores de serviços noticiosos e conteúdos informativos, na lógica do B2C, e numa realidade em que a rapidez e imediatismo impostos pelo avanço das redes sociais parece ditar tudo o resto (...) Questões como as redes sociais, a interacção com o consumidor, o peso do jornalismo de cidadão, a pluriespecialização e as redacções integradas, a propriedade e o monopólio da notícia, etc, são tudo dimensões em jogo neste processo de transição rápida, onde o que é local se torna global, onde o ciclo de vida da notícia é quase efémero e a antecipação da divulgação da mesma define os mais e menos capazes a reagir à mudança e a marcar uma posição no mercado (OberCom, 2016, p. 4).

Dada a desinformação existente no mundo, o papel das agências noticiosas é mais importante do que nunca, pelo que “não devem descurar os principais conceitos de sustentação que sempre se regeram, elevando a essência da qualidade jornalística” (OberCom, 2016, p. 5).

Nomeadamente no livro de estilo da Agência Lusa estão apresentadas como principais características do jornalismo de agência o rigor e a rapidez, no entanto, a rapidez e a urgência não podem sacrificar a precisão e a exatidão da notícia (Lusa, 2011, p. 6), sendo obrigatório contornar o imediatismo que se vive nos dias de hoje, que em muitas das vezes origina as *fake news*.

Apesar de o ritmo de agência ser mais acelerado do que em outro meio de informação, o produto noticioso nunca é apresentado ao público de forma autónoma, mas sim através dos clientes da empresa, que tratam a informação recebida conforme entenderem (Grandim, 2000, p. 103).

As agências noticiosas não devem esquecer que o seu principal objetivo é a “transmissão de notícias válidas, imparciais e independentes” (OberCom, 2016, p. 11). Grandim eleva a importância das agências enquanto fonte de informação, quer pelas informações que fazem chegar aos restantes meios, quer pelas pistas que dão para a “confeção de uma agenda rica e equilibrada” (2000, p. 104).

As agências devem manter a sua essência, equilibrando a rapidez com a veracidade e rigor, para que a sociedade possa estar informada corretamente.

4.1. Breve história da Lusa

A Lusa é a única agência de notícias em Portugal, sendo uma sociedade anónima detida pelo Estado português e tem como acionistas privados a Global Notícias- Media

Group, a Impresa- Sociedade Gestora de Participações Sociais S. A. e a NP- Notícias de Portugal, CRL. A Lusa é herdeira de duas agências de notícias do pós- 25 de abril de 1974 em Portugal: a ANOP (Agência Noticiosa Portuguesa) e a NP (Lusa, 2011, p. 4).

Em 1986, o Governo e as agências ANOP e NP chegaram a acordo de que a partir daí existiria apenas “uma e única agência que revestiria a estrutura de cooperativa de utilidade pública, de responsabilidade limitada, agrupando o Estado e os utentes dos serviços informativos (...) cada qual com 50 por cento do capital social” (da Silva, 2002, p. 37), a Agência Lusa de Informação. A agência deveria então assegurar a “prestação de serviços informativos através da recolha de material noticioso e de interesse informativo, seu tratamento para difusão e divulgação mediante remuneração livremente convencionada” (Jorge, 2013, p. 22 e da Silva, 2002, p. 37).

No entanto, o modelo de cooperativa de interesse público determinado pela Governo para a agência Lusa de Informação, não foi bem aceite por parte da classe jornalística, do Sindicato dos Jornalistas e dos grupos parlamentares da oposição, visto que para eles a independência da agência não estava assegurada, pois o Estado detinha 50% do seu capital (Jorge, 2013, p. 22). Por esse motivo, apesar de o Governo defender que a agência nunca iria ter nenhum poder político a controlá-la, concretizou um projeto para “pôr termo a um caso polémico” (da Silva, 2002, p. 39).

A Lusa começou a funcionar às zeros horas de 1 de janeiro de 1987, distribuindo um comunicado a todos os seus clientes.

Na sequência do processo de formação da Agência Lusa – Agência Lusa de Informação, CIPRL [Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada] – as agências ANOP e NP cessaram, a partir das 24 H de ontem, a difusão do seu serviço noticioso. A partir de hoje, cabe à Lusa a responsabilidade de elaborar e de distribuir um serviço noticioso nacional e internacional à rede geral de utentes da ANOP e da NP (in Lusa, 1998).

Apesar de ter passado por períodos conturbados, para além da sede em Lisboa, tem agora redações e correspondentes por todo o país. No estrangeiro, tem delegações e jornalistas nos países de língua oficial portuguesa e em Bruxelas e Macau (Lusa, 2011, p.4).

No Livro de Estilo da agência é referido que a Lusa conta com 250 jornalistas, que asseguram uma informação rápida, factual, isenta e rigorosa, cujo objetivo é “atender às necessidades específicas de clientes nacionais e estrangeiros” (2011, p. 4). De facto, em

1988, cerca de 50% do noticiário nacional e 100% do noticiário internacional publicado nos jornais portugueses eram produzidos pela Lusa (Jorge, 2013, p. 24).

Nos anos seguintes, a agência apostou na modernização tecnológica e em 1996 criou o seu primeiro *site*, tendo vindo a reinventar-se e modernizar-se ao longo dos anos. A mais recente alteração ocorreu em 2018, com um logótipo, que segundo o presidente do Conselho de Administração da Lusa é “mais moderno e dinâmico”, mas que o essencial é “manter os valores de isenção, de credibilidade, de fiabilidade da agência” (in Lusa, 2018).

Esta imagem está (...) no contexto de uma nova estratégia, que passa pela conquista de novos mercados, novos clientes, o lançamento de novos produtos, a melhoria da nossa rede nacional e internacional de delegados e de correspondentes, a melhoria das condições de trabalho dos nossos jornalistas e, no final disto tudo, a agência precisa de ter maior notoriedade (in Lusa, 2018).

Nicolau Santos reconhece que a Lusa não é suficientemente conhecida, apesar do trabalho imprescindível que desenvolve “em defesa da existência dos meios de comunicação social, não só em Portugal, como nos países de língua oficial portuguesa, em particular na África” (in Lusa, 2018).

Durante as 24 horas do dia, os jornalistas da Lusa produzem notícias acerca do que acontece no país e no mundo nas áreas da política, sociedade, local, ciência, desporto, economia, internacional, Macau, Timor-Leste e África (da Silva, 2002, p. 43).

Segundo Jorge (2013, p. 27), a Lusa divulga aos clientes 12 mil notícias por mês, uma média diária de 392 notícias e mais de 2.500 sons e vídeos, sendo notória a importância da agência.

4.2. Lusa no combate à desinformação

Em 2019, a Lusa assumiu um papel ativo no combate às *fake news*, através da realização de uma conferência acerca do tema, em parceria com a agência espanhola Efe, bem como da criação de um site temático “Combate às fake news- Uma questão democrática”. O presidente do Conselho de Administração, Nicolau Santos, afirma que a informação que está nas redes sociais “não é jornalismo, não é produzido de acordo com o Código Deontológico dos Jornalistas. Muitas dessas informações são falsas, são inventadas” (Santos, 2019). Por esse motivo, as agências de comunicação têm um papel muito especial

no combate à desinformação. Luísa Meireles, diretora de informação da Lusa, defende que a agência fez bem em “tomar a iniciativa, dar um pontapé na bola (...) mostrar que há armas possíveis para combater” (2019).

Também para Nicolau Santos “há uma luta muito grande relativamente aos conteúdos falsos que são produzidos nas redes sociais e a existência de agências que sejam fiáveis, fidedignas, que respondam atempadamente às notícias é fundamental” (in Lusa, 2018). Para além disso, Nicolau Santos considera que a Lusa também pretende ajudar a combater o populismo e a tirania.

A diretora de informação da Lusa pretende que a agência noticiosa portuguesa sirva como “uma plataforma de vontades contra a praga da desinformação” e acredita que “a solução passa por criar plataformas de entendimento para melhor combatermos o fenómeno” (2019b). Luísa Meireles afirma que a agência irá promover a literacia para os media e apostar em equipas especializadas em verificação de factos (Lusa, 2019b).

Durante a conferência realizada no ano passado, o professor Walter Dean, realçou que “um dos principais desafios” é perceber a relação entre cidadãos e instituições governamentais e que “Por um lado, têm de proteger a liberdade de expressão e, por outro, têm de proteger a qualidade da informação que os eleitores usam para tomarem boas decisões sobre a governação” (Lusa, 2019b).

Também a delegada da agência de notícias espanhola Efe e parceira da Lusa na conferência, reconheceu que “não basta denunciar, há que combater a mentira” e que “é um esforço diário, ninguém pode baixar a guarda. Não podemos continuar a ser cidadãos passivos” (Lusa, 2019b).

Para além deste cuidado e atenção maiores, a ministra da Cultura, Graça Fonseca, também anunciou que a Lusa iria desenvolver um sistema de verificação de factos, através da inteligência artificial como meio para combater a “capacidade de os algoritmos determinarem as notícias que são lidas pelo público” (2019c).

Tal como já foi referido anteriormente, para o período específico vivido atualmente, a Lusa criou um espaço próprio de acesso livre acerca das notícias relacionadas com a covid-19, de forma a que os leitores pudessem consultar de forma gratuita todas as notícias produzidas pela agência, na tentativa de que a sociedade não caia na teia das *fake news*.

Para além desta medida, a Lusa também apostou em realizar conferências online, como por exemplo “Jornalismo em teletrabalho- o futuro?”. Nesta conferência em

específico, Luísa Meireles, num webinar, explicou que durante o estado de emergência talvez tenha existido uma “exaustão e confusão para o leitor”, devido à “overdose de informação ao procurar vários pontos de vista”, na tentativa de informar da melhor maneira o leitor. Ainda assim, Leonete Botelho, na mesma sessão *online*, reiterou que o “jornalismo teve um papel importante no combate da pandemia e que houve uma preocupação em combater a desinformação”.

Face ao aumento da desinformação desde o início da pandemia, a Lusa decidiu criar um curso, em parceria com o Centro Nacional de Cibersegurança, com o objetivo de alertar para os perigos do consumo de informação através da Internet e ensinar os cidadãos a verificar se as informações que consultam são ou não verdadeiras.

A Lusa, enquanto única agência noticiosa em Portugal, tem tomado várias medidas de forma a tentar mitigar as *fake news*, especialmente em altura de pandemia em que a desinformação está mais presente.

Capítulo 5- Memória descritiva do estágio na Agência Lusa

O estágio curricular realizado na agência Lusa ocorreu com o objetivo de obter o grau de mestre em Media e Jornalismo, no mestrado de Ciências da Comunicação.

O estágio teve início no dia 9 de setembro de 2019 e término no dia 9 de janeiro de 2020. A minha primeira opção para realizar o estágio foi na Lusa devido ao bom nome da agência e pelo facto de ter recebido várias recomendações.

Por escolha própria, fui jornalista durante 4 meses na editoria Sociedade, secção mais abrangente da agência. O horário que me foi atribuído foi das 10 horas às 17 horas, podendo sofrer alterações caso surgisse algum serviço fora dele, apesar de todos os editores sempre me terem posto completamente à vontade em relação a isso.

Todos os profissionais da agência sempre se mostraram disponíveis para me ensinar e corrigir, quando assim fosse necessário. Na agência estava sempre presente o sentimento de entreajuda e foram vários os jornalistas que ao longo do tempo, me colocaram cada vez mais à vontade, num ambiente que eu não conhecia até então. O facto de mais estagiários estarem a passar pelo mesmo que eu, apesar de em editorias distintas, facilitou a minha adaptação e o relacionamento com todos os colegas.

Durante os dois primeiros dias, foram dadas a conhecer aos estagiários as principais regras de escrita de agência. A notícia deve ter toda a informação base, através de frases breves e palavras curtas e sempre enunciando a fonte. Foi-nos explicado que os *leads* deveriam ter sempre um máximo de 35 palavras e que é através dele que o leitor tem de saber todas as informações relevantes da notícia. Todos os profissionais deixaram bem claro que a escrita de agência é completamente diferente da escrita de um jornal: é mais crua e mais direta.

De seguida, os editores das editorias sociedade, cultura, internacional, multimédia, país, desporto, lusofonia, política e economia, apresentaram as principais tarefas de cada secção para que mais tarde pudéssemos escolher para qual iríamos durante o estágio. A minha escolha foi sociedade devido à abrangência de temas que são tratados naquela secção e à possibilidade de eu poder fazer um pouco de tudo.

Esta editoria está dividida em quatro “ilhas”, como os jornalistas lhes chamam: ilha da saúde, ilha da educação, ilha da justiça e ilha de ambiente, ciência e tecnologia. Cada uma destas quatro subsecções, tem entre dois a três jornalistas, que na maioria das vezes, apenas

tratam os temas que lhes dizem respeito, ou seja, os temas em que são especializados, à exceção de quando mais nenhum jornalista está disponível e é urgente escrever uma notícia acerca de outro assunto.

A escolha do tema do jornalismo especializado no geral, e em particular o de saúde, para este relatório de estágio, surgiu após me ter apercebido que aquela editoria tinha várias secções e que isso poderia ser uma mais valia para a qualidade dos trabalhos produzidos. Ao longo do tempo, e através da observação direta, percebi que aquela editoria em particular, tinha funções muito específicas e delineadas, e que cada jornalista sabia precisamente qual era o seu papel. A visualização constante de *sites* relacionados com as suas especialidades, o contacto frequente com fontes conhecedoras dos temas e a procura de respostas e novos esclarecimentos, despertou-me a atenção para o jornalismo especializado. Com especial enfoque para o jornalismo de saúde, que para mim tem uma importância acrescida por ser um tema que interessa a toda a sociedade e que precisa de ser bem trabalhado para que todos consigam entender exatamente do que se trata.

Todas as manhãs, a primeira coisa a ser feita quando se chega à redação é ver as notícias que saíram durante a noite para se estar a par de todo o trabalho feito pela Lusa. De seguida, é obrigatória a leitura de todos os jornais e revistas, para saber se é necessário investigar a fundo algum tema ou até para surgir alguma ideia de notícia. Quando um jornalista acredita ter descoberto algo novo, seja por que meio for, passa a informação a um dos quatro editores da editoria, que decide se a informação é ou não válida.

Durante o primeiro mês de estágio, todos os trabalhos feitos pelos estagiários não podiam ser divulgados aos clientes, através do *site* da Lusa, denominado de Luna. Apesar dessa regra imposta pela agência, o editor de Sociedade, Henrique Botequilha, ao fim de cerca de 20 dias permitiu que uma notícia escrita por mim fosse divulgada, por considerar que eu estava preparada e por o trabalho ter qualidade suficiente. A partir desse dia, os editores foram-me dando trabalhos, que após serem revistos por eles, eram colocados no Luna, com as minhas iniciais no fim (IZZ- o Z do meio significava que eu era estagiária).

Apesar de ter demonstrado que a minha área de interesse era a saúde, foram poucas as peças que escrevi acerca do tema, provavelmente pela necessidade de uma vasta rede de fontes, que eu não tinha, e pela exigência e especificidades que a própria comunicação de ciência tem. Este foi um dos pontos menos positivos da minha passagem pela agência. No

entanto, entendo perfeitamente que o facto de ser uma área tão específica, contribua para que haja uma maior reticência em ser uma estagiária a cobrir o tema.

Dada a editoria em que estagiei, houve várias oportunidades para sair em serviços, primeiro acompanhada e depois sozinha. De um modo geral, realizei cerca de dois serviços por semana. Cobri principalmente conferências de imprensa, apresentações de livros, presenças de ministros e manifestações. Durante o estágio tive a oportunidade de realizar serviços em conjunto com a Lusa TV, em que foi necessário recolher áudio e vídeo, para complementar o texto, como foi o caso da greve dos trabalhadores das cantinas dos hospitais¹ e do protesto dos docentes de ensino especial².

Dois dos serviços que a princípio me deixaram mais desconfortável foram a visita do Príncipe Alberto II do Mónaco ao Oceanário³ e a participação do Embaixador dos Emirados Árabes Unidos na dádiva de sangue, no Hospital Santa Maria⁴. Estas duas ocasiões colocaram-me à prova pois tive obrigatoriamente de sair da minha zona de conforto e falar em inglês para conseguir realizar o trabalho.

De princípio, não me sentia completamente à vontade por ir sozinha nos serviços, uma vez que tinha algum receio de não fazer bem o meu trabalho, mas à medida que o tempo foi passando, comecei a ganhar confiança e principalmente, a ganhar o gosto. De facto, era uma grande responsabilidade ir sozinha num serviço, pois só dependia de mim levar ou não uma notícia para a redação, mas foi isso que fez com que comesse a gostar ainda mais desta profissão e a perceber o verdadeiro papel social que tem. Na realidade, percebi que só quando está frente a frente com as situações é que consegue decidir se existe ou não notícia, ou seja, por vezes acredita-se que faz sentido cobrir algo e quando se chega ao local, afinal não é assim tão relevante. Esta situação aconteceu uma vez em que estava marcada uma

¹ <https://www.publico.pt/2019/11/29/sociedade/noticia/trabalhadores-cantinas-hospitais-alertam-riscos-seguranca-alimentar-1895607>

² <https://www.publico.pt/2019/12/02/sociedade/noticia/professores-ensino-especial-protesto-exigir-salarios-atraso-1895883>

³ <https://www.dn.pt/pais/principe-alberto-do-monaco-deixa-mensagem-de-esperanca-apos-visita-ao-oceanario-de-lisboa-11396415.html>

⁴ <https://www.saudemais.tv/noticia/976-embaixada-dos-emirados-arabes-unidos-em-lisboa-da-exemplo-pela-dadiva-de-sangue>

manifestação com centenas de estudantes de Letras de Lisboa e só compareceram cerca de 30⁵.

Ao longo dos quatro meses de estágio escrevi cerca de 85 notícias que foram divulgadas aos clientes. A peça que mais me marcou tinha por tema a celebração dos 25 anos da revista *Cais*, em que o editor me deu a liberdade de ser eu própria a escolher o rumo e o foco que queria dar à notícia. Intitulado “Cais: A revista que muda a vida das pessoas”⁶, foi o artigo em que tive mais autonomia e consequentemente mais responsabilidade.

Com uma data tão marcante como os 25 anos da revista *Cais*, rapidamente percebi que teria de captar a atenção do leitor e tornar o próprio artigo inovador e carismático. O que decidi imediatamente foi que não poderia escrever um artigo acerca da associação sem falar com as pessoas que contribuem para a sua existência. Por esse motivo, tive a oportunidade de entrevistar pessoalmente três homens que se conseguiram integrar socialmente e mudar de vida, graças à *Cais*. Com esta experiência assisti a uma realidade que desconhecia e foi-me possível dar um cunho mais humano à notícia.

Para além de todas as aprendizagens ao longo dos quatro meses de estágio, foi bastante gratificante ver as notícias escritas por mim, tanto no *site* da Lusa, como nos *sites* de outros órgãos de comunicação.

Efetivamente, o estágio realizado na agência Lusa foi o meu primeiro contacto com o mundo do jornalismo, e no geral, considero que tenha sido uma boa primeira experiência.

⁵ <https://www.saudemais.tv/noticia/1559-estudantes-de-letras-de-lisboa-contra-calendario-perpetuo-e-falta-de-condicoes>

⁶ <https://rr.sapo.pt/2019/12/14/vida/revista-cais-celebra-25-anos-a-mudar-a-vida-das-pessoas/noticia/175233/>

Capítulo 6- Metodologia da investigação

6.1. Objeto de estudo, pergunta de partida e questões de investigação

O jornalismo especializado é um tipo de jornalismo muito importante na medida em que possibilita uma cobertura mais detalhada e obrigatoriamente clara, para que o público em geral consiga estar a par. Em situações de pandemia, como a que vivemos na época atual, o jornalismo de saúde torna-se ainda mais fundamental, devido à necessidade de informar a sociedade acerca de tudo o que se passa relativamente à covid-19. No entanto, dada a desinformação que existe, este é um trabalho ainda mais árduo e exigente, tornando-se um grande desafio para o jornalismo informar corretamente.

Posto isto, aproveitando o facto de ter estagiado na única agência de notícias em Portugal considerei fazer todo o sentido estudar o papel que o jornalismo de saúde teve durante a pandemia vivida.

Este relatório de estágio tem como pergunta de partida: Como atuou o jornalismo especializado em saúde durante a pandemia de covid-19? Com esta pergunta, pretende-se esclarecer como foi feita a comunicação acerca da doença. Seguidamente, as três questões de investigação que lhe estão associadas e que vão auxiliar no objetivo deste estudo são:

- 1- Como produziu a agência Lusa notícias sobre a covid-19?
- 2- Como foi a receção pelos médicos do jornalismo sobre a covid-19?
- 3- Qual a importância do jornalismo especializado em saúde?

A primeira questão debruça-se sobre a relação entre as rotinas de trabalho dos jornalistas e a produção de informação acerca da covid-19; a segunda questão averigua a forma como os médicos receberam as notícias sobre o novo coronavírus e a terceira prende-se com a forma com que o jornalismo de saúde atuou durante a pandemia. Tal como Maxwell (2012, p. 228) afirma “as questões de investigação- aquilo que eu quero especificamente aprender ou entender- são o coração do meu modelo de pesquisa”.

Esta investigação pretende determinar de que forma é que o jornalismo especializado em saúde, nomeadamente na agência Lusa, agiu nos primeiros tempos de pandemia. Isto não significa necessariamente que tenha existido desinformação, sendo esse outro ponto que irá ser estudado. Por esse motivo, as questões de investigação são bastante específicas, de maneira a obter um conhecimento preciso e inequívoco acerca da comunicação feita por parte dos jornalistas.

Considero este trabalho relevante, por abordar um tema muito recente, em que tanto os jornalistas como os próprios médicos se estão a adaptar à forma de comunicação da matéria, bem como ao melhor método de informar correta e claramente, para que não seja transmitida informação falsa ou descontextualizada.

Sendo um tema tão atual e ainda com tanta margem de progressão e conhecimento a seu respeito, a finalidade é obter o máximo de dados e elementos que sejam úteis em pesquisas futuras.

6.2. Método de pesquisa qualitativo

De seguida, seguindo o modelo de análise de Maxwell e as várias fases de uma investigação (2012), importa definir a metodologia indicada para estudar as questões acima propostas, de forma a que a conclusão da investigação tenha um fundamento científico.

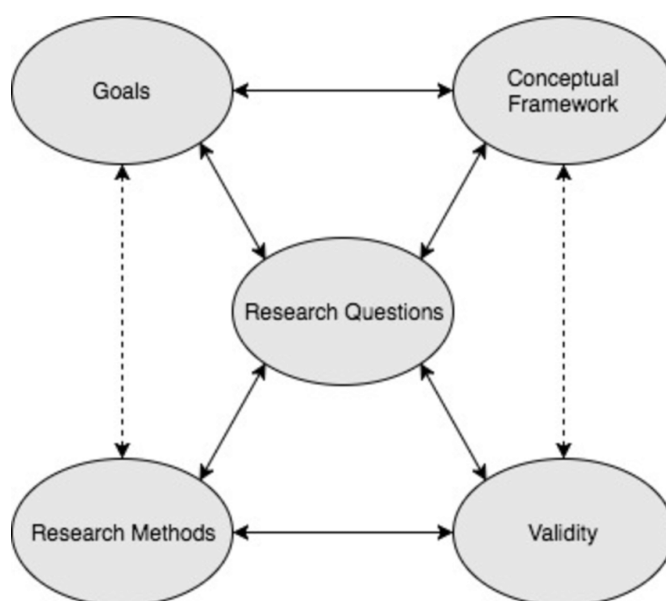


Figura 1: An interactive model of research design, in Joseph Maxwell (2012).

Para que seja possível alcançar o objetivo pretendido, utilizar-se-á um método qualitativo, mais concretamente a entrevista semiestruturada, desenvolvendo-se guiões a partir de conhecimentos e conceitos retirados da revisão teórica.

Serapioni (2000) destaca como características do método qualitativo a análise do comportamento humano do ponto de vista do ator, a observação naturalista (não controlada), a subjetividade, a orientação para a descoberta e para o processo, o seu caráter exploratório,

descritivo e indutivo, e a sua não generalização. Maxwell (2012, p. 221) refere que a pesquisa qualitativa serve sobretudo para identificar fenómenos e influências, entender os processos para se chegar a algo e até para o desenvolvimento de explicações causais. A entrevista serve para recolher dados descritivos segundo o próprio entrevistado, permitindo ao investigador desenvolver uma representação acerca das interpretações dos participantes (Bogdan & Biklen, 1994, p. 134).

Para Quivy e Campenhoudt (2013), durante as entrevistas instaura-se, “em princípio, uma verdadeira troca, durante a qual o interlocutor do investigador exprime as suas perceções de um acontecimento ou de uma situação, as suas interpretações ou as suas experiências” (p. 192), sendo exatamente isso o pretendido, uma vez que este trabalho tem como base as opiniões e perspetivas de vários agentes sociais relevantes ao tema.

A entrevista é a técnica mais pertinente quando o pesquisador quer obter informações a respeito do seu objeto, que permitam conhecer sobre atitudes, sentimentos e valores subjacentes ao comportamento, o que significa que se pode ir além das descrições das ações, incorporando novas fontes dos resultados pelos próprios entrevistadores (Ribeiro, 2008, 141).

Também de Britto Júnior e Júnior (2012, p. 241) consideram que a técnica da entrevista apresenta uma versatilidade e um valor de aplicação superior a todas as outras pelo facto de, para além de permitir recolher dados, poder servir para realizar diagnósticos e orientações.

No caso da entrevista semiestruturada, “as questões deverão ser formuladas de forma a permitir que o sujeito discorra e verbalize seus pensamentos, tendências e reflexões sobre os temas apresentados” (Ribeiro, 2008, p. 144). A mesma autora afirma que as perguntas têm um teor mais profundo e subjetivo, em que é exigido que haja um roteiro que deve ser seguido. A entrevista semiestruturada é usada quando é necessário recolher dados que possam ser comparados entre diferentes participantes/ entrevistados (Bogdan & Biklen, 1994, p. 134), algo que acontecerá neste estudo.

Este método está relacionado ao fornecimento de elementos que permitam analisar uma situação ou “problema específico” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 193), não sendo o objetivo do trabalho obter uma visão objetiva do tema de pesquisa.

Sendo uma pesquisa exploratória, tem como objetivo desenvolver, esclarecer e alterar conceitos e ideias, que poderão ser utilizados em estudos futuros (Gil, 1999). Em

concordância, Maxwell (2012, p. 246) afirma que a generalização dos estudos qualitativos é normalmente baseada no desenvolvimento de uma teoria que pode ser estendida a outros casos.

Apesar de todas as vantagens do método e de todos os esforços por parte do entrevistador e dos entrevistados “ocorrerão influências locais, sociais e culturais sobre os dados decorrentes da investigação científica” (de Britto Júnior & Júnior, 2012, p. 243).

No caso desta investigação, importa ressaltar que devido à pandemia (distanciamento social, sobrecarga de trabalho dos profissionais, dificuldade de conciliação de horários), ficou acordado entre os entrevistados e a entrevistadora que as entrevistas se realizassem via e-mail, à exceção de uma entrevistada que estava disponível para colaborar na investigação através da chamada telefônica.

Assim, considera-se que a metodologia usada foi a entrevista semiestruturada, apesar de a troca de informação não ter ocorrido de forma presencial e dinâmica, conforme pensado inicialmente, uma vez que todas as questões colocadas são abertas. Para além disso, todos os entrevistados foram alertados para o facto de estarem à vontade caso quisessem fazer alguma observação ou acrescentar informação pertinente sobre o tema. Importa ainda referir que todas as entrevistas foram realizadas nos meses de agosto e setembro, de maneira a abranger o maior período possível desde que a covid-19 surgiu, e para que os entrevistados pudessem justificar as suas respostas tendo como base um período de tempo considerável.

6.3. A amostra

Para que a validade e confiabilidade da pesquisa sejam garantidas é necessário que as fontes escolhidas sejam capazes de ajudar a responder à pergunta de partida e às questões de investigação. Nesta investigação, as fontes foram escolhidas de acordo com a “capacidade que têm de dar informações confiáveis e relevantes sobre o tema de pesquisa” (Duarte, 2005, p. 5).

Para este estudo foi adotada uma amostra do tipo não-probabilístico, por não ser de modo aleatório, mas sim por se relacionar com as características que cada fonte tem. Neste caso será uma amostra não-probabilística intencional, em que os entrevistados são conhecedores do tema em questão, ou seja, “quando o pesquisador faz a seleção por juízo

particular, como conhecimento do tema ou representatividade subjetiva” (Duarte, 2005, p. 5).

Como se pode observar abaixo, foram estabelecidos dois grupos de interesse, tendo em conta o objetivo desta investigação. Uma vez que todo o trabalho diz respeito ao papel do jornalismo especializado e à forma como atuou durante os primeiros meses da covid-19, faz sentido realizarem-se entrevistas tanto a jornalistas da área como a médicos conhecedores da doença, de forma a contrapor as diferentes opiniões que possam surgir. Ao todo foram entrevistadas dez pessoas, cinco jornalistas da agência Lusa e cinco médicos de diferentes especialidades.

Entrevistados	Função	Meio
Luísa Meireles	Diretora de Informação	Chamada telefónica
Não-identificado	Jornalista especializado em ciência	E-mail
Elsa Resende	Jornalista especializada em ciência	E-mail
Susana Oliveira	Jornalista especializada em saúde	E-mail
Helena Neves Marques	Jornalista especializada em saúde	E-mail

Tabela 1: grupo de jornalistas entrevistados, função e meio de entrevista.

Entrevistados	Função	Meio
Eduardo Infante de Oliveira	Médico Cardiologista	E-mail
Filipe Froes	Médico Pneumologista	E-mail
José Manuel Boavida	Médico Endocrinologista	E-mail
Mónica Fonseca	Médica Medicina Geral e Familiar	E-mail
Maria José Verdasca	Médica de Família	E-mail

Tabela 2: grupo de médicos entrevistados, função e meio de entrevista.

Assim sendo, foi entrevistada a Diretora de Informação da agência Lusa, Luísa Meireles, para explicar, de uma forma geral, como é que a única agência de notícias em

Portugal lida com a grande desinformação existente e de que forma a tenta combater ou minimizar, especialmente em tempo de pandemia.

No sentido de ir afunilando e de se obter um conhecimento cada vez mais concreto acerca do jornalismo especializado, realizaram-se entrevistas a dois jornalistas especializados em ciência da agência Lusa, um dos quais não quis ser identificado (a partir daqui PV) para que fosse possível compreender melhor a função de um jornalista especializado.

Por fim, Susana Oliveira e Helena Neves Marques, jornalistas especializadas em saúde da agência Lusa, que já cobrem esta área há vários anos, falaram sobre como é noticiar temas de saúde, nomeadamente a covid-19, bem como os seus hábitos e rotinas para informarem claramente.

As entrevistas realizaram-se a jornalistas da agência Lusa, porque o estágio curricular se realizou na agência, e também por a Lusa ser a única agência de notícias em Portugal, o que significa que parte de notícias presentes nos órgãos de comunicação social provém de lá. Apesar de não se poder generalizar, o facto de os jornalistas entrevistados pertencerem à Lusa dá uma maior credibilidade e validade à investigação, uma vez que é a maior fonte de notícias do país.

O outro grupo de interesse diz respeito a cinco médicos, aos quais foi aplicado um mesmo guião de perguntas. Os cinco médicos entrevistados foram escolhidos por trabalharem dentro de áreas diretamente relacionadas com o novo coronavírus- cardiologia, pneumologia, endocrinologia e medicina geral- sendo capazes de dar a sua visão acerca de como a comunicação foi feita por parte dos media, ao longo dos primeiros meses de pandemia. Cardiologia (Dr. Eduardo Infante de Oliveira), pneumologia (Dr. Filipe Froes) e endocrinologia (Dr. José Manuel Boavida) foram as áreas escolhidas por serem as três especialidades que tratam os pacientes que se enquadram nos grupos de risco, durante a pandemia. As duas médicas de medicina geral e familiar (Dra. Mónica Fonseca e Dra. Maria José Verdasca) foram seleccionadas por trabalharem nos Agrupamentos de Centros de Saúde de Lisboa Central e Sintra, Rio de Mouro, respetivamente, dois dos concelhos mais afetados pela covid-19.

Cada um dos dez entrevistados contribuiu, de forma distinta, para a concretização desta investigação. Cada entrevistado apresentou a sua perspetiva em relação ao tema,

acrescentando assim muito valor ao trabalho, pelo que nenhum deles poderia ser substituído ou retirado da investigação.

6.4. Os procedimentos de análise

Como foi referido anteriormente, o método utilizado é qualitativo, mais precisamente as entrevistas semiestruturadas. Por esse motivo, foram criados guiões de entrevistas, adequados a cada grupo de entrevistados, de forma a que fosse possível recolher a informação pretendida.

O guião elaborado para a diretora de informação da agência Lusa, foi escrito para que se perceba qual foi o papel da única agência de notícias de Portugal ao longo dos primeiros meses de pandemia. Este é um guião curto, em que apenas permite conhecer melhor a agência, não sendo o principal foco da investigação.

Os guiões delineados para os dois jornalistas especializados em ciência são compostos por duas a três secções (tal como os das jornalistas especializadas em saúde): informação geral, jornalismo especializado em ciência e por fim, combate às *fake news*, em especial durante a pandemia.

Para finalizar as entrevistas realizadas a jornalistas da Lusa, os dois últimos guiões desenhados para as jornalistas de saúde, tal como foi dito anteriormente, são muito semelhantes aos jornalistas de ciência, mas são mais focados na própria produção de notícias relacionadas com a covid-19 e em como as jornalistas lidaram com a dualidade entre informar de forma rápida, mas sem negligenciar a veracidade e rigor necessários.

No que diz respeito aos guiões estruturados para as entrevistas realizadas aos médicos, importa referir que as perguntas foram iguais para todos os entrevistados, de maneira a que a conformidade e coerência fossem garantidas, e para que nenhum dos médicos fosse destacado. As questões debruçaram-se sobre a comunicação feita pelos media acerca do novo coronavírus, bem como a relação entre a doença e a desinformação.

Tal como mencionado acima, as entrevistas foram realizadas via e-mail, dadas as circunstâncias atípicas vividas atualmente, que promoveram a impossibilidade de realizar entrevistas presenciais, como delineado inicialmente. Ainda assim, tentou-se ao máximo realizar questões abertas para que os entrevistados se sentissem à vontade para expressarem aquilo que considerassem relevante e pertinente.

Após realizadas, as entrevistas foram lidas várias vezes ficando assim com uma ideia geral do que cada entrevistado tinha dito. O passo seguinte foi perceber a posição de cada um dos entrevistados e concluir se as opiniões eram muito ou pouco divergentes, de forma a sistematizar a análise.

Importa esclarecer que apesar de os jornalistas da Lusa terem falado do jornalismo da Lusa e dos médicos terem falado do jornalismo em geral, considerou-se que os jornalistas da Lusa incluíram nos seus testemunhos os jornalistas em geral e que os médicos, ao falarem do jornalismo em geral, falavam também do jornalismo da Lusa.

Como o relatório pretende responder a três questões de investigação, o método de análise que pareceu mais adequado foi a criação de subcapítulos com temas relacionados com as questões, e a partir daí realizar a interpretação e comparação dos resultados das entrevistas. Através deste sistema de divisão das entrevistas por temas, é possível averiguar o que se pretende de uma forma organizada e estruturada.

Em resumo, este método de análise permitirá responder à pergunta de partida e às questões de investigação do relatório de estágio. Uma vez que é uma pesquisa exploratória, a entrevista é o método que mais se adequa, pois, permite que seja recolhida o máximo de informação possível, através de grupos profissionais que são essenciais para a obtenção de uma conclusão completa e concreta.

Assim sendo, é possível delinear o modelo de pesquisa de Maxwell, ajustado aos objetivos deste relatório de estágio.

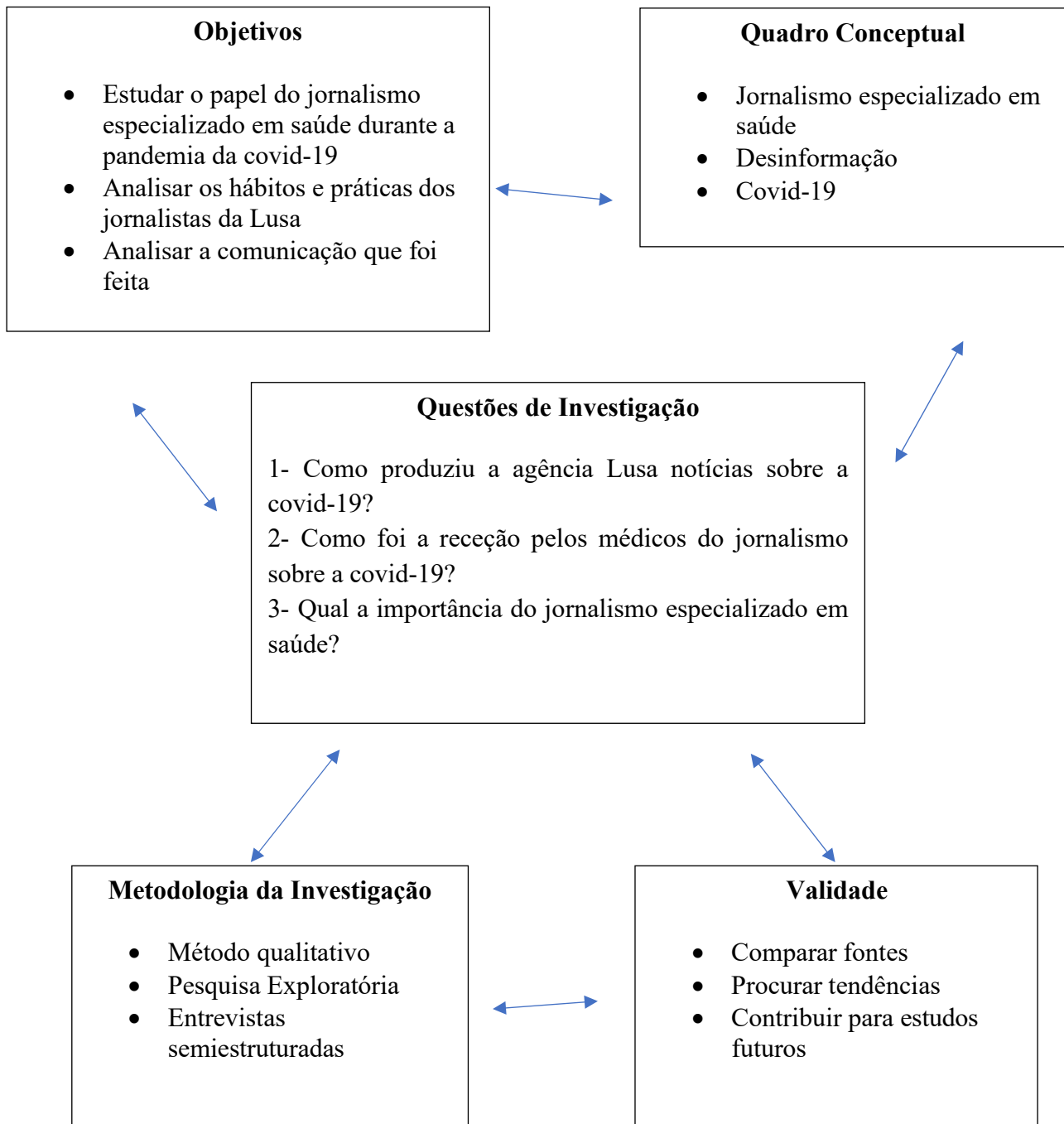


Figura 2: Modelo qualitativo, in Joseph Maxwell, aplicado à investigação.

Capítulo 7- Apresentação e discussão dos resultados

Uma vez que esta investigação diz respeito a um tema muito recente e pouco estudado, a apresentação dos resultados será feita através dos temas debatidos nas entrevistas, relativamente à comunicação feita pelos media durante os primeiros meses de pandemia. De forma a organizar o trabalho criaram-se subtítulos que estão diretamente ligados às questões de investigação do relatório.

Importa sublinhar que através dos agentes relevantes selecionados para a amostra, neste caso jornalistas da agência Lusa e médicos de diversas especialidades, conheceremos casos e perspetivas específicas em profundidade e identificaremos tendências, não sendo o objetivo do estudo generalizar.

7.1. Análise e interpretação dos resultados

7.1.1. Produção da Lusa sobre a covid-19 e o perigo das *fake news*

As notícias acerca do novo coronavírus dominaram o mundo dos jornalistas desde o princípio de março. Ao longo do tempo foi-se verificando que nem tudo o que foi divulgado era realmente verdadeiro. Neste subcapítulo interpretar-se-ão e analisar-se-ão as perspetivas dos jornalistas relativamente ao modo como davam as notícias acerca do tema. Debater-se-á também se realmente as *fake news* são um perigo para a sociedade ou se são sobrevalorizadas.

O principal resultado obtido a partir das entrevistas realizadas aos jornalistas da Lusa foi a concordância entre todos relativamente ao seu trabalho jornalístico. Todos os entrevistados afirmaram que as rotinas e hábitos de trabalho se mantiveram praticamente as mesmas quando o assunto era a covid-19, visto que o cuidado e o rigor devem estar presentes em qualquer notícia, seja qual for o tema.

Luísa Meireles, diretora de informação da Lusa, acredita não terem existido grandes alterações em termos de trabalho jornalístico, pois a Lusa sempre aplicou as regras básicas para garantir uma informação credível e rigorosa, ao verificar sempre a informação e ao fazer o contraditório. No entanto, Meireles admite ter havido uma maior cautela quando foram confrontados com este novo tema.

(...) eu acho que tenha havido um cuidado acrescido porque nós fomos todos inundados com notícias relativas à covid. Houve especial cuidado em relação a isso, até de identificação das próprias *fake news* que corriam na comunicação social portuguesa e estrangeira (Luísa Meireles, Lusa).

Elsa Resende, jornalista especializada em ciência, referiu que informar acerca da covid-19 deve ser feito de forma a “esclarecer as pessoas, sem alarmismos”, com o que Helena Neves Marques concordou, afirmando: “dar informação correta, isenta e não alarmista”. Marques considera ainda que os jornalistas de saúde da Lusa foram eficazes no combate à desinformação durante a pandemia, porque tentaram “dar sempre informação fidedigna e mostrar a realidade através dos olhos dos jornalistas que estão no terreno em todo o país”. Também PV, jornalista especializado em ciência, considera que o facto de todo o “fio noticioso” da Lusa se ter especializado e virado para o tema dominante, mantendo a preocupação com o rigor e a verdade, foi uma mais valia. Ainda assim, considerou que ainda era cedo para fazer balanços. Por outro lado, Resende assumiu não saber se o jornalismo foi ou não eficaz, devido à grande quantidade de estudos e contraestudos que estavam sempre a surgir.

Luísa Meireles considera que a agência, tendo um grande poder multiplicador de notícias, “é extremamente importante na divulgação das boas notícias e no combate à desinformação”. Helena Neves Marques, jornalista especializada em saúde, corrobora dizendo que o papel da agência é fundamental no combate à desinformação, pois vai ao encontro da filosofia do rigor da informação, verificação de fontes, confirmação de factos e contraditório.

Acerca do perigo das *fake news* para a sociedade, as opiniões dos dez entrevistados são muito semelhantes. Todos afirmaram que a desinformação é de facto um problema, e que quando ligada a questões de saúde, pode colocar as pessoas em perigo, tendo sido dado o exemplo dos Estados Unidos da América e do Brasil.

As *fake news* são um perigo real. (...) Durante a pandemia vimos media internacionais a promover a utilização de fármacos sem qualquer evidência científica (Eduardo Infante de Oliveira, cardiologista)

Neste momento, as *fake news* são o cancro nas nossas sociedades, na medida em que disseminam e têm um alcance geral (Luísa Meireles, Lusa)

De forma a combater as *fake news*, PV acredita que não se deve mudar “o compromisso com os valores do jornalismo”, acrescentando que a própria sociedade pode

educar-se e adquirir sentido crítico. Elsa Resende é da opinião de que a Lusa tem uma responsabilidade acrescida, uma vez que como fornece notícias para outros meios, “o erro e uma informação mal dada espalham-se como um rastilho”, tendo de ser conciliada a rapidez com o rigor.

Susana Oliveira, jornalista especializada em saúde, afirma que enfrenta diariamente a pressão da rapidez e do imediato, mas que prefere “dar a informação cinco minutos depois, mas não ter de a corrigir”.

No entanto, tal como foi visto no capítulo teórico, a desinformação acontece através de vários meios e propósitos. Sendo um tema muito recente, em que ninguém tem certezas de nada, é inevitável que por vezes se cometam erros, de parte a parte. Ainda que os jornalistas cumpram minuciosamente os valores-notícia de forma a dar a informação correta, no caso do novo coronavírus, o erro pode vir da fonte.

A informação dos médicos e especialistas, e mesmo das autoridades de saúde, não era, à partida, completa nem rigorosa. Ainda hoje, as fontes de informação sérias admitem que não sabem tudo. Não quero dizer que, na maior parte dos casos, houvesse uma intenção deliberada de enganar ou de transmitir informação deficiente. Houve, no entanto, ignorância e incerteza em relação a uma circunstância nova, a uma doença nova, uma incerteza que ainda hoje se manifesta e que leva a que se contradiga hoje o que se afirmava há alguns meses (PV, jornalista especializado em ciência)

Susana Oliveira teve a mesma opinião, justificando que isso se devia à falta de conhecimento por parte dos especialistas e cientistas, mas sublinhando que isso não significava que tivessem “deliberadamente enganado as pessoas”.

Os próprios médicos entrevistados assumiram que grande parte da informação deficiente, pelo menos nos primeiros meses de pandemia, em que ainda não existiam muitas certezas acerca do vírus, possa ter sido passada pelos próprios especialistas. Maria José Verdasca, médica de família, admite que o facto de ser uma doença nova fez com que apenas existissem possibilidades de como o vírus se poderia comportar, fazendo com que nem os médicos estivessem completamente certos.

Por vezes, a dificuldade em comunicar corretamente também se prende com o facto de o diálogo entre jornalistas e especialistas não ser fácil, podendo dar origem a erros e imprecisões, que quando replicados podem provocar grandes ondas de desinformação. Todos os médicos entrevistados foram da opinião de que nem sempre a linguagem técnica é perceptível por todos e que a incapacidade de transmitir e/ou perceber a mensagem é um

grande entrave para uma comunicação eficaz. PV considera que para a comunicação ser clara, é essencial aumentar o diálogo entre as classes profissionais, para criar uma maior compreensão e confiança entre ambas.

Por outro lado, Elsa Resende considera que os cientistas já se esforçam mais por decodificar o seu discurso, porque têm a perceção de que se não forem compreendidos, a mensagem não chega às pessoas. A jornalista afirmou que são necessárias as bases para uma “relação de confiança e cooperação com um fim comum, o de informar com clareza (e interesse) as pessoas sobre um facto científico”.

Relativamente à transmissão de informação científica durante a pandemia, Susana Oliveira acha que a relação entre jornalistas e médicos mudou e que “talvez se tenha estreitado esta relação (...) [os médicos] parecem-me mais próximos dos jornalistas, mais disponíveis e sobretudo perceberam a importância de saber comunicar bem os assuntos”.

É relevante deixar claro, que nenhum dos dois grupos de entrevistados atribuiu as culpas entre si. Ambos assumiram que era uma novidade para todos os setores profissionais, e que apesar de poder ter originado controvérsia na informação acerca do mesmo, essa informação nunca foi transmitida com o objetivo de enganar o público.

Todos os jornalistas entrevistados concordaram que a literacia mediática e a verificação das fontes e das datas das notícias publicadas são alguns métodos que o próprio público pode colocar em prática para estar o melhor informado possível.

7.1.2. Receção pelos médicos ao jornalismo sobre a covid-19

O novo coronavírus foi e ainda é o tema do momento. Nos primeiros meses de pandemia todos os telejornais, rádios, jornais e *sites*, falavam sobre o mesmo. No entanto, segundo a opinião de alguns médicos, por vezes quanto mais se informava, menos se acertava.

José Manuel Boavida, médico endocrinologista, recebeu as notícias acerca da covid-19 com algum desagrado: “Acompanharam a onda da pouca preparação para a situação, sem a capacidade crítica necessária. Só a pouco e pouco foram percebendo erros e mensagens contraditórias. O alarmismo sempre foi inimigo da racionalidade”. Também Mónica Fonseca, médica de família, considerou que a comunicação não foi a mais correta, considerando que os órgãos de comunicação social “exageraram e não tiveram o devido e desejável critério”, apesar de não poder generalizar por nem todos apresentarem o mesmo

“profissionalismo”. Fonseca completa dizendo que existiu uma preocupação excessiva em fornecer notícias sobre a pandemia, muitas vezes contraditórias, e que a necessidade de responder às dúvidas dos cidadãos não deve justificar os meios menos credíveis. Maria José Verdasca também classificou a comunicação relativa à pandemia como “normalmente muito negativa”.

Boavida afirma que o excesso de informação nem sempre era útil para a compreensão da situação e que muitas vezes, os jornalistas se deixaram “*infetar* pelo SARS-CoV2”. No entanto, Elsa Resende, justifica que, “no caso de uma pandemia causada por um vírus desconhecido, a evolução dos conhecimentos nem sempre é linear e coerente. A pandemia da covid-19 tem, de facto, dominado os noticiários, porque é algo novo, inesperado, que afeta todos”, acrescentando que o excesso de informação não significa necessariamente desinformação.

Também Susana Oliveira defendeu que o próprio público estava igualmente à espera que tal acontecesse. Questionada quanto a uma possível negligência para com outros temas, a jornalista entende que quanto muito, existiu uma negligência por parte das autoridades de saúde e em relação às estratégias usadas no combate à pandemia para não sobrecarregar o sistema e impedir o colapso do SNS. A jornalista especializada em saúde vai mais longe afirmando que muitas vezes foram os próprios jornalistas que alertaram para as doenças que ficaram por diagnosticar.

Ainda assim, Helena Neves Marques crê que existiu uma exaustão do tema, que levou a um afastamento do leitor.

Meireles concorda, ao assumir que “a pandemia e a covid-19 esmagaram completamente a vida social” e que se tornou “um monotema”. A diretora de informação da Lusa associa este excesso informativo ao facto de muitas pessoas se terem desligado dos noticiários.

Parece que o resto da vida morreu e relativizou, no caso da saúde, outros casos igualmente graves. Continuaram a morrer pessoas de outras doenças que não a covid e toda a gente se preocupava com os dois mortos pela covid. Era manchete. Enquanto que os 15 mortos em acidente de automóvel, 15 mortos por cancro, ataque cardíaco, que é a nossa realidade, passou para segundo plano (Luísa Meireles, Lusa)

José Manuel Boavida considerou que nem sempre os jornalistas conseguiram fazer as perguntas certas e que os media deveriam ter tido “um papel mais educativo e não tanto

alarmista e especulativo”, sugerindo que a promoção de debates, clarificação dos pontos de divergência e contradição teriam sido uma melhor aposta. Verdasca fortaleceu esta perspectiva, acrescentando que a “excitação de dar as primeiras notícias resultou”.

Com uma opinião completamente oposta, Eduardo Infante de Oliveira, médico cardiologista, crê que “em geral, no plano nacional o trabalho desenvolvido foi excelente” e que os media nacionais tiveram um comportamento exemplar. Da mesma forma, Filipe Froes, médico pneumologista, considera que a comunicação foi muito boa e que foi um “bom momento do jornalismo e da comunicação social”, acrescentando que muitas notícias atingiram o nível da excelência.

O pneumologista assumiu que a informação contínua possa ter provocado saturação, mas que a importância da pandemia na vida das pessoas justificou a abundância de notícias, acrescentando que fazer diferente é sempre desejável, mas que no caso da cobertura da pandemia, diferente não seria necessariamente melhor, defendendo uma vez mais que os jornalistas realizaram um bom trabalho. Também Eduardo Oliveira considera que o facto de se viver um período excecional explica o facto de o tema monopolizar a agenda.

Relativamente ao poder que os media têm sobre a população, os médicos acreditam que os jornalistas, apesar de não serem os únicos, são um dos grandes atores sociais que ajudam na definição dos temas relacionadas com a saúde.

Boavida tem a convicção de que os jornalistas competentes tentam passar a informação científica o mais corretamente possível, ajudando assim a educar a sociedade.

Os media contribuem diretamente para a divulgação e acessibilidade da informação e indiretamente para selecionar e fundamentar a melhor informação com impacto na literacia da população (Filipe Froes, pneumologista)

Os media têm um papel a desempenhar, pois uma parte da população não tem acesso a informação através da internet. A televisão e restantes meios de comunicação social têm uma função de informar melhor os cidadãos (Mónica Fonseca, médica de família)

Por outro lado, Mónica Fonseca acha que os media, através de programas televisivos e artigos de opinião com assuntos sensacionalistas mostram acima de tudo o que corre mal e os problemas que existem na saúde, influenciando negativamente a população. Oliveira também acha que em geral, a comunicação social tenta transmitir as recomendações que recolhem dos profissionais, no entanto, para o médico “alguns fenómenos não assentes em substrato científico são frequentemente favorecidos pela divulgação jornalística”. Acima de

tudo, o médico considera que os media têm um papel crítico na partilha do conhecimento e na determinação de comportamentos.

“No recente período pandémico, a comunicação social divulgou por iniciativa própria recomendações precisas e corretas sobre a utilização dos meios de proteção individual. Antecipando as recomendações da DGS. Prestaram um serviço notável. Por outro lado, no passado recente, promoveram múltiplas peças que denegriram os fármacos utilizados para o tratamento do colesterol. Além de cientificamente infundadas, estas peças levaram a que muitos doentes interrompessem inadvertidamente a sua terapia. Este é um exemplo de ação potencialmente negativa” (Eduardo Infante de Oliveira, cardiologista)

As jornalistas especializadas em saúde assumem que os jornalistas têm a capacidade de alterar comportamentos na sociedade através daquilo que transmitem, quando a informação é bem comunicada, sublinhando que na área da saúde é mais notório por ser uma área a que as pessoas dão cada mais atenção. Helena Marques refere ainda que essa influência pode ser positiva por permitir que a população aumente a sua literacia em saúde.

Em suma, uma vez mais as opiniões entre os jornalistas são coincidentes. No entanto, o grupo de médicos apresenta algumas variações internas interessantes ao não concordarem entre si relativamente à forma como o jornalismo especializado em saúde atuou e quanto ao facto de os media influenciarem positiva ou negativamente a população.

7.1.3. O jornalismo de saúde e a sua importância

Uma das questões de investigação deste relatório trata de saber qual é realmente a importância do jornalismo especializado em saúde. Esta é uma questão bastante pertinente uma vez que a saúde é a área que domina o dia de muito jornalistas há vários meses. O jornalismo especializado é por si só, um tipo de jornalismo que está condicionado por várias particularidades, sendo necessário um grande conhecimento e prática por parte do jornalista. O jornalismo de saúde é ainda mais complexo, devido a todos os termos técnicos e à sua linguagem específica.

Resende é da opinião de que uma das vantagens em se ser jornalista especializado é o à vontade e a facilidade em saber se um tema é ou não novo. A jornalista afirma ainda que no jornalismo especializado em ciência, o facto de ser uma área muito técnica, obrigada a que se perceba “o ‘cientês’”.

A principal vantagem é o conhecimento que se vai ganhando do tema, o domínio progressivo de uma linguagem especializada que é preciso ‘traduzir’ em notícias acessíveis a qualquer leigo. “Resíduos urbanos” são, para todos os efeitos, “lixo” (PV, jornalista especializado em ciência)

Susana Oliveira também defende que quando um jornalista se dedica a uma área em específico, a grande vantagem é que o trabalho se torna mais esclarecido, pois “um jornalista especializado capta nuances que escapam a quem habitualmente não cobre essas matérias”.

Para além da vantagem de se conhecer bem a área, o contacto e a proximidade que se tem com as fontes também é muito maior. Todos os jornalistas, ao longo da sua carreira profissional, vão criando e mantendo fontes confiáveis e fidedignas. O jornalista especializado, ao tratar um tema que exige tanta descodificação, necessita ainda mais da ajuda de uma fonte especializada no tema, para que consiga comunicar da melhor forma.

Helena acredita que o facto de ser jornalista especializada em saúde há já vários anos, fez com que as fontes tivessem confiança no seu trabalho e fossem manifestando uma maior disponibilidade, ao mesmo tempo que alertam para situações que podem vir a dar notícia.

Relativamente à estratégia usada para comunicar factos científicos, Susana Oliveira diz que aplica as regras da escrita de agência: escrita clara, concisa, precisa e imparcial. Todavia, assume que reportar a área da saúde nos dias de hoje, é uma tarefa cada vez mais complexa, devido à informação disponível, que muitas vezes é não verificada. Helena Neves Marques tem uma opinião semelhante: sobretudo em tempos de pandemia, em que há muita desinformação, é muito difícil tratar esta área.

No entanto, para que o leitor fique completamente esclarecido, todos os jornalistas entrevistados referiram que o mais importante é explicar ao máximo a informação, de forma a que o leitor perceba.

Tendo a simplificar a linguagem e descrever de forma mais linear possível aquilo de que estou a falar (...) O jornalista terá que criar uma espécie de atalho, ligando o ponto de partida ao ponto de chegada. Terá até que, em certos casos, explicar porque é que certa descoberta ou conclusão científica é importante para o leitor ou para a sociedade em geral (PV, jornalista especializado em ciência)

No entanto, conforme visto na revisão de literatura, por vezes é questionado se o jornalista especializado é um mero tradutor da linguagem científica, do que Elsa Resende discorda.

O jornalista faz perguntas e das perguntas resultam respostas que podem dar ou não uma notícia. Nem sempre o que os cientistas dizem ou fazem é notícia. Algo pode ser relevante para eles, do ponto de vista do trabalho científico, mas muito pouco relevante para o público em geral. Nós, jornalistas, escrevemos para todos, não apenas para os cientistas/ interessados em assuntos relacionados com a ciência (Elsa Resende, jornalista especializada em ciência)

No grupo dos médicos, quando questionado acerca da capacidade que os jornalistas de saúde têm em cobrir uma área tão específica como esta, a maioria assentiu que são capazes de o fazer, ressaltando que têm sempre a possibilidade de rever a matéria com peritos. Mónica Fonseca e Maria José Verdasca têm a convicção de que existem profissionais muito bem preparados. Ainda assim, Eduardo Oliveira não descarta a hipótese de transformar especialistas em jornalistas, em prol de uma comunicação mais correta, do que Susana Oliveira discorda completamente.

Os especialistas da área não conseguem escrever para o público em geral. Fecham-se no seu vocabulário e dizem coisas que se não forem decodificadas pelos jornalistas, não são perceptíveis por todos, como devem ser. O que eu acho é que com o ‘boom’ das redes sociais e das *fake news*, o jornalismo perdeu qualidade. Mas no seu todo, não o jornalismo especializado (Susana Oliveira, jornalista especializada em saúde)

Todavia, a resposta coletiva foi a necessidade de uma maior aposta na formação de jornalistas em áreas específicas da saúde, para se ser capaz de sintetizar a informação e a divulgar de forma pedagógica. Mónica Fonseca vai mais longe referindo que o ideal seria aliar o conhecimento dos jornalistas com a participação das ordens profissionais e associações médicas.

Luísa Meireles também realça a extrema importância do jornalismo especializado em saúde, referindo que a situação que vivemos atualmente nos veio lembrar do seu valor.

Um jornalista especializado em saúde é um jornalista que tem um background em que sabe imediatamente se aquilo é notícia ou não e tem ideia e acesso a fontes que lhe garantem se aquilo é verdade ou mentira. Aliás, eu considero que os jornalistas especializados são uma mais valia numa redação (Luísa Meireles, Lusa)

Apesar das inúmeras vantagens do jornalismo especializado, os jornalistas entrevistados também estão cientes da existência de desvantagens, tais como o facto de passarem a desvalorizar alguns temas por acharem que já não é notícia. No entanto, a diretora

de informação da Lusa, acha que “esse é um equilíbrio que tem de ser feito pelo jornalista especializado”.

De forma a tornar a comunicação de saúde mais ajustada, os médicos deixaram algumas sugestões aos jornalistas. Filipe Froes disse que os profissionais deveriam ouvir mais as pessoas do terreno, libertar-se de ideias preconcebidas e ter uma maior independência e segurança. Verdasca e Boavida foram da opinião de que devem ter sempre presente a ética comunicacional e diversificar as fontes, ouvir várias perspetivas e noticiar “positivamente”, dando ênfase às medidas de promoção da saúde e redução de risco da doença e aumentando a capacidade crítica das populações.

Neste último subtema da análise das entrevistas, é visível a existência de uma maior concórdia acerca da importância do jornalismo especializado, tanto entre jornalistas e médicos, como entre os próprios médicos. Ainda assim, acreditam que existe sempre margem de manobra e possibilidade de fazer melhor.

Após apresentados os dados obtidos através das entrevistas, é altura de proceder à discussão dos resultados.

Relativamente à primeira questão de investigação, de acordo com as entrevistas efetuadas é possível assumir que os jornalistas da agência realizaram o seu trabalho jornalístico como se de outro tema se tratasse. Todos os jornalistas disseram que noticiaram com rigor, exatidão e clareza, afastando todo o tipo de alarmismos. Os jornalistas sublinharam que existe sempre uma grande verificação de factos, confirmação de fontes e que quando não se tem a certeza, não se divulga, tal como acontece com todos os temas. A maioria dos jornalistas afirmou que o jornalismo praticado na Lusa foi eficaz no combate à desinformação, uma vez que, segundo Luísa Meireles, a maior maneira de combater as *fake news* é o regresso ao básico, ou seja, verificar e fazer o contraditório, algo que assegura ter acontecido na Lusa.

Através desta questão de investigação é possível afirmar que a comunicação social, neste caso, os jornalistas da Lusa têm a consciência de que fizeram tudo para que as notícias sobre a covid-19 fossem o mais rigorosas e verdadeiras, considerando que o jornalismo de saúde atuou corretamente.

Todos os entrevistados concordaram que as *fake news* são realmente um perigo para a sociedade e que podem colocar em perigo a vida das pessoas, devendo ser combatidas, não só pelos jornalistas, mas também pela sociedade.

Quanto à segunda questão de investigação, de cinco médicos entrevistados três consideraram que a comunicação não foi a mais correta, apesar de não mencionarem que existiu divulgação de desinformação, mas sim alarmismo e especulação. Para eles, os media tiveram uma comunicação bastante alarmista, especulativa e com mensagens bastante contraditórias. Por outro lado, dois dos médicos entrevistados concordam que a comunicação feita pelos media foi muito boa e com um grande nível de excelência.

Todos os jornalistas e também os médicos, concordaram que existiu um excesso de informação sobre a pandemia. No entanto, a maioria justifica este fenómeno com o facto de ser um tema novo e estarem sempre a surgir novos estudos e opiniões, sendo que o leitor também queria estar informado acerca do assunto do momento.

Com base nas entrevistas de dois médicos, é possível concluir que o facto de se viver num período excecional, justifica que o tema tenha estado em constante destaque. Por outro lado, dois outros médicos afirmaram que várias vezes, com o excesso de informação divulgada, foram os próprios jornalistas que se deixaram “infetar” pelo vírus, por estarem constantemente a noticiar acerca da doença.

Os jornalistas entrevistados reconhecem que têm o poder de influenciar e orientar a sociedade, sobretudo numa área como a saúde, que interessa a todas as pessoas. Os médicos concordaram que os jornalistas são um dos grandes atores sociais que ajudam na definição dos temas relacionadas com a saúde, mas que poderiam tirar um maior partido desse poder mediático e influenciar positivamente as pessoas. Os médicos são da opinião de que a comunicação social deveria educar e determinar certos comportamentos das pessoas, para o bem da saúde das mesmas.

Uma vez mais, nesta questão de investigação é visível a existência de duas opiniões díspares. Novamente, os jornalistas concordam entre si, enquanto que os médicos apresentam uma grande divergência de opiniões.

No que diz respeito à terceira questão de investigação e ao tema do jornalismo especializado em saúde, todos os entrevistados demonstraram que de facto, é uma mais valia para o mundo do jornalismo, e consequentemente para a sociedade. Os jornalistas enumeraram várias vantagens relativamente ao mesmo, explicando que um jornalista

especializado consegue ir mais facilmente ao fundo da questão e está melhor preparado para explicar o tema ao leitor.

Foi ainda referido pelos jornalistas, que o jornalista especializado tem a habilidade de traduzir e explicar os termos técnicos que a área tem, proporcionando um trabalho mais completo e confiável.

Neste caso, os médicos consideraram que, no geral, os jornalistas estão capacitados para comunicar temas relacionados com saúde, mas acham que ambos os lados tinham a ganhar caso se apostasse na formação e especialização em áreas temáticas.

Não obstante, um dos médicos admitiu que também se conseguiria obter uma boa comunicação caso se transformassem especialistas da área em jornalistas, algo que as jornalistas especializadas em saúde recusaram por completo, defendendo que cada um deve estar na sua área.

Os médicos deixaram ainda sugestões e práticas de como os jornalistas podem melhorar a comunicação acerca de temas relacionados com a saúde.

Conclusão

Este relatório de estágio teve como principal objetivo estudar o papel do jornalismo especializado em saúde durante a pandemia da covid-19, com principal enfoque na agência Lusa, averiguando se houve ou não um maior cuidado em não disseminar desinformação. O facto de ter estagiado na única agência de notícias em Portugal, permite verificar tendências, uma vez que é a Lusa que cria a maioria dos conteúdos que estão presentes nos restantes órgãos de comunicação social, sendo assim o complemento ideal para esta investigação.

Uma vez que a pandemia da covid-19 é um tema que se tem vindo a arrastar ao longo de vários meses e que ainda traz com ele uma série de dúvidas e incertezas, pareceu pertinente que o tema central desta investigação, fosse exatamente averiguar de que forma é que as notícias acerca da covid-19 foram divulgadas e tratadas pelos jornalistas especializados em saúde, em Portugal.

Para conseguir refletir sobre este fenómeno foi necessário investigar acerca do jornalismo especializado em saúde, do funcionamento da agência Lusa, bem como das práticas dos seus jornalistas. Para isso, foi relevante obter os testemunhos e perspetivas dos próprios difusores de informação, jornalistas, e de quem as recebe, neste caso, médicos. Junto dos jornalistas da agência Lusa foi possível perceber como encararam e lidaram com a pressão de escrever acerca de um tema novo, sobre o qual pouco se sabia e sobretudo, como enfrentaram a urgência em dar a notícia versus o pouco tempo para ser rigoroso. Em relação aos médicos, foi imprescindível ter as suas opiniões, uma vez que se considerou não existirem agentes sociais mais bem colocados para falar acerca de como a saúde é comunicada.

Através das entrevistas foi possível analisar em profundidade o papel do jornalismo de saúde. Portanto, respondendo à pergunta de partida “Como atuou o jornalismo especializado em saúde durante a pandemia da covid-19?”, e constatando-se o facto de as opiniões não serem consensuais entre todos os entrevistados, conclui-se que a comunicação feita acerca da covid-19 não foi a melhor, uma vez que foram apresentadas opiniões muito divergentes.

O facto de em três questões de investigação, apenas uma apresentar concordância entre os leitores, neste caso, os médicos, demonstra que o jornalismo especializado em saúde não foi assim tão eficaz quanto seria de esperar. Esta conclusão prende-se com o facto de a

maioria dos médicos entrevistados ter considerado que nem sempre as perguntas feitas pelos jornalistas foram as melhores e que muitas vezes optaram pelo lado mais sensacionalista. Três dos médicos afirmaram que a comunicação foi negativa e pouco preparada.

Isto permite depreender que talvez a comunicação social devesse ter tido um papel mais educativo, e não tanto alarmista, conforme indicado pela maioria dos médicos entrevistados. Ainda assim, por ser um tema tão recente e que apanhou todos de surpresa, pode justificar o facto de os próprios jornalistas não terem sabido lidar, primeiramente, com a informação que ia surgindo. Por outro lado, dois médicos acharam que a comunicação foi excelente e que os media não poderiam ter tido um comportamento diferente, pois várias notícias atingiram o nível da excelência.

Na perspetiva dos jornalistas da Lusa, todo o trabalho jornalístico foi desenvolvido com rigor e veracidade, sendo que os profissionais estavam mais alerta relativamente à possível existência de notícias falsas, tanto em relação às notícias nacionais como internacionais. Os jornalistas disseram que cumpriram o código deontológico e que informaram de forma esclarecedora e sem alarmismos. Enquanto atividade autónoma, o jornalismo especializado em saúde, com as suas regras, apresentou resultados (notícias, reportagens) que não têm necessariamente de coincidir com a expectativa dos leitores, neste caso, dos médicos entrevistados, apesar de ter sido o verificado neste relatório. Opostamente à opinião dos médicos, António Lacerda Sales, em abril deste ano, elogiou o papel da comunicação social ao longo da pandemia, que em conjunto com os profissionais da saúde, foram esclarecendo dúvidas e sensibilizando a população relativamente às medidas de proteção adequadas.

Importa ainda ressaltar que os jornalistas agem no momento, ou seja, dão a notícia assim que ela acontece, seguindo as regras do jornalismo, enquanto que os médicos comentaram as notícias meses após a sua publicação. Na altura nem os próprios entendidos na área tinham certezas acerca do novo coronavírus. Os próprios médicos assumiram que grande parte da informação deficiente, pelo menos nos primeiros tempos, pode ter sido passada pelos especialistas, justificando-se esse facto uma vez mais pelo facto de ser um tema recente.

É fundamental frisar que nenhum médico acusou os jornalistas de terem passado desinformação, unicamente consideraram que a comunicação poderia ter sido mais positiva

e menos sensacionalista. Pelo lado oposto também nenhum jornalista responsabilizou os médicos relativamente a alguma informação menos correta que possam ter transmitido.

Outra das conclusões retiradas deste relatório é a importância crescente do jornalismo especializado em saúde e que o tempo vivido veio relembrar o valor da especialização jornalística. Os jornalistas afirmaram que têm a habilidade de traduzir e explicar assuntos específicos, de maneira a que todos consigam perceber. Os médicos entrevistados, apesar de concordarem com a relevância do jornalismo especializado, foram da opinião de que é necessária uma maior formação destes profissionais e especialização em áreas temáticas.

De sublinhar que as opiniões dos médicos entrevistados dizem respeito à comunicação social no geral, e não diretamente à agência Lusa. Para além de ter sido o local que me acolheu para realizar o estágio curricular, os jornalistas da Lusa foram os escolhidos para serem entrevistados, pelo facto de a agência ser a principal distribuidora de notícias para os restantes órgãos. Todavia, não é possível generalizar estas conclusões, apenas verificar tendências.

Esta investigação não pretendia encontrar “culpados”, nem jornalistas nem médicos, mas sim recolher opiniões acerca da comunicação feita ao longo dos primeiros meses de pandemia e esperar que servisse de apoio a investigações futuras.

Este trabalho tem a intenção de acentuar a importância da informação especializada em saúde, em todos os tempos mas em especial em tempos de urgência, conforme se provou nestes meses de pandemia. Toda a sociedade ganharia muito caso se apostasse mais na formação de jornalistas especializados, nomeadamente na área da ciência e da saúde, pois para além de proporcionar uma comunicação mais eficaz por parte dos jornalistas, também facilitaria a compreensão por parte do público.

Adicionalmente, para trabalhos futuros, seria interessante comparar a comunicação feita nos primeiros meses de covid-19 em Portugal, trabalho aqui apresentado, com a comunicação feita em outros países.

Referências Bibliográficas

- Abramo, C. (1988). *A regra do jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro*. Editora Companhia das Letras.
- Abramo, P., Biondi, A., & Souza, H. O. (2003). *Padrões de manipulação na grande imprensa*. Editora Fundação Perseu Abramo.
- Adghirni, Z. L. (2004). Valores-notícia e credibilidade no jornalismo online. *II Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo-SBPJOR*.
- Alexandre, M., (2020). As fake news preparam ou vulnerabilizam as pessoas? Um olhar sobre as fakes circulando nos grupos de whatsapp em Moçambique no tempo da covid-19.
- Allcott, H., & Gentzkow, M. (2017). Social media and fake news in the 2016 election. *Journal of economic perspectives*, 31(2), 211-36.
- Antunes, M. D. L., Sanches, T., & Lopes, C. (2019). Literacia da informação no combate às fake news: desafios e estratégias formativas no ensino superior.
- Araújo, R. A. M., Lopes, F., & Ruão, T. (2013). Os processos produtivos das notícias de saúde: O triângulo fonte-jornalista-público.
- Aymanns, C., Foerster, J., & Georg, C. P. (2017). Fake news in social networks. *arXiv preprint arXiv:1708.06233*.
- Azevedo, A. P. F. M. D. (2009). *O jornalismo na saúde: uma visão transcontinental* (Doctoral dissertation).
- Baldacci, E., Buono, D., & Gras, F. (2017) Fake News and Information Asymmetries: Data as Public Good.
- Barroso, E. P., & Estrada, R. (2018). De Hípias Menor a Trump: das virtudes do erro (e da mentira) ao erro da pós-verdade. *Estudos em Comunicação*, 1(26), 301-309.
- Bazaco, Á., Redondo, M., & Sánchez-García, P. (2019). Clickbait as a strategy of viral journalism: conceptualisation and methods. *Revista Latina de Comunicación Social*, (74), 94.
- Bell, A. (1991). *The language of news media* (pp. 84-85). Oxford: Blackwell.
- Benson, R., & Neveu, E. (Eds.). (2005). *Bourdieu and the journalistic field*. Polity.
- Bertolli Filho, C. (2006). Elementos fundamentais para a prática do jornalismo científico. *Biblioteca on-line de ciências da comunicação*.

Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto editora.

Botelho, Leonete (2020, julho). Jornalismo em teletrabalho- o futuro?.[Webinar]. *Lusa*.

Bounegru, L., Gray, J., Venturini, T., & Mauri, M. (2017). A Field Guide to Fake News: A Collection of Recipes for Those Who Love to Cook with Digital Methods (Chapters 1-3).

Bourdieu, P. (1997). *Sobre a televisão*. Oeiras: Celta Editora, 1997.

Braga, R. M. D. C. (2018). A indústria das fake news e o discurso de ódio. *Direitos políticos, liberdade de expressão e discurso de ódio: volume I*.

Branco, S. (2017). Fake news e os caminhos para fora da bolha.

Bruno, C. (2018). Comissão Europeia apresenta propostas para combater 'fake news'. *Observador*. Acedido em 15 de julho de 2020. Disponível em <https://observador.pt/2018/03/13/comissao-europeia-apresenta-propostas-para-combater-fake-news/>.

Bruns, A., Highfield, T., & Lind, R. A. (2012). Blogs, Twitter, and breaking news: The produsage of citizen journalism. *Produsing theory in a digital world: The intersection of audiences and production in contemporary theory*, 80(2012), 15-32.

Buntain, C., & Golbeck, J. (2017, November). Automatically identifying fake news in popular Twitter threads. In *2017 IEEE International Conference on Smart Cloud (SmartCloud)* (pp. 208-215). IEEE.

Burkett, W. (1990). *Jornalismo científico: como escrever sobre ciência, medicina e alta tecnologia para os meios de comunicação*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Canavilhas, J. (2005). Os jornalistas online em Portugal. *Biblioteca on-line de ciências da comunicação*. [Internet].

Chen, Y., Conroy, N. J., & Rubin, V. L. (2015, November). Misleading online content: recognizing clickbait as "false news". In *Proceedings of the 2015 ACM on workshop on multimodal deception detection* (pp. 15-19).

Christofolletti, R., & Laux, A. P. F. (2008). Confiabilidade, credibilidade e reputação: no jornalismo e na blogosfera. *Intercom-Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 31(1), 29-50.

Chowdhury, M. (2020). Tips for Journalists Covering COVID-19. *Global Investigative Journalism Network*. Acedido em 4 de julho de 2020. Disponível em <https://gijn.org/2020/03/10/tips-for-journalists-covering-covid-19/>

Clébicar, T., & Lerner, K. Critérios para a construção das notícias de saúde: pautas, fontes e rotinas produtivas.

Comissão Europeia. (2018). *Combater a desinformação em linha: uma estratégia europeia*. Acedido em 22 de junho de 2020. Disponível em: <https://ec.europa.eu/transparency/regdoc/rep/1/2018/PT/COM-2018-236-F1-PT-MAIN-PART-1.PDF> .

Comissão Europeia. (2020). *Combater a desinformação*. Acedido em 22 de junho de 2020. Disponível em https://ec.europa.eu/info/live-work-travel-eu/health/coronavirus-response/fighting-disinformation_pt .

Conselho Europeu. (2020). Medidas da EU para a combater a desinformação sobre a COVID-19. Acedido em 17 de julho de 2020. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/coronavirus/fighting-disinformation/>.

Cooper, C. P., & Roter, D. L. (2000). " If it bleeds it leads"? Attributes of TV health news stories that drive viewer attention. *Public Health Reports*, 115(4), 331.

Couraceiro, J. (2020). No meio da pandemia, o jornalismo refaz-se para continuar a ser feito. *JornalismoPortoNet*. Acedido em 4 de julho de 2020. Disponível em <https://jpn.up.pt/2020/04/06/no-meio-da-pandemia-o-jornalismo-refaz-se-para-continuar-a-ser-feito/>.

Cordeiro, A. (2019). Fake news motivam Ministério da Educação a garantir formação sobre literacia nos media. *Público*. Acedido em 8 de julho de 2020. Disponível em <https://www.publico.pt/2019/01/25/sociedade/noticia/fake-news-motivam-ministerio-educacao-garantir-formacao-literacia-media-1859397>.

Crespo, Miguel (2020, julho). O Impacto da Covid-19 no Jornalismo e Comunicação de Saúde em Portugal. [Webinar]. Roche. <https://www.roche.pt/corporate/index.cfm/homepage/o-impacto-da-covid-19-no-jornalismo-e-comunicacao-de-saude-em-portugal/>

da Silva, S. M. P. (2002). Contributo para uma história das agências noticiosas portuguesas.

de Araújo Abiahy, A. C. O jornalismo especializado na sociedade da informação.

de Azevedo, A. P. M. (2012). Jornalismo de saúde: novos rumos, novas literacias. *Comunicação e Sociedade*, 185-197.

de Britto Júnior, Á. F., & Júnior, N. F. (2012). A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos. *Revista Evidência*, 7(7).

de Castro, F. F. (2020). Impactos da Covid-19 sobre os processos comunicacionais: Primeiras observações sobre dinâmicas, impasses e riscos. *Papers do NAEA*, 29(1).

Delmazo, C., & Valente, J. C. (2018). Fake news nas redes sociais online: propagação e reações à desinformação em busca de cliques. *Media & Jornalismo*, 18(32), 155-169.

de Farias, E. A. O Diagnóstico da Notícia: O Jornalismo Científico e Seus Pioneiros por Meio do Noticiário da Gripe.

de Fontcuberta, M., & Cascais, F. A. (2002). *A Notícia: pistas para compreender o mundo*.

de Miranda, A. S. (2014). Do todo à parte: curso e percurso do jornalismo especializado em saúde. *Tuiuti: Ciência e Cultura*, 4(48).

Direção-Geral da Saúde. (2020). Governo elogia papel da comunicação social durante a pandemia. Acedido em 3 de julho de 2020. Disponível em <https://covid19.min-saude.pt/governo-elogia-papel-da-comunicacao-social-durante-a-pandemia/>

Dnoticias.pt. (2020) Sara Cerdas defende mais mecanismos para o combate à desinformação e ‘fake news’. Acedido em 18 de junho de 2020. Disponível em <https://www.dnoticias.pt/2020/6/18/47118-sara-cerdas-defende-mais-mecanismos-para-o-combate-a-desinformacao-e-fake-news>

De Oliveira, F. (2006). *Jornalismo científico*. Editora Contexto.

de Oliveira TÔZO, C. O jornalismo especializado em saúde nas emissoras CBN e BandNews.

Duarte, J. (2005). Entrevista em profundidade. *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, 1, 62-83.

Ellison, N. B., & Boyd, D. (2013). Sociality through social network sites. *The Oxford handbook of internet studies*, 151-172.

Enli, G. (2017). Twitter as arena for the authentic outsider: exploring the social media campaigns of Trump and Clinton in the 2016 US presidential election. *European journal of communication*, 32(1), 50-61.

Fallis, D. (2015). What is disinformation?. *Library Trends*, 63(3), 401-426.

Ferrara, E., Varol, O., Menczer, F., & Flammini, A. (2016, March). Detection of promoted social media campaigns. In *tenth international AAAI conference on web and social media*.

Ferraretto, L. A., & Morgado, F. Covid-19 y comunicación, una guía práctica para enfrentar la crisis.

Fidalgo, J. (2000). A questão das fontes nos códigos deontológicos dos jornalistas. *Comunicação e Sociedade*, 2, 319-337.

- Forbes, S., & Mintz, A. P. (2002). *Web of deception: Misinformation on the Internet*. Medford: Information Today.
- Friedman, S. M., Dunwoody, S., & Rogers, C. L. (1986). *Scientists and journalists*. AAAS, USA.
- Gans, H. J. (2004). *Deciding what's news: A study of CBS evening news, NBC nightly news, Newsweek, and Time*. Northwestern University Press.
- Gelfert, A. (2018). Fake news: A definition. *Informal Logic*, 38(1), 84-117.
- Gil, A. (1999). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social* 5. ed., editora Atlas: São Paulo.
- Godinho, R. M., & Fernandes, N. (2019). A ética e a deontologia do jornalismo na era digital: a problemática da desinformação. *Revista Aprender*, (39), 22-37.
- Gomes, E. S. (2012). Jornalismo de saúde: prevenir ou remediar?. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 9(2), 340-353.
- Gomes, A. C. D. S. (2018). A responsabilidade civil das redes sociais em decorrência das fake news divulgadas em suas plataformas quando violadoras de direitos da personalidade.
- Gomes, S. (2020). A saúde, o jornalismo e a COVID-19.
- Gotti, M. (2008). *Investigating specialized discourse*. Peter Lang.
- Gradim, A. (2000). *Manual de jornalismo*. Universidade da Beira Interior/Livros Labcom.
- Ireton, C., & Posetti, J. (2018). *Jornalismo, fake news & desinformação: manual para educação*.
- Isani, S. (2007). Specialised journalism & discursal mediation: the sum of all its parts. *Recherche et pratiques pédagogiques en langues de spécialité. Cahiers de l'Aplut*, 26(3), 9-25.
- Jorge, C. S. E. (2013). *A Agência Lusa como fonte na imprensa escrita generalista portuguesa* (Doctoral dissertation, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa).
- Ladle, R. J., Jepson, P., & Whittaker, R. J. (2005). Scientists and the media: the struggle for legitimacy in climate change and conservation science. *Interdisciplinary Science Reviews*, 30(3), 231-240.
- Lage, N. (2005). *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. Rio de Janeiro: Record, 2006. __. *Teoria e Técnica do Texto Jornalístico*. Rio de Janeiro: Elsevier.

Len-Ríos, M. E., Hinnant, A., Park, S. A., Cameron, G. T., Frisby, C. M., & Lee, Y. (2009). Health news agenda building: Journalists' perceptions of the role of public relations. *Journalism & mass communication quarterly*, 86(2), 315-331.

Levins, I. (1995). Good health care public relations mirrors the practice of good medicine. *Drug information journal*, 29(4), 1307-1309.

Lilleker, D. (2017). Evidence to the Culture, Media and Sport Committee'Fake news' inquiry presented by the Faculty for Media & Communication, Bournemouth University.

Linden, T. (2003). Learning to be a medical journalist. *Nieman Reports*, 57(2), 66.

Lopes, M. (2020). Jornalistas admitem que orientaram cidadãos para o confinamento. *Público*. Disponível em <https://www.publico.pt/2020/06/17/politica/noticia/jornalistas-admitem-orientaram-cidadaos-confinamento-1920798> . Acedido em 31 de julho de 2020.

Lopes, P. (2015). Avaliação de competências de literacia mediática: instrumentos de recolha de informação e opções teórico metodológicas. *Media & Jornalismo: uma revista do Centro de Investigação Media e Jornalismo*, 15, 44-69.

Lopes, F., Ruão, T., Marinho, S., & Araújo, R. A. M. (2011). Jornalismo de Saúde e Fontes de Informação, uma análise dos jornais portugueses entre 2008 e 2010.

Lopes, F., Ruão, T., Marinho, S., Coelho, Z. P., Fernandes, L. G. M., Araújo, R., & Gomes, S. (2013). A saúde em notícia: repensando práticas de comunicação.

Lusa. (1998). *A Nossa História*. Disponível em <https://www.lusa.pt/about-lusa/A-Nossa-História> . Acedido em 17 de julho de 2020.

Lusa (2011). Livro de Estilo. Acedido em 10 de julho de 2020. Disponível em <https://www.lusa.pt/Files/lusamaterial/PDFs/LivroEstilo.pdf>

Lusa (2018). Lusa tem nova imagem para se adaptar a realidade que inclui combate a ‘fake news’. Acedido em 13 de julho de 2020. Disponível em <https://observador.pt/2018/12/04/lusa-tem-nova-imagem-para-se-adaptar-a-realidade-que-inclui-combate-a-fake-news/>

Lusa (2019a). ‘Fake News’: A forma “pós-moderna” dos antigos rumores. Disponível em <https://combatefakenews.lusa.pt/fake-news-uma-ameaca-a-democracia/> . Acedido em 13 de julho de 2020.

Lusa (2019b). Lusa quer ser “plataforma” de “vontades” contra a desinformação. Acedido em 14 de julho de 2020. Disponível em <https://observador.pt/2019/02/21/lusa-quer-ser-plataforma-de-vontades-contr-a-desinformacao/> .

Lusa (2019c). Lusa vai desenvolver projeto de “fact-checking”. Disponível em <https://observador.pt/2019/02/21/lusa-vai-desenvolver-projeto-de-fact-checking/>. Acedido em 14 de julho de 2020.

- Magnotta, F., & Grinberg, V. (2017). Trump: mídia, opinião pública e a espiral do silêncio. *Esboços: histórias em contextos globais*, 24(38), 396-409.
- Marchetti, D. (2005). Sub-fields of specialized journalism.
- Marinho, S. (2000). O valor da confiança nas relações entre jornalistas e fontes de informação. *Comunicação e Sociedade*, 2, 351-356.
- Marinho, S., & Ruão, T. (2012). Linhas para um projeto de formação em Comunicação na Saúde: as propostas do debate
- Marinho, S., Lopes, F., Ruão, T., & Araújo, R. A. M. (2012). Formação e produção científica em jornalismo de saúde: Portugal no contexto europeu.
- Marques, A. Verificando no jornalismo: mapeando práticas jornalísticas de combate a Fake News.
- Maxwell, J. A. (2012). *Qualitative research design: An interactive approach* (Vol. 41). Sage publications.
- McAllister, M. (1992). AIDS, medicalization, and the news media. *AIDS: A communication perspective*, 195-221.
- Meireles, L. (2019). Lusa e Efe colocam em debate ano eleitoral. Acedido em 13 de julho de 2020. Disponível em <https://combatefakenews.lusa.pt/lusa-e-efe-colocam-em-debate-ano-eleitoral/.Lusa>.
- Meireles, Luísa (2020). Jornalismo em teletrabalho- o futuro?. [Webinar] *Lusa*.
- Menezes, S. (2018). Science training for journalists: an essential tool in the post-specialist era of journalism. *Frontiers in communication*, 3, 4.
- Meyer, P. (2008). The elite newspaper of the future. *American Journalism Review*, 30(5), 32-35.
- Migliaccio, M. I. (2004). O Desafio Constante do Jornalismo Científico-Tarefa de Poucos para Muitos. *S/D*.
- Miller, D. (Ed.). (1998). *The circuit of mass communication: media strategies, representation and audience reception in the AIDS crisis*. Sage.
- Molina, M. D., Sundar, S. S., Le, T., & Lee, D. (2019). “Fake News” Is Not Simply False Information: A Concept Explication and Taxonomy of Online Content. *American Behavioral Scientist*, 0002764219878224.
- Monteiro, L. (2001, September). A internet como meio de comunicação: possibilidades e limitações. In *Congresso Brasileiro de Comunicação* (Vol. 24).

- Mooney, A. (2011). *Language, Society & Power*. An Introduction. London: Routledge
- Newman, N., Fletcher, R., Kalogeropoulos, A., Levy, D. A., & Nielsen, R. K. (2016). Digital news report 2016. *Reuters Institute for the Study of Journalism*.
- Observatório da Comunicação [OBERCOM] (2016). *O Jornalismo e as Agências de Notícias – o desafio das redes sociais*. Acedido em 10 de julho de 2020. Disponível em https://obercom.pt/wp-content/uploads/2016/07/OBERCOM_2016_O-Jornalismo-e-as-Agencias-de-Noticias-O-desafio-das-redes-sociais.pdf
- Observatório da Comunicação [OBERCOM] (2018). *As Fake News numa sociedade pós-verdade – Contextualização, potenciais soluções e análise*. Acedido em 8 de julho de 2020. Disponível em <https://obercom.pt/wp-content/uploads/2018/06/2018-Relatorios-Obercom-Fake-News.pdf>
- Observatório da Comunicação [OBERCOM] (2020). Impacto do Coronavírus e da crise pandémica no sistema mediático português e global. Acedido em 7 de julho de 2020. Disponível em https://obercom.pt/wp-content/uploads/2020/05/Covid_impacto_update_FINAL.pdf
- O Globo*. Jornalismo profissional ganha força na pandemia de coronavírus. Acedido em 3 de julho de 2020. Disponível em <https://oglobo.globo.com/sociedade/coronavirus-servico/jornalismo-profissional-ganha-forca-na-pandemia-de-coronavirus-24337628>
- Oliveira, T. (2020). Desinformação científica em tempos de crise epistêmica: circulação de teorias da conspiração nas plataformas de mídias sociais. *Fronteiras-estudos midiáticos*, 22(1), 21-35.
- Ott, B. L. (2017). The age of Twitter: Donald J. Trump and the politics of debasement. *Critical studies in media communication*, 34(1), 59-68.
- Pena, P., (2019). Jornalista Paulo Pena defende a reinvenção do jornalismo contra a desinformação. *Lusa*.
- Pequenino, K. (2020). Há mais de 2700 notícias falsas sobre covid-19 por dia. *Público*. Acedido em 17 de julho de 2020. Disponível em <https://www.publico.pt/2020/05/05/tecnologia/noticia/ha-2700-noticias-falsas-covid19-dia-1915168> .
- Pinto, M. (2000). Fontes jornalísticas: contributos para o mapeamento do campo.
- Pinto, M. (2004). Ventos cruzados sobre o campo jornalístico: percepções de profissionais sobre as mudanças em curso.
- Prior, H. (2019). Mentira e política na era da pós-verdade: fake news, desinformação e factos alternativos. *COMUNICAÇÃO DIGITAL*, 75.

- Quivy, R., & Van Campenhoudt, L. (2013). Manual de investigação em ciências sociais. *Gradiva*.
- Recuero, R., & Gruzd, A. (2019). Cascatas de Fake News Políticas: um estudo de caso no Twitter. *Galáxia (São Paulo)*, (41), 31-47.
- Renaud, L., & de Sotelo, C. R. (2007). Comunicación y Salud: paradigmas convergentes. *Observatorio (OBS*)*, 1(2).
- Resnik, D. (1998). Problemas y dilemas éticos en la interacción entre ciencia y medios de comunicación. *Quark*, (13), 59.
- Ribeiro, E. A. (2008). A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. *Evidência: olhares e pesquisa em saberes educacionais, Araxá/MG*, 4(5), 129-148.
- Ripoll, L., & Matos, J. C. M. (2017). Zumbificação da informação: a desinformação e o caos informacional. *RBBD. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, 13, 2334-2349.
- Rochlin, N. (2017). Fake news: belief in post-truth. *Library hi tech*.
- Rodríguez-Andrés, R. (2018). Trump 2016:¿ presidente gracias a las redes sociales?. *Palabra Clave*, 21(3), 831-859.
- Rubin, V. L., Conroy, N. J., & Chen, Y. (2015, January). Towards news verification: Deception detection methods for news discourse. In *Hawaii International Conference on System Sciences* (pp. 5-8).
- Sanches, S. H. D. F. N., & Cavalcanti, A. E. L. W. (2018). Direito à Saúde na Sociedade da Informação: A Questão das Fake News e seus Impactos na Vacinação. *Revista Juridica*, 53(4), 448-466.
- Salzedas, D. (2020, julho). O Impacto da Covid-19 no Jornalismo e Comunicação de Saúde em Portugal. [Webinar] Roche.
<https://www.roche.pt/corporate/index.cfm/homepage/o-impacto-da-covid-19-no-jornalismo-e-comunicacao-de-saude-em-portugal/>
- Santos, N., (2019). O que está em causa é a própria democracia. Disponível em <https://combatefakenews.lusa.pt/o-que-esta-em-causa-e-a-propria-democracia/>. *Lusa*.
 Acedido em 13 de julho de 2020.
- Santos, R. (2006). *A fonte não quis revelar: um estudo sobre a produção das notícias*.
- Schwartz, L. M., & Woloshin, S. (2004). The media matter: a call for straightforward medical reporting. *Annals of Internal Medicine*, 140(3), 226-228.
- Serapioni, M. (2000). Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa social em saúde: algumas estratégias para a integração. *Ciência & Saúde Coletiva*, 5(1), 187-192.

- Signates, L. (2012). Epistemologia e comunicabilidade: as crises das ciências, ante a perspectiva da centralidade do conceito de comunicação.
- Silva, A. F. (2019). Porque é que as fake news se transformaram em protagonistas do jornalismo contemporâneo?. *Comunicação Pública*, 14(26).
- Sousa, J. P. (1997). O Desejado. Para um Perfil do Candidato a Jornalista pretendido pelos órgãos de Comunicação Social. *Biblioteca on-Line de Ciências Da Comunicação*.
- Souza, G. A. C. (2016). O uso de dados e a personalização no jornalismo: uma resposta ao crescimento de nichos.
- Spinelli, E. M., & de Almeida Santos, J. (2018). JORNALISMO NA ERA DA PÓS-VERDADE: fact-checking como ferramenta de combate às fake news. *Revista Observatório*, 4(3), 759-782.
- Springston, J. K., & Lariscy, R. A. W. (2005). Public relations effectiveness in public health institutions. *Journal of health and human services administration*, 218-245.
- Steensen, S. (2019). Journalism's epistemic crisis and its solution: Disinformation, datafication and source criticism. *Journalism*, 20(1), 185-189.
- Swire, B., Berinsky, A. J., Lewandowsky, S., & Ecker, U. K. (2017). Processing political misinformation: comprehending the Trump phenomenon. *Royal Society open science*, 4(3), 160802.
- Tandoc Jr, E. C., Lim, Z. W., & Ling, R. (2018). Defining "fake news" A typology of scholarly definitions. *Digital journalism*, 6(2), 137-153.
- Tanner, A. H. (2004a). Communicating health information and making the news: Health reporters reveal the PR tactics that work. *Public Relations Quarterly*, 49(1), 24.
- Tanner, A. H. (2004b). Agenda building, source selection, and health news at local television stations: a nationwide survey of local television health reporters. *Science Communication*, 25, 350-363.
- Tavares, F. D. M. B. (2007a). O Jornalismo especializado e a mediação de um ethos na sociedade contemporânea. *Em Questão*, 13(1), 41-56.
- Tavares, F. D. M. B. (2007b). O jornalismo especializado e a especialização periodística. *Estudos em Comunicação*, (5).
- Teixeira, J. A. C. (2004). Comunicação em saúde: relação técnicos de saúde-utentes. *Análise Psicológica*, 22(3), 615-620.
- Teixeira, V. M., Marcos, A. D., Machado, M. L. H. G., & Cabral, H. L. T. B. (2018). As fake news e as suas consequências nocivas à sociedade. In *Anais do*

Encontro Virtual de Documentação em Software Livre e Congresso Internacional de Linguagem e Tecnologia Online (Vol. 7, No. 1).

UNESCO (1953). *News Agencies Their Structure and Operation*. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. Paris. Acedido em 10 de julho de 2020. Disponível em https://unesdoc.unesco.org/in/documentViewer.xhtml?v=2.1.196&id=p::usmarcdef_0000073446&file=/in/rest/annotationSVC/DownloadWatermarkedAttachment/attach_import_d054c508-c3d4-493f-9661-4ea01bbfa9aa?_=/073446engo.pdf&locale=en&multi=true&ark=/ark:/48223/pf0000073446/PDF/073446engo.pdf%23%5B%7B%22num%22:233,%22gen%22:0%7D,%7B%22name%22:%22XYZ%22%7D,-320,823,0%5D

UNESCO. (2020). Compartilhamento de informações e combate à desinformação. Acedido em 3 de julho de 2020. Disponível em <https://pt.unesco.org/covid19/communicationrinformationresponse>

Valero, P. P., & Oliveira, L. (2018). Fake news: una revisión sistemática de la literatura. *Observatorio (OBS*)*, 12(5).

Vasconcelos, A. (2005). Jornalismo de saúde: evidências de um processo de especialização.

Volkoff, V. (2000). Pequena história da desinformação do cavalo de Tróia à Internet. *Notícias*.

Wardle, C. (2017). Fake news. It's complicated. *First Draft News*, 16.

Wardle, C., & Derakhshan, H. (2017). Information disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making. *Council of Europe report*, 27.

Weigold, M. F. (2001). Communicating science: A review of the literature. *Science communication*, 23(2), 164-193.

Wilkes, J. (2002). Training scientists to be journalists. *EMBO reports*, 3(11), 1005-1008.

Wolf, M., & de Figueiredo, M. J. V. (1987). *Teorias da comunicação*. Presença.

Woodrow, A. (1996). *Informação, Manipulação*, Lisboa: Dom Quixote.

Zubiaga, A., Spina, D., Martínez, R., & Fresno, V. (2015). Real-time classification of twitter trends. *Journal of the Association for Information Science and Technology*, 66(3), 462-473.

Anexos

Anexo A- Eduardo Infante de Oliveira

1- Considera que as pessoas estão melhor ou pior informadas acerca da área da saúde em geral?

Considero que os jornalistas e os meios de comunicação em geral têm contribuído na promoção da literacia para a saúde

2- Considera que são os media que definem a importância dos temas relacionados com a saúde?

A agenda é definida pelo contexto (ex. pandemia) e por múltiplos agentes – decisores políticos, profissionais de saúde, comunidades científicas, associações de doentes, indústria farmacêutica e de dispositivos médicos e jornalistas.

3- Acha que os media tentam educar a sociedade, através das opiniões que recolhem dos médicos?

Em geral, os media tentam transmitir à população as recomendações que recolhem dos profissionais de saúde e das sociedades científicas. Contudo, alguns fenómenos não assentes em substrato científico são frequentemente favorecidos pela divulgação jornalística (ex. movimentos anti-vacinação; movimentos anti-estatinas, etc.).

4- A comunicação social tem um papel importante na orientação dos cidadãos, em temas relacionados com a saúde?

Considero que tem um papel crítico na divulgação do conhecimento e na determinação dos comportamentos. No recente período pandémico, a comunicação social divulgou por iniciativa própria recomendações precisas e corretas sobre a utilização dos meios de proteção individual. Antecipando as recomendações da DGS. Prestaram um serviço notável. Por outro lado, no passado recente, promoveram múltiplas peças que denegriram os fármacos utilizados para o tratamento do colesterol. Além de cientificamente infundadas, estas peças levaram a que muitos doentes interrompessem inadvertidamente a sua terapia. Este é um exemplo de ação potencialmente negativa.

5- Acha que a comunicação de ciência e saúde seria mais clara caso se transformassem especialistas das áreas em jornalistas?

Admito que sim. Outra possibilidade seria formar jornalistas em áreas específicas da saúde. Como acontece com o desporto, política, economia, etc.

6- Acha que os jornalistas, ao tentarem simplificar a informação para que as pessoas a compreendam, tendem a distorcê-la e resumi-la em demasia?

É um risco que só poderá ser superado com melhor preparação ou consultoria de especialistas.

7- Considera que os jornalistas especializados em saúde têm conhecimento suficiente para cobrir uma área tão específica como esta?

Concordo. Se não tiverem conhecimentos suficientes, saberão quais serão as melhores fontes para se informarem.

8- Fala-se muito nas divergências entre cientistas/ especialistas e jornalistas. O que origina estes conflitos?

Habitualmente equívocos de tradução entre a linguagem técnica de uns e a simplificação de outros.

9- Relativamente à pandemia vivida, como classifica a comunicação feita pelos jornalistas?

Em geral, considero que no plano nacional o trabalho desenvolvido foi excelente.

10- Considera que o jornalismo é um instrumento de combate à desinformação?

Sem qualquer dúvida.

11- Considera que existiu uma excessiva abundância de informações em relação à pandemia e consequentemente à covid-19?

Não. Vivemos um período excecional e é compreensível que o tema monopolizasse a agenda.

12- Considera que existiu uma negligência para com os outros temas de saúde por parte dos jornalistas?

Considero que poderiam ter ajudado a alertar para a importância do tratamento de outras patologias. Sobretudo as doenças agudas, cujo tratamento não pode ser adiado. Tive essa experiência num canal público. Numa pequena entrevista para alertar para o AVC em jovens, foi consumido tempo a discutir COVID-19.

13- O novo coronavírus fez sobressair a pandemia da desinformação. As fake news colocam realmente em perigo a saúde da população ou são sobrevalorizadas?

As fake news são um perigo real. Já mencionei o perigo da desinformação gerado pelos movimentos anti-vacinas, anti-estatinas, etc. Durante a pandemia, vimos media

internacionais a promover a utilização de fármacos sem qualquer evidência científica. Felizmente, tal não aconteceu em Portugal.

14- Considera que os media promoveram as fake news ou pelo contrário, existiu uma maior preocupação e tentaram ao máximo passar as informações corretas acerca da covid-19?

Julgo que os media nacionais tiveram um comportamento exemplar.

15- Um estudo aponta que um dos problemas sentidos pelos jornalistas foi a falta de colaboração das fontes de informação. Os médicos não apresentaram disponibilidade na explicação do novo coronavírus?

Julgo que esta dificuldade se terá verificado junto das fontes de informação oficiais (Ministério da Saúde, DGS, etc).

16- Existe a possibilidade de grande parte da informação deficiente, pelo menos nos primeiros meses quando ainda não existiam muitas certezas acerca do vírus, ter sido passada pelos próprios médicos e especialistas?

Completamente de acordo. Basta recordar o histórico de recomendações da DGS.

17- Na sua opinião, a comunicação social poderia ter tido outro tipo de comportamento na transmissão das informações relativas à covid-19?

Considero que em Portugal tivemos uma boa experiência.

18- Em termos gerais, que práticas é que os jornalistas podem alterar para comunicar acerca de saúde de forma mais eficaz?

Seria desejável que trabalhassem de perto com especialistas de modo a divulgar informação correta e consensual. Esta não é uma tarefa fácil, atendendo à grande quantidade de temas polémicos em saúde. Contudo, as sociedades científicas poderão ajudar na preparação de mensagens simples e cientificamente comprovadas.

Anexo B- Filipe Froes

1- Considera que as pessoas estão melhor ou pior informadas acerca da área da saúde em geral?

Penso que as pessoas têm acesso a mais informação de diferentes fontes de informação. E estas fontes de informação são diferentes: umas melhores e outras piores. As pessoas têm mais possibilidades de escolha, o resultado é individual.

2- Considera que são os media que definem a importância dos temas relacionados com a saúde?

Os media podem contribuir mas a sustentabilidade depende do mérito intrínseco do tema de saúde e do que interesse que desperta em cada um dos indivíduos.

3- Acha que os media tentam educar a sociedade, através das opiniões que recolhem dos médicos?

Contribuem, diretamente, para a divulgação e acessibilidade da informação e, indiretamente, para seleccionar e fundamentar a melhor informação com impacto na literacia da população.

4- A comunicação social tem um papel importante na orientação dos cidadãos, em temas relacionados com a saúde?

Sem qualquer dúvida!

5- Acha que a comunicação de ciência e saúde seria mais clara caso se transformassem especialistas das áreas em jornalistas?

Concordo com a maior diferenciação dos jornalistas em saúde, mas a formação inicial deve ser multifacetada para enriquecer a análise e a formação profissional.

6- Acha que os jornalistas, ao tentarem simplificar a informação para que as pessoas a compreendam, tendem a distorcê-la e resumi-la em demasia?

Isso é o desafio do bom jornalismo.

7- Considera que os jornalistas especializados em saúde têm conhecimento suficiente para cobrir uma área tão específica como esta?

A ferramenta mais importante é saber pensar. Quem sabe pensar, sabe fazer as perguntas certas e estabelecer as ligações entre os tópicos. Se tiver mais conhecimento da área pode ir mais longe e se conciliar conhecimento na área com conhecimento global tem tudo para fazer bom jornalismo. Falta a independência (política e económica) para ser livre e isento.

8- Fala-se muito nas divergências entre cientistas/ especialistas e jornalistas. O que origina estes conflitos?

A falta de independência, interesses pessoais, pressões externas, conflitos de interesses, o ter de pagar as contas ao fim do mês, etc. Muitas vezes pode ser, tão somente, a incapacidade de transmitir e/ou perceber a mensagem.

9- Relativamente à pandemia vivida, como classifica a comunicação feita pelos jornalistas?

Globalmente muito boa. Um bom momento do jornalismo e da comunicação social. Muitas notícias atingiram o nível de excelência.

10- Considera que o jornalismo é um instrumento de combate à desinformação?

Se for independente e isento, é uma das armas mais importantes.

11- Considera que existiu uma excessiva abundância de informações em relação à pandemia e consequentemente à covid-19?

O conceito de abundância é relativo. Percebo que para algumas pessoas tenha provocado saturação, mas as pessoas são livres de escolher outros temas. A importância que o jornalismo deu à pandemia também reflete a importância da pandemia nas nossas vidas.

12- Considera que existiu uma negligência para com os outros temas de saúde por parte dos jornalistas?

Não digo negligência, mas a diminuição de notícias sobre outros temas também refletiu a diminuição desses temas na atividade assistencial. No início o desejo de conhecimento do SARS-CoV-2 era dominante. Com o tempo, o equilíbrio é alcançável.

13- O novo coronavírus fez sobressair a pandemia da desinformação. As fake news colocam realmente em perigo a saúde da população ou são sobrevalorizadas?

As fake news são um problema à escala global em todas as áreas. Só com informação isenta e rigorosa podem ser minimizadas. O terreno propício às fake news é a ignorância, indiferença, iliteracia e o interesse/benefício pessoal.

14- Considera que os media promoveram as fake news ou pelo contrário, existiu uma maior preocupação e tentaram ao máximo passar as informações corretas acerca da covid-19?

Há media e media... E aqui também se percebeu as diferenças. Mas globalmente o trabalho jornalístico foi muito bom (ver resposta 9). Nesta área, veja-se o Polígrafo.

15- Um estudo aponta que um dos problemas sentidos pelos jornalistas foi a falta de colaboração das fontes de informação. Os médicos não apresentaram disponibilidade na explicação do novo coronavírus?

Nem sempre é possível ter disponibilidade (ou paciência) para falar a qualquer hora sobre qualquer tema. E, às vezes, para repetir o mesmo para outros órgãos de comunicação social. É frequente fazerem perguntas muito específicas sobre particularidades que podemos não dominar e que não sabemos o que outros colegas disseram (contraditório). Tudo é mais fácil estivermos dentro do assunto (conhecimento), se conhecermos o interlocutor (confiança) e

valorizarmos o órgão da comunicação social (rigor). Aqui, a diferença também está no jornalista/jornalismo: as fontes!

16- Existe a possibilidade de grande parte da informação deficiente, pelo menos nos primeiros meses quando ainda não existiam muitas certezas acerca do vírus, ter sido passada pelos próprios médicos e especialistas?

Os especialistas e os jornalistas só podem passar a informação disponível no momento. Abordar essa incerteza e desconhecimento também faz parte da comunicação.

17- Na sua opinião, a comunicação social poderia ter tido outro tipo de comportamento na transmissão das informações relativas à covid-19?

Fazer diferente é sempre possível e desejável, mas fazer diferente não é sinónimo de fazer melhor. Não sei se na cobertura da pandemia o diferente seria melhor.

18- Em termos gerais, que práticas é que os jornalistas podem alterar para comunicar acerca de saúde de forma mais eficaz?

Melhor conhecimento das realidades práticas, ouvirem mais as pessoas do terreno, libertarem-se de ideias preconcebidas e maior independência e segurança (jurídica, profissional e pessoal). Sintetizo em três palavras que se aplicam a todos nós: curiosidade, humildade e resiliência!

Anexo C- José Manuel Boavida

1- Considera que as pessoas estão melhor ou pior informadas acerca da área da saúde em geral?

Obviamente que a informação sobre saúde está hoje, mais do que nunca, acessível ao público em geral. As pessoas estão mais informadas, o problema reside na falta de regulação, quer das fontes, quer da informação disponibilizada, principalmente online, e na baixa escolaridade que ainda atinge a maioria da população portuguesa.

2- Considera que são os media que definem a importância dos temas relacionados com a saúde?

Os media são, de facto, um dos atores sociais que ajudam na definição dos temas relacionados com a saúde, mas não são os únicos, embora num mundo de “fake news” nem sempre cumpram o papel fundamental de aumento da capacidade crítica dos portugueses.

3- Acha que os media tentam educar a sociedade, através das opiniões que recolhem dos médicos?

Há jornalistas muito competentes, que tentam passar a informação científica que recolhem, o mais corretamente possível. Outros nem por isso. Ouvir as populações e as suas crenças e representações também é fundamental, até para as confrontar com as novas evidências científicas.

4- A comunicação social tem um papel importante na orientação dos cidadãos, em temas relacionados com a saúde?

Repito, mais do que orientar devia ter um papel permanente que contribua para aumentar a capacidade crítica das pessoas, no que diz respeito à saúde e à organização das comunidades e serviços, para a promover e defender.

5- Acha que a comunicação de ciência e saúde seria mais clara caso se transformassem especialistas das áreas em jornalistas?

Não necessariamente, o que importa é a especialização na área. Se são especialistas que vêm para o jornalismo ou se são jornalistas que se especializam, tanto faz.

6- Acha que os jornalistas, ao tentarem simplificar a informação para que as pessoas a compreendam, tendem a distorcê-la e resumi-la em demasia?

Por vezes sim, isso acontece, mas não podemos generalizar. A infantilização das pessoas não é uma boa via.

7- Considera que os jornalistas especializados em saúde têm conhecimento suficiente para cobrir uma área tão específica como esta?

À partida considero que sim, mas, mais uma vez, não podemos generalizar. Há bons e maus jornalistas, mas é necessária a especialização em determinadas áreas temáticas, até para ser capaz de as sintetizar e divulgar de uma forma pedagógica.

8- Fala-se muito nas divergências entre cientistas/ especialistas e jornalistas. O que origina estes conflitos?

Possivelmente, quando o jornalista não compreende a mensagem que o cientista/especialista pretende passar, podendo distorcer-la. Ou quando os cientistas/ especialistas não são capazes de se aproximar da linguagem e culturas das pessoas.

9- Relativamente à pandemia vivida, como classifica a comunicação feita pelos jornalistas?

Acompanharam a onda da pouca preparação para a situação, sem a capacidade crítica necessária. Só a pouco e pouco se foram percebendo erros e mensagens contraditórias. O alarmismo sempre foi inimigo da racionalidade

10- Considera que o jornalismo é um instrumento de combate à desinformação?

Sim, mais do que considerar é sua obrigação..

11- Considera que existiu uma excessiva abundância de informações em relação à pandemia e conseqüentemente à covid-19?

Sim e nem sempre a mais útil para a compreensão da situação. Os alertas sobre as outras doenças agudas ou as doenças crônicas só apareceram quando constatarem o aumento da mortalidade por outras causas.

12- Considera que existiu uma negligência para com os outros temas de saúde por parte dos jornalistas?

Sim. Muitas vezes deixaram-se “infetar” pelo SARS-CoV2.

13- O novo coronavírus fez sobressair a pandemia da desinformação. As fake news colocam realmente em perigo a saúde da população ou são sobrevalorizadas?

Sim as fake news podem induzir as pessoas em erro, e influenciá-las a ter comportamentos que põem em risco a sua saúde e a dos outros. Veja-se o exemplo dos EUA e do Brasil.

14- Considera que os media promoveram as fake news ou pelo contrário, existiu uma maior preocupação e tentaram ao máximo passar as informações corretas acerca da covid-19?

Depende do meio, há jornais que tentam ao máximo passar as informações corretas. Houve muita desinformação, provocada pelo ainda escasso conhecimento sobre a doença covid-19. As redes sociais continuam a ser o meio preferido pelas fake news, mas alguns meios cavalgam-nas na onda do alarmismo e da especulação.

15- Um estudo aponta que um dos problemas sentidos pelos jornalistas foi a falta de colaboração das fontes de informação. Os médicos não apresentaram disponibilidade na explicação do novo coronavírus?

A Direção Geral da Saúde realizou conferências de imprensa diárias e os médicos disponibilizaram-se para prestar declarações à comunicação social. Penso que nem sempre os jornalistas conseguiram fazer as perguntas certas e que a não disponibilização dos dados também foi devido à pouca pressão que exerceram sobre as entidades oficiais ou académicas.

16- Existe a possibilidade de grande parte da informação deficiente, pelo menos nos primeiros meses quando ainda não existiam muitas certezas acerca do vírus, ter sido passada pelos próprios médicos e especialistas?

Aconteceu seguramente porque este vírus apanhou a comunidade científica de surpresa e o conhecimento foi-se construindo em simultâneo. A ciência nunca é um conhecimento final e ela própria tem que se questionar permanentemente.

17- Na sua opinião, a comunicação social poderia ter tido outro tipo de comportamento na transmissão das informações relativas à covid-19?

Sim, poderia ter tido um papel mais educativo e não tanto alarmista e especulativo. A promoção de debates, a clarificação dos pontos de divergência e contradição, a procura das melhores práticas são sempre possíveis de melhorar.

18- Em termos gerais, que práticas é que os jornalistas podem alterar para comunicar acerca de saúde de forma mais eficaz?

Diversificar as fontes de informação, ouvir várias perspetivas antes de divulgar as notícias como se fossem verdades adquiridas, noticiar positivamente e dar mais ênfase às medidas de promoção da saúde, redução de risco da doença e do aumento da capacidade crítica das populações. A promoção da participação destas na construção das alternativas para uma sociedade mais humanista, sustentável e democrática talvez seja a chave para se conseguir profissionais verdadeiramente comprometidos com o futuro de uma sociedade que todos queremos mais saudável e feliz.

Anexo D- Maria José Verdasca

1- Considera que as pessoas estão melhor ou pior informadas acerca da área da saúde em geral?

Melhor .

2- Considera que são os media que definem a importância dos temas relacionados com a saúde?

Muitas vezes sim. Menosprezam um acontecimento positivo e exploram outras à procura do erro.

3- Acha que os media tentam educar a sociedade, através das opiniões que recolhem dos médicos?

Sim, acontece muitas vezes.

4- A comunicação social tem um papel importante na orientação dos cidadãos, em temas relacionados com a saúde?

Sim, tem.

5- Acha que a comunicação de ciência e saúde seria mais clara caso se transformassem especialistas das áreas em jornalistas?

Sim, sem duvida. Por norma quando um médico é entrevistado sobre um tema são informações que facilmente um ouvinte entende, salvo raras exceções. Os jornalistas andam um pouco à volta da notícia.

6- Acha que os jornalistas, ao tentarem simplificar a informação para que as pessoas a compreendam, tendem a distorcê-la e resumi-la em demasia?

É precisamente isso.

7- Considera que os jornalistas especializados em saúde têm conhecimento suficiente para cobrir uma área tão específica como esta?

Alguns preparam-se muito bem.

8- Fala-se muito nas divergências entre cientistas/ especialistas e jornalistas. O que origina estes conflitos?

O cientista tem os resultados de grandes estudos e estatística; o especialista também conhece os estudos mas depois é o terreno em que trabalha mais pratico; o jornalista procura levar o assunto para a área ou forma que lhe interessa como noticia. O que for mais de primeira pagina melhor.

9- Relativamente à pandemia vivida, como classifica a comunicação feita pelos jornalistas?

Normalmente muito negativa. O que está mal? quem falhou? Como se vai resolver?

10- Considera que o jornalismo é um instrumento de combate à desinformação?

Não de todo. Há informação muito boa. Temos excelentes jornalistas, mas também há um tipo de jornalismo “de defesa”. Precisam de trabalhar....

11- Considera que existiu uma excessiva abundância de informações em relação à pandemia e consequentemente à covid-19?

Sim. Aliás as pessoas também só queriam ouvir as noticias mas começaram a ficar doentes psicologicamente.

12- Considera que existiu uma negligência para com os outros temas de saúde por parte dos jornalistas?

Não sei se seria negligência mas tomados por notícias fortes terá havido esquecimento. Algumas vezes, poucas, ouviam-se os médicos dizer que podiam ir às urgências por outras patologias

Por que não um programa curto mas consistente a reforçar conhecimento sobre saúde?

13- O novo coronavírus fez sobressair a pandemia da desinformação. As fake news colocam realmente em perigo a saúde da população ou são sobrevalorizadas?

Faço uma avaliação negativa.

14- Considera que os media promoveram as fake news ou pelo contrário, existiu uma maior preocupação e tentaram ao máximo passar as informações corretas acerca da covid-19?

Há uma maior preocupação em passar a verdade

15- Um estudo aponta que um dos problemas sentidos pelos jornalistas foi a falta de colaboração das fontes de informação. Os médicos não apresentaram disponibilidade na explicação do novo coronavírus?

Penso que não foi pelos médicos em geral, mas dos que centralizam os dados.

16- Existe a possibilidade de grande parte da informação deficiente, pelo menos nos primeiros meses quando ainda não existiam muitas certezas acerca do vírus, ter sido passada pelos próprios médicos e especialistas?

Acredito que sim, pois era uma doença nova todos os dias. Eram apenas possibilidades de como o vírus se poderia comportar à semelhança de outros surtos anteriores.

17- Na sua opinião, a comunicação social poderia ter tido outro tipo de comportamento na transmissão das informações relativas à covid-19?

Penso que sim, mas a excitação de dar as primeiras notícias resultou.

18- Em termos gerais, que práticas é que os jornalistas podem alterar para comunicar acerca de saúde de forma mais eficaz?

Ética comunicacional

Fontes na produção de notícias sobre saúde

Anexo E- Mónica Fonseca

1- Considera que as pessoas estão melhor ou pior informadas acerca da área da saúde em geral?

Nos últimos anos assistimos a uma melhoria no acesso à informação no que diz respeito à saúde. Todavia, na minha prática clínica denoto um claro problema em literacia em saúde.

2- Considera que são os media que definem a importância dos temas relacionados com a saúde?

Os media têm um papel a desempenhar, pois uma parte da população não tem acesso a informação através da internet. A televisão e restantes meios de comunicação social têm um função de informar melhor os cidadãos.

3- Acha que os media tentam educar a sociedade, através das opiniões que recolhem dos médicos?

Infelizmente, penso que não. Aliás, nos últimos anos, muitas são as notícias, programas televisivos e artigos de opinião com assuntos sensacionalistas que mostram acima de tudo o que corre mal e os problemas que existem na saúde.

4- A comunicação social tem um papel importante na orientação dos cidadãos, em temas relacionados com a saúde?

Sim tem.

O ideal seria que esse papel fosse orientado por profissionais de saúde credíveis e competentes. Já assisti a vários programas e li artigos na comunicação social com erros e sem fundamentação científica.

5- Acha que a comunicação de ciência e saúde seria mais clara caso se transformassem especialistas das áreas em jornalistas?

Penso que este problema poderia ser resolvido com uma maior participação das ordens profissionais e associações médicas. Já existem e têm profissionais preparados, que com a ajuda de bons jornalistas conseguiriam realizar um excelente trabalho.

6- Acha que os jornalistas, ao tentarem simplificar a informação para que as pessoas a compreendam, tendem a distorcê-la e resumi-la em demasia?

Não me parece. Por vezes, penso é que falta a devida contextualização por profissionais com competência para os assuntos abordados.

7- Considera que os jornalistas especializados em saúde têm conhecimento suficiente para cobrir uma área tão específica como esta?

Penso que o podem fazer, mas de forma contextualizada e revista por peritos.

8- Fala-se muito nas divergências entre cientistas/ especialistas e jornalistas. O que origina estes conflitos?

O conhecimento. Não me parecem verdadeiros conflitos, simplesmente são divergências de opinião. Existem áreas da ciência/medicina que implicam vários anos de estudo e investimento pessoal.

9- Relativamente à pandemia vivida, como classifica a comunicação feita pelos jornalistas?

Infelizmente... não considero que tenha sido a mais correta. Nem tudo foi mau, obviamente. Todavia, penso que foi dedicado demasiado tempo para questões técnicas que não são facilmente entendíveis pela população em geral. Aliás, existiram comunicações contraditórias. Por outro lado, penso que o critério para a seleção de profissionais para informação não foi o ideal.

10- Considera que o jornalismo é um instrumento de combate à desinformação?

Sim é. Fundamental em democracia, em todas as suas vertentes. Daí a importância de uma comunicação e informação clara, coerente, assertiva e correta.

11- Considera que existiu uma excessiva abundância de informações em relação à pandemia e consequentemente à covid-19?

Sim.

12- Considera que existiu uma negligência para com os outros temas de saúde por parte dos jornalistas?

Não diria negligência. Existiu de facto a priorização da informação para esta temática em detrimento de outras tantas áreas importantes. O eterno exemplo da saúde/doença mental. Existe também graves problemas sócio-culturais que têm impacto na saúde e muitas vezes são esquecidos.

13- O novo coronavírus fez sobressair a pandemia da desinformação. As fake news colocam realmente em perigo a saúde da população ou são sobrevalorizadas?

As fake news são um perigo e risco não só para a saúde. Daí eu insistir numa comunicação assertiva, dirigida e tecnicamente válida.

14- Considera que os media promoveram as fake news ou pelo contrário, existiu uma maior preocupação e tentaram ao máximo passar as informações corretas acerca da covid-19?

Penso que existiu uma preocupação excessiva em fornecer notícias e informações sobre a pandemia. Foram cometidos muitos erros, alguns pelo próprio desconhecimento científico

de alguns aspetos da doença. A necessidade de informação, a necessidade de responder as imensas dúvidas dos cidadãos não deve justificar os meios menos credíveis.

15- Um estudo aponta que um dos problemas sentidos pelos jornalistas foi a falta de colaboração das fontes de informação. Os médicos não apresentaram disponibilidade na explicação do novo coronavírus?

Desconheço o estudo. Desconheço também a recusa dos diferentes profissionais com quem trabalho e que conheço.

16- Existe a possibilidade de grande parte da informação deficiente, pelo menos nos primeiros meses quando ainda não existiam muitas certezas acerca do vírus, ter sido passada pelos próprios médicos e especialistas?

Ouvi várias entrevistas e li vários artigos de opinião de profissionais de várias profissões dos quais desconheço currículo e competências. Alguns não as reconheço.

Por outro lado, existem questões e problemas ainda por responder. Todavia, acredito que a ciência dará essa resposta, a seu tempo, sem histerias ou fake news.

17- Na sua opinião, a comunicação social poderia ter tido outro tipo de comportamento na transmissão das informações relativas à covid-19?

Nem todos os órgãos de comunicação social são iguais e apresentam o mesmo profissionalismo. Alguns erraram profundamente, outros nem por isso. No geral, penso que exageraram e não tiveram o devido e desejável critério.

18- Em termos gerais, que práticas é que os jornalistas podem alterar para comunicar acerca de saúde de forma mais eficaz?

Conhecer bem os temas que pretendem abordar, com o devido apoio dos profissionais mais competentes e com provas dadas. Informação credível e assertiva.

Priorizar a informação em saúde. Fundamental. Porque não aferir também as necessidades de informação da população?

Muito se fala sobre doença, mas pouco sobre saúde. A maioria da minha atividade assistencial é de cuidados preventivos e promoção da saúde!

Penso que é urgente a realização de um estudo de literacia em Portugal. Como médica de família e médica dentista, lido de perto e todos os dias com essa pouca literacia.

Estou disponível caso pretenda avançar ;)

Anexo F – Luísa Meireles

1- Qual a importância de uma agência de notícias no combate à desinformação?

Eu acho que o papel de uma agência de notícias, em particular no combate à desinformação, é muitíssimo grande. Por duas razões: primeiro porque em si, as agências da comunicação e a lusa em particular, têm um grande poder multiplicador de notícias. Em segundo lugar, em Portugal especificamente a Lusa, devido à crise dos media tornou-se o grande difusor de notícias, não só para jornais e media tradicionais, como também os novos media, como os jornais online ou sites de notícias. Este simples facto de ser um multiplicador de notícias é extraordinariamente importante na divulgação das boas notícias e no combate à desinformação, às más notícias. A Lusa, com a sua imagem de credibilidade e rigor, constitui um selo de credibilidade para as notícias que divulga.

Uma agência de notícias é ainda mais importante pelo alcance que tem. Uma vez posta no ar, não pode voltar atrás.

2- Qual é o maior perigo das fake news nos dias de hoje? Ou é sobrevalorizado?

Neste momento, as fake news são o cancro nas nossas sociedades, na medida em que disseminam e têm um alcance geral. Verifica-se pelos estudos feitos de que as notícias eu dizem respeito à política e à saúde, são precisamente as que mais se difundem e que mais pessoas atingem. Citando Hannah Arendt, “a liberdade de opinião é uma farsa quando a opinião factual não está garantida e quando os factos, eles próprios são controversos”. Para mim, condensa muitíssimo bem a importância que tem, ou seja, se a informação factual não está garantida, como é que há liberdade de opinião se os factos são controversos? Nós temos direito à nossa opinião, mas não temos direito aos nossos próprios factos e as pessoas agora estão dentro das redes sociais.

3- Na sua perspectiva, com o surgimento da covid-19 houve uma alteração de rotinas de trabalho por parte dos jornalistas da agência, na tentativa de combate às fake news?

Não. Eu considero que a maior maneira de combater as fake news no jornalismo é o regresso ao básico, ou seja, aquilo que um jornalista aprende na escola, que é verificar, verificar, verificar e fazer o contraditório são os elementos principais. Este princípio é aplicado na Lusa, de um modo geral e quase absoluto. Toda a gente erra, mas quando temos como regra nunca publicar coisas do facebook e contactar a pessoa em causa para confirmar, mostra que temos consciência que os perfis falsos existem. Embora, eu ache que tenha havido um cuidado acrescido porque nós fomos todos inundados com notícias relativas à covid. Houve

especial cuidado em relação a isso, até de identificação das próprias fake news que corriam na comunicação social portuguesa e estrangeira.

4- O imediatismo vivido atualmente e a urgência de notícias relacionadas com a covid-19 pode ter colocado em causa o rigor e a objetividade dos jornalistas? Começou a existir uma maior necessidade de verificação de fontes e confirmação de factos por parte dos jornalistas?

Eu quero crer que não houve alteração em relação a isso. O imediatismo da notícia é uma tentação enorme, quando nós ouvimos uma notícia, a tentação é terrível, mas a verdade é que nós temos de verificar e por isso lhe digo que voltamos sempre ao básico. O facto da Lusa aplicar as regras básicas também garante a sua informação credível e rigorosa. Por vezes os jornalistas da lusa são jornalistas muito frustrados porque sabem de coisas que não podem dizer porque não têm confirmação, porque não fonte para aquilo, não uma fonte que dê a cara. Isto é uma limitação ao trabalho jornalístico mas a Lusa tem de trabalhar assim. As vezes temos de deixar, com grande pena nossa, essas caixas que nós já sabíamos há meses e que não podíamos dar.

5- Por vezes existiu um excesso informacional e uma monotematização. Não pode ter causado uma exaustão e confusão para o leitor ?

A pandemia e a covid esmagaram completamente a vida social, aquilo foi um monotema. Especialmente naquela fase do confinamento em que estávamos muito virados para essas notícias, tudo isto era novo para todos, para os médicos, cientistas, portanto, foi dita muita coisa que depois não se verificou e naquela busca de procurar tudo e perceber o que se passava, foi de facto exaustiva, provocou cansaço e há estudos que mostram, que houve pessoas que efetivamente desligavam dos próprios noticiários. Parece que o resto da vida morreu e relativizou, no caso da saúde, outros casos igualmente graves, continuaram a morrer pessoas de outras doenças que não a covid e toda a gente se preocupava com os dois mortos pela covid. Era manchete. Enquanto que os 15 mortos em acidente de automóvel, 15 mortos por cancro, ataque cardíaco, que é a nossa realidade, passou para segundo plano.

6- Considera que o jornalismo especializado em saúde foi/ está a ser eficaz no combate à desinformação durante a pandemia da covid-19?

Penso que sim. Precisámos dele como nunca. Um jornalista especializado em saúde é um jornalista que já tem um background em que sabe imediatamente se aquilo é notícia ou não e tem ideia e acesso a fontes que lhe garantem se aquilo é verdade ou mentira. Aliás, eu

considero que os jornalistas especializados são uma mais valia numa redação, embora uma redação não possa viver só de jornalistas especializados, mas acho bem que haja o mínimo de especialização nos temas e possa fazer um jornalismo rigoroso. Há uma coisa que é preciso ter em atenção: o cansaço do jornalismo especializado. Às vezes acha que muitas coisas não são notícias, enquanto que o leitor que não é especializado, considera que é notícia. Esse equilíbrio tem de ser feito pelo jornalista especializado.

7- Como é que a própria sociedade pode combater as fake news?

Todos juntos. É como a pandemia. Isto é uma coisa que nos afeta a todos. Ler, ter informação, buscar informação em sites credíveis é um primeiro passo. O segundo passo é ter uma espécie de pequeno alerta, que quando uma cadeia de transmissão das redes nos fazem chegar notícias, ter um espírito crítico para perceber que aquilo é mentira. A outra questão que eu acho importante é educar os mais pequenos, terem aulas de literacia mediática. Ensinar os mais pequenos a ler, a ter espírito crítico, fundamental que seja instilado, alertado nos nossos jovens.

Anexo G- Jornalista não identificado (PV)

1- Qual é o seu background de carreira/ ensino? Licenciiei-me em Ciências da Comunicação na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa em 1998. No mesmo ano fui contratado para um projeto de jornalismo que não chegou a concretizar-se, que incluiu um curso em Técnicas de Agência no Centro Protocolar para a Formação Profissional dos Jornalistas.

2- Quando começou a ser jornalista na área da ciência?

Comecei a trabalhar a área em 2017.

3- Ser jornalista especializado no tema traz vantagens para a forma como é coberto?

A principal vantagem é o conhecimento que se vai ganhando do tema, o domínio progressivo de uma linguagem especializada que é preciso ‘traduzir’ em notícias acessíveis a qualquer leigo. “Resíduos sólidos urbanos” são, para todos os efeitos, “lixo”.

4- E quais são as desvantagens?

Pode levar uma pessoa a estagnar na abordagem aos temas por causa da familiaridade, ou a estabelecer relações comprometidas com as fontes, também por causa dessa familiaridade.

5- Qual a importância do jornalismo especializado na agência Lusa? Eu diria que é especialmente importante porque os clientes da Lusa que também são órgãos de comunicação contam com o trabalho da agência quando não têm meios para determinado serviço. Assim, é importante que a Lusa destaque para esses serviços uma pessoa que domine o tema. Assim, há, à partida, uma garantia de que não se perde a notícia.

6- É preciso ter alguma atenção especial quando se cobre esta área tão específica? Não sinto que esta área requeira uma atenção especial por comparação com outra.

7- Qual é a estratégia que usa para comunicar factos científicos, de modo a que o leitor fique esclarecido?

Tendo a simplificar a linguagem e descrever da forma mais linear possível aquilo de que estou a falar. Na base do método científico está sempre uma hipótese ou uma pergunta. No fim de ler uma notícia, o leitor terá que ficar a saber qual foi a premissa da investigação, terá que ter uma ideia do caminho seguido e do resultado. O jornalista terá que criar uma espécie de atalho, ligando o ponto de partida da investigação ao ponto de chegada. Terá até que, em certos casos, explicar porque é que certa descoberta ou conclusão científica é importante para o leitor ou para a sociedade em geral. Necessariamente, terá que sacrificar muita coisa na descrição do processo e explicar a linguagem técnica sem a desvirtuar.

8- Considera que o jornalista especializado em ciência é apenas um tradutor/descodificador da ciência?

O jornalista descodifica e traduz, com certeza, é essa a substância do trabalho quando a matéria-prima de que parte é uma linguagem altamente codificada. Além de descodificar e traduzir, escolhe um ângulo, uma perspetiva e tem o dever de indagar mais, de procurar respostas que a investigação científica não tem necessariamente que dar nos resultados que apresenta, mas que são fundamentais para o trabalho jornalístico.

9- Ser jornalista especializado ajuda na relação com as fontes? Ajuda ter todas essas ligações na profissão e em específico para uma área tão particular como a que trata?

Para as fontes, ajuda ter um interlocutor dentro da redação a quem sabem que, à partida, interessa a informação que têm. Para o jornalista, a especialização ajuda no conhecimento que tem da área, do que é novo, do que é importante, do que é interessante, o que se reflete nas relações com as fontes, sejam as habituais ou esporádicas.

10- Como minimizar as divergências que existem entre cientistas e jornalistas?

Creio que é essencial aumentar o diálogo entre ambas as classes. Quanto mais fóruns onde ambas se encontrem, mesmo que informalmente, mais diálogo e mais hipótese de criar compreensão e confiança.

11- Nunca se falou tanto em desinformação como agora. Como é que um jornalista combate as *fake news*?

Combate-as mantendo princípios que estão no ADN do jornalismo: rigor, ética, curiosidade, sensatez. Combate-as educando-se constantemente, questionando-se. Combate-as quando não cede à preguiça de fazer mais uma pergunta, de procurar mais uma confirmação.

12- Qual é o papel da Lusa no combate à desinformação?

O papel da Lusa é não mudar no compromisso com os valores do jornalismo. O combate à desinformação é um combate de cada meio de comunicação pela sua sobrevivência.

13- O jornalismo, responsável pela credibilidade das informações, está sujeito à ditadura da urgência e do imediato, sendo posto de parte o rigor e a confirmação de factos. Esta mudança contribui para a propagação das *fake news*?

Acho que tem algum papel. Quanto mais se exige imediatez, mais se arrisca errar, mais se sacrifica a reflexão.

14- A propósito da pandemia da covid-19, a desinformação relacionada com o vírus é uma preocupação cada vez mais presente. Não terá existido um excesso informacional e uma monotematização por parte dos media?

Acho que a monotematização é um problema mais agudo na fase atual, em que a cobertura de assuntos relacionados com a covid-19 se tornou uma rotina. Há perguntas que não estão a ser feitas. A noção do “novo normal” é pernicioso, porque supõe que a profunda alteração que se verifica na sociedade deixa de ser algo a questionar. E temos um sistema de saúde com gravíssimas carências que não está a dar a resposta necessária a milhões de pessoas. Enquanto olhamos para tudo o que diz respeito à covid-19 tentando não perder nada de vista, estamos a virar a cara a problemas gravíssimos que são uma ameaça tão ou mais real e premente do que a pandemia.

15- Há quem aponte o jornalismo como um instrumento de combate à desinformação e de controlo da pandemia. Quais são as principais preocupações de um jornalista quando informa acerca da covid-19?

São as preocupações que devem nortear qualquer trabalho jornalístico. Rigor, ética, curiosidade. Ainda mais apuradas, tratando-se de um tema tão incandescente.

16- Quais foram as transformações efetuadas na própria redação da Lusa para tentar minimizar a desinformação?

A Lusa tem organizado ações públicas para denunciar a profusão de notícias falsas. Na verdade, não sou a melhor pessoa para falar disso porque não as tenho acompanhado. Não consigo apontar transformações concretas a nível da redação que tenham sido dirigidas para minimizar a desinformação. Essa sempre foi uma preocupação latente, embora antes não nos referíssemos a “fake news”. Uma redação é permanentemente “assaltada” por agentes de desinformação, por vezes perfeitamente legitimadas na sociedade, como agências de comunicação, assessores ou outros porta-vozes de organizações com interesses em conflito.

17- Existe a possibilidade de grande parte da informação deficiente, pelo menos nos primeiros meses quando ainda não existiam muitas certezas acerca do vírus, ter sido passada pelos próprios médicos e especialistas?

Existe essa possibilidade. Em alguns casos, existe certeza. A informação dos médicos e especialistas, e mesmo das autoridades de saúde, não era, à partida, completa nem rigorosa. Ainda hoje, as fontes de informação sérias admitem que não sabem tudo. Não quero dizer que, na maior parte dos casos, houvesse uma intenção deliberada de enganar ou de transmitir informação deficiente. Houve, no entanto, ignorância e incerteza em relação a uma circunstância nova, a uma doença nova, uma incerteza que ainda hoje se manifesta e que leva a que se contradiga hoje o que se afirmava há alguns meses.

18- Existiu uma maior relação entre cientistas/ médicos e jornalistas?

Existiu, porque aumentaram as perguntas que eram necessárias nessas áreas e aumentaram os contactos.

19- O jornalista alterou as suas rotinas e práticas de trabalho para noticiar acerca da covid-19?

O teletrabalho generalizou-se. A redação deixou de funcionar como um organismo. Estar a assistir a qualquer conferência de imprensa ou fórum público através de plataformas como o Zoom não é, de forma alguma, como estar em presença. A capacidade de informar é condicionada. A capacidade de fazer perguntas é limitada. As perguntas são racionadas. A presença dos órgãos de comunicação social é sorteada. No início, a situação era de exceção. Agora, quase meio ano depois, já não é. Normalizou-se. Na minha opinião, é lamentável, perigoso e inaceitável.

20- Considera que o jornalismo especializado na Lusa foi eficaz no combate à desinformação durante a covid-19?

Considero que sim. De certa forma, todo o fio noticioso da Lusa se especializou e virou para o tema dominante. Como sempre, o jornalismo na Lusa manteve a preocupação com o rigor e a verdade. Estamos no meio da tempestade, com certeza houve erros. Diariamente, aliás. É ainda cedo para fazer um balanço.

21- Como é que a própria sociedade pode combater as fake news?

Pode educar-se. Pode adquirir o sentido crítico. Pode parar e pensar antes de agir. Pode parar e pensar, apenas. Sobretudo, pode desligar-se das redes sociais. Mas não creio que o faça. A ignorância é pandémica, sobretudo quando o espaço e o discurso públicos são dominados por um tribalismo fácil, venenoso e contagioso.

Anexo H- Elsa Resende

1- Qual é o teu background de carreira/ ensino? Licenciatura em ciências da comunicação pela Universidade Nova de Lisboa. Curso profissional de técnicas de agência pelo Cenjor – Centro Protocolar de Formação Profissional de Jornalistas. Pós-graduação em jornalismo judiciário pela Universidade Católica. Curso de iniciação à astronomia pelo Instituto de Astrofísica e Ciências do Espaço. Workshop sobre jornalismo e cancro da mama.

Formação completa em espanhol (Instituto Cervantes), avançada em italiano (Instituto Italiano de Cultura) e inicial em alemão (Instituto Goethe).

Colaboração em jornais locais (Almada e linhas de Sintra e Cascais) antes de trabalhar na Lusa, onde comecei como correspondente da Área Metropolitana de Lisboa, seguindo depois para o Piquete da Noite e para a secção Sociedade, onde estou atualmente.

2- Quando começaste a ser jornalista na área da ciência? Em dezembro de 2013.

3- Ser jornalista especializado no tema traz vantagens para a forma como é coberto?

Sim. Quando se acompanha mais de perto um assunto, sabe-se o que há de novo e o que não há (um dos critérios para se fazer uma notícia), o que é realmente importante e o que não é e, assim, não se é tão facilmente enganado.

4- E desvantagens?

A grande desvantagem é já não se ver nada de novo num assunto que se conhece e trabalha

há muito tempo, o cair na rotina que desgasta. **5- Qual a importância do jornalismo especializado na agência Lusa?** Muita, é sempre bom haver jornalistas com conhecimentos sobre determinadas matérias porque isso facilita e credibiliza o trabalho produzido. **6- É preciso ter alguma atenção especial quando se cobre esta área tão específica?** Sim. Sendo uma área muito técnica, tem de se perceber o 'cientês' e traduzi-lo para que toda a gente possa entender. Cabe também ao jornalista fomentar a literacia científica.

7- Qual é a estratégia que usas para comunicar factos científicos, de modo a que o leitor fique esclarecido?

Nem sempre é fácil, mas tento aproximar o leitor do assunto, agarrá-lo com algo que o possa cativar, suscitar interesse/curiosidade. Não podendo fugir a certos conceitos, explico-os o melhor que sei, e nisso peço ajuda aos próprios cientistas quando lhes coloco perguntas/dúvidas. Compete ao jornalista fomentar também a literacia científica.

8- Consideras que o jornalista especializado em ciência é apenas um tradutor/descodificador da ciência?

Não, de todo. O jornalista faz perguntas e das perguntas resultam respostas que podem dar ou não uma notícia. Nem sempre o que os cientistas dizem ou fazem é notícia. Algo pode ser relevante para eles, do ponto de vista do trabalho científico, mas muito pouco relevante para o público em geral. Nós, jornalistas, escrevemos para todos, não apenas para os cientistas/interessados em assuntos relacionados com a ciência.

9- Ser jornalista especializado ajuda na relação com as fontes? Ajuda ter todas essas ligações na profissão e em específico para uma área tão particular como a que trata?

Naturalmente, a partir do momento em que se acompanha com maior permanência determinados assuntos/áreas, as fontes vão conhecendo melhor o jornalista e o jornalista vai fidelizando as fontes. Isto é válido para a prática jornalística em geral, mas também para as áreas específicas em que se trabalha.

10- Como minimizar as divergências que existem entre cientistas e jornalistas?

Divergências? Não considero que haja divergências. Acho, até, que há uma atitude colaborativa de parte a parte. Os cientistas, em geral, já se esforçam por descodificar mais o seu discurso, porque têm a perceção de que se não forem compreendidos a sua mensagem não chega às pessoas, a quem se destina o seu trabalho. Por outro lado, os jornalistas, se forem humildes e disserem de início aos cientistas ao que vão, o que pretendem e que a ideia

é que toda a gente entenda o trabalho do cientista, então ficam estabelecidas as bases para uma relação de confiança e cooperação com um fim em comum, o de informar com clareza (e interesse) as pessoas sobre um facto científico relevante.

11- Nunca se falou tanto em desinformação como agora. Como é que um jornalista combate as *fake news*?

Confirmando (e reconfirmando) a informação, ouvindo todas as partes atendíveis. Na dúvida... não se faz notícia.

12- Qual é o papel da Lusa no combate à desinformação?

O mesmo que é para todos os órgãos de informação. A Lusa tem é uma responsabilidade acrescida, e por isso deve redobrar cuidados: sendo uma agência que fornece notícias para outros meios, o erro e uma informação mal dada espalham-se como um rastilho. Se a Lusa tem de ser mais rápida do que os outros órgãos a dar a informação (é para isso que serve uma agência, fornecer a notícia a outros órgãos), também tem de ser rigorosa a dar essa informação. Esse é o nosso dilema, desafio todos os dias.

13- O jornalismo, responsável pela credibilidade das informações, está sujeito à ditadura da urgência e do imediato, sendo posto de parte o rigor e a confirmação de factos. Esta mudança contribui para a propagação das *fake news*?

A urgência de dar primeiro uma notícia (num contexto de grande competição) pode contribuir para notícias menos corretas, rigorosas.

14- A propósito da pandemia da covid-19, a desinformação relacionada com o vírus é uma preocupação cada vez mais presente. Não terá existido um excesso informacional e uma monotematização por parte dos media?

O excesso de informação não significa necessariamente desinformação, reflete, no caso de uma pandemia causada por um vírus desconhecido, a evolução dos acontecimentos, nem sempre linear e coerente. A pandemia da covid-19 tem, de facto, dominado os noticiários, porque é algo novo, inesperado, que afeta todos, a nossa vida, em qualquer parte do mundo. Os jornalistas estão a escrever a história desta pandemia - com efeitos inéditos e que ainda não acabou - e que há de ser reescrita pelos historiadores. Pode parecer ao público uma catrefada de notícias, por vezes contraditórias. Mas, na verdade, tudo é novo, não há certezas de nada, nem mesmo os cientistas que estudam o novo vírus têm certezas. O que hoje é verdade, amanhã não será bem assim e poderá ser mentira.

15- Há quem aponte o jornalismo como um instrumento de combate à desinformação e de controlo da pandemia. Quais são as principais preocupações de um jornalista quando informa acerca da covid-19?

Acima de tudo, informar com responsabilidade, uma vez que se trata de uma doença contagiosa (e mortal) nova à escala global. Informar e esclarecer as pessoas, sem gerar alarmismos.

16- Quais foram as transformações efetuadas na própria redação da Lusa para tentar minimizar a desinformação?

Não sei responder.

17- Existe a possibilidade de grande parte da informação deficiente, pelo menos nos primeiros meses quando ainda não existiam muitas certezas acerca do vírus, ter sido passada pelos próprios médicos e especialistas?

Não digo grande parte, mas alguma, talvez. Trata-se de um vírus novo que os especialistas, eles próprios, estão a estudar ainda. Hoje já se sabe muita coisa, mas há muitas mais coisas que ainda não se sabe, nem mesmo os médicos e os cientistas.

18- Existiu uma maior relação entre cientistas/ médicos e jornalistas?

Maior frequência nos contactos e pedidos de esclarecimento, sim, o assunto assim o exige.

19- O jornalista alterou as suas rotinas e práticas de trabalho para noticiar acerca da covid-19?

A dada altura passou só a fazer notícias sobre a covid-19, incluindo os jornalistas que habitualmente não abordam os assuntos de saúde ou ciência. A pandemia afetou todos os setores da sociedade, em todo o mundo, por isso todos os jornalistas foram convocados.

20- Consideras que o jornalismo especializado na Lusa foi eficaz no combate à desinformação durante a covid-19?

Não sei se foi eficaz ou não, sinceramente. Eu própria fui apanhada pelo turbilhão de estudos e contraestudos, opiniões e contraopiniões sobre algo novo, desconhecido e a acontecer.

21- Como é que a própria sociedade pode combater as fake news?

Com literacia e leitura crítica.

Anexo I - Susana Oliveira

1- Qual é o seu background de carreira/ ensino?

Entrei na agência Lusa em 1994, no ano em que Lisboa foi ‘Capital da Cultura’

Depois de ter estado 4 anos como correspondente da agência nos concelhos de Amadora, Loures e Sintra, integrei a equipa da secção País, responsável por notícias de âmbito regional. Fui redatora e editora-adjunta da secção.

Fui também redatora e editora do piquete da manhã e integrei depois a equipa da secção Sociedade, onde estive como editora adjunta alguns anos com responsabilidade em todas as áreas da secção.

Editei igualmente o piquete da noite, com responsabilidades de edição em todas as secções da agência (do desporto ao Internacional, passando pela Economia e Sociedade).

Depois, passei novamente para a Sociedade, desta feita como Editora e, neste momento estou como redatora do Piquete da manhã, com a atribuição (partilhada com outra colega de trabalho) das notícias da área da Saúde, apesar de não ser em dedicação exclusiva pois os piquetes exigem sempre que se agarre a realidade diariamente com temas e em áreas diversas.

2- Quando é que começou a trabalhar na agência Lusa?

Respondido na pergunta acima.

3- Ser jornalista especializado ajuda na relação com as fontes? Ajuda ter todas essas ligações na profissão e em específico para uma área tão particular como a que trata?

O jornalismo especializado ajuda tanto na relação com as fontes como no apoio que podemos dar a outros colegas, nalgumas circunstâncias, que não dominam tanto a matéria. Claro que ao fazer uma mesma área há anos as fontes já te conhecem e a informação muitas vezes já chega até ti mais facilmente. Mas o trabalho de manutenção de fontes e procura de novas é constante. Nunca acaba.

4- Com o surgimento da internet, o que é que mudou no jornalismo especializado, nomeadamente na área da saúde?

O jornalismo, em si, não mudou. As regras são as mesmas. O que mudou foi a forma como as pessoas encaram o acesso à informação. Com as redes sociais, o que aconteceu foi que a nossa tarefa se tornou cada vez mais exigente, para não ceder à tentação de, na ânsia de dar a informação primeiro, deixar de cumprir algumas daquelas nossas “regras sagradas” (deontologia).

5- Ser jornalista especializado no tema traz vantagens para a forma como é coberto? E desvantagens?

Claro que se um jornalista se consegue dedicar a uma área em específico (cada vez há menos tempo para isso numa redação) há grande vantagem sobretudo para o público, que acaba por ter um trabalho mais esclarecido. Por vezes um jornalista especializado capta nuances que escapam a quem habitualmente não sobre essas matérias. De qualquer forma, um jornalista tem de ser sempre capaz de tratar qualquer assunto. Se não domina, lê sobre ele antes de escrever. É essa a nossa obrigação.

6- Como é reportar a sua área nos dias de hoje?

Nos dias de hoje é uma loucura. Há tanta informação disponível, muita dela não verificada, e é uma área com tanta visibilidade e importância que a nossa tarefa se torna cada vez mais complexa. Não só comunicar saúde, mas também tentar esclarecer as pessoas e mostrar-lhes que nem tudo o que vão lendo nas redes sociais e na Net é verdade. Na realidade, faz sobressair cada vez mais a importância do papel de informar, mas com clareza e verdade. No fundo, dar às pessoas uma informação esclarecida e sempre verificada.

7- É preciso ter alguma atenção especial quando se cobre esta área tão específica?

É preciso ter sempre a mesma atenção com todas as áreas. Cumprir as regras e informar de forma simples, clara, direta e rigorosa, cumprindo sempre, escrupulosamente, o Código Deontológico da profissão.

8- Quais são os assuntos da agenda em destaque ao reportar a área da saúde?

O assunto em destaque na área da saúde este ano tem sido sempre a pandemia. Quando à agenda, tudo o que esteja relacionado com a covid-19 é um assunto de interesse e que incorpora a agenda da saúde este ano. E incorporará enquanto a pandemia durar. De qualquer forma, a agenda também somos nós que a fazemos quando procuramos novos assuntos/histórias...

9- Fala-se muito na fraca qualidade das notícias especializadas. Alguns autores defendem que seria mais vantajoso transformar especialistas da área em jornalistas, por darem um maior contributo à sociedade para o entendimento da matéria. Concorda?

Não, não concordo. Os especialistas da área depois não conseguem escrever para o público em geral. Fecham-se no seu vocabulário e dizem coisas que se não forem descodificadas pelos jornalistas não são perceptíveis por todos, como devem ser.

O que acho é que com o boom das redes sociais e das fake news o jornalismo perdeu qualidade. Mas no seu todo, não o jornalismo especializado.

10- Considera que existe uma insuficiência na formação jornalística (analfabetismo científico) relativamente ao jornalismo especializado?

Considero que as redações hoje em dia têm muito pouca memória. Cada vez há menos jornalistas com experiência que possam acompanhar os jovens que entram para renovar a profissão e isso faz com que quem entra acabe por vezes por se deixar influenciar pela necessidade do ‘clique’ nas notícias (nos sites dos OCS) e da rapidez e descure a qualidade. Ora se os novos não forem bem acompanhados começam a escrever achando-se especialistas numa área que mal conhecem... leva muitos anos até um jornalista poder ser considerado especializado. No fundo, como aprendemos sempre, estamos sempre a especializar-nos.

Outra das lacunas que noto é o pouco tempo que a falta de gente nas redações nos deixa para aprofundarmos a especialização com formações à margem.

11- Qual é a estratégia que usa para comunicar factos científicos, de modo a que o leitor fique esclarecido?

A mesma que uso para comunicar em todas as matérias que escrevo, enquanto jornalista de piquete, para outras matérias, sejam elas relatórios de ambiente, comunicados da GNR, reportagens sobre a falta de casas com preços acessíveis para as famílias, ou outro assunto: aplico as regras da escrita de agência: a escrita deve ser sempre clara, precisa, concisa e imparcial. Tudo, claro, sem descurar a rapidez. É essa a ‘magia’.

12- Como minimizar as divergências que existem entre cientistas e jornalistas?

Eu não acho que existam divergências... não tem de haver divergência alguma. Os cientistas fazem ciência e os jornalistas jornalismo. Não percebo a que divergências te referes...

13- Considera que os jornalistas de saúde têm a capacidade de alterar comportamentos na sociedade com aquilo que transmitem?

Claro que qualquer jornalista tem essa capacidade, quando comunica bem. Isso é mais notório na Saúde pois é uma área a que as pessoas dão cada vez mais atenção.

14- Nunca se falou tanto em desinformação como agora. Como é que um jornalista combate as *fake news*?

Verificando sempre com o cruzamento de fontes as informações a que tem acesso e usando sempre fontes credíveis e ajustadas a cada um dos assuntos que trabalha. Se estou a preparar, por exemplo, um trabalho sobre o Dia do Coração e a importância de mudar comportamentos para travar as doenças cardiovasculares não vou falar com um médico radiologista... falo quanto muito com cardiologistas e médicos de família, por exemplo.

E nunca nos deixarmos levar por informações que circulam sem fonte. Para mim, o que não tem fonte não é válido. Pode apenas partir de ponto de investigação.

15- Qual é o papel da Lusa no combate à desinformação?

É gigante. É a única agência de notícias do país e serve todos os órgãos de comunicação social. Muitos partem para o seu dia a partir das notícias da Lusa e isso diz tudo sobre o nosso papel. Sempre ouvi a frase: “Se está na Lusa é porque é verdade”. E espero continuar a ouvi-la...

16- O jornalismo, responsável pela credibilidade das informações, está sujeito à ditadura da urgência e do imediato, sendo posto de parte o rigor e a confirmação de factos. Esta mudança contribui para a propagação das *fake news*?

Claro que qualquer ditadura da rapidez prejudica o jornalismo, pelas razões acima descritas. A Lusa é quase um oásis nesse mundo. Como somos fonte para muitos, temos alguma margem de tempo quando agarramos assuntos que partem de nós. Claro que no dia a dia enfrentamos a pressão da rapidez, mas isso aprende-se a gerir. Prefiro dar a informação 5 minutos depois, mas não ter de a corrigir.

17- A propósito da pandemia da covid-19, a desinformação relacionada com o vírus é uma preocupação cada vez mais presente. Não terá existido um excesso informacional e uma monotematização por parte dos media?

Sim, houve claramente. Mas o público também estava à espera disso. E, no fundo, tudo andou à volta do covid-19 com a pandemia. A vida das pessoas foi reorganizada nesse sentido.

18- Não existiu uma exaustão do tema e uma negligência para com os outros temas de saúde?

Houve uma negligência para com as outras doenças, por parte das autoridades de saúde, quanto muito. Os jornalistas fizeram o seu trabalho e foram muitas as vezes que se escreveu que muitas doenças ficaram por diagnosticar e que o SNS não teria meios de recuperar sozinho, sem apoio das IPSS e, eventualmente, dos privados. Contudo, há uma parte da saúde das pessoas que não foi tratada e essa não se recupera nunca, claro. Mas isso não é uma questão que tenha que ver com os jornalistas, mas sim com as estratégias usadas no combate à pandemia pelas autoridades de saúde para não sobrecarregar o sistema e impedir o colapso do SNS.

19- Há quem aponte o jornalismo como um instrumento de combate à desinformação e de controlo da pandemia. Quais são as principais preocupações de um jornalista de saúde quando informa acerca da covid-19?

As mesmas que tem quando trata outros temas. As nossas preocupações são sempre as mesmas: cumprir as regras e, sobretudo agora, ter cada vez mais cuidado com as fontes escolhidas, verificar a informação e cruzar fontes, se necessário, cumprindo sempre o código deontológico.

20- Existiu uma maior relação entre cientistas/ médicos e jornalistas? O acesso às fontes tornou-se mais fácil?

Sim, talvez se tenha estreitado esta relação pois o tema dominante foi a Saúde. E sim, os médicos e cientistas parecem-me mais próximos dos jornalistas, mais disponíveis e sobretudo perceberam a importância de saber comunicar bem os assuntos.

21- Existe a possibilidade de grande parte da informação deficiente, pelo menos nos primeiros meses quando ainda não existiam muitas certezas acerca do vírus, ter sido passada pelos próprios médicos e especialistas?

Toda a informação que se conhece foi divulgada por médicos (especialistas) ou cientistas. Mas isso não quer dizer que tenham deliberadamente enganado as pessoas. Ainda hoje há muita coisa que se desconhece deste vírus...

É natural que quando o assunto não é conhecido surjam imprecisões. A ciência também avança e recua para progredir...

22- O jornalista alterou as suas rotinas e práticas de trabalho na produção de notícias sobre a covid-19?

Alterou apenas porque passou a trabalhar em casa e isso dificulta o diálogo e a troca de opiniões sobre os assuntos.

Mas não alterou a forma como produz notícias. Essa é sempre a mesma, com as mesmas regras. A meu ver, em termos de quantidade, produziu mais.

23- Considera que o jornalismo especializado em saúde na Lusa foi eficaz no combate à desinformação durante a covid-19?

Sim. Aliás a Lusa é sempre eficaz no combate à desinformação. E isso tem-se visto ao longo dos anos. Quando alguém quer tirar dúvidas sobre uma informação, vai ver o que a Lusa escreveu.

24- Quais foram as transformações efetuadas na própria redação da Lusa para tentar minimizar a desinformação?

Aplicamos em casa os mesmos cuidados/regras da redação quando fazemos jornalismo. Quanto muito, todos ficámos mais despidos para a quantidade de fake news e de notícias pouco esclarecedoras a circular nas redes sociais e na internet.

25- Como é que a própria sociedade pode combater as fake news?

O sentido crítico sobre as coisas que lemos é o mais importante. Desconfiar sempre e usar boas fontes de informação. Se uma informação que circula na Net não nos parece real é confirmar com os ditos jornais de referência e com o que escreve a Lusa

Por outro lado, também é preciso uma boa dose de alfabetização da nossa população para o uso das novas tecnologias e para o perigo e os riscos de acreditar em tudo o que lê. Por vezes as pessoas nem sabem bem os meios pelos quais podem ser manipuladas e por isso não estar alerta.

É preciso não ler só o título (muitas vezes o texto nem corrobora o título usado para ter mais ‘cliques’), ver se a fonte da informação é credível, ver quem é o autor (há muita informação não atribuída a circular e é meio caminho andado para a fake new), é preciso confirmar as datas das publicações (muitas informações a circular no dia são de há meses e anos e as pessoas nem reparam) e, o mais importante, é preciso sair da ‘bolha’ das redes sociais e ler jornais e ver noticiários.

Contudo, a dificuldade de identificar notícias falsas é transversal a todos, mesmo aos que têm melhor escolaridade.

Anexo J- Helena Neves Marques

1- Qual é o seu background de carreira/ ensino?

12.º ano e curso do Cenjor

2- Quando é que começou a trabalhar na agência Lusa?

Em maio de 1990 (30 anos)

3- Ser jornalista especializado ajuda na relação com as fontes? Ajuda ter todas essas ligações na profissão e em específico para uma área tão particular como a que trata?

Ajuda imenso porque as fontes acabam por ter confiança no trabalho do jornalista e manifestam uma maior abertura e disponibilidade ao mesmo tempo que alertam para situações que podem vir a dar notícia.

4- Com o surgimento da internet, o que é que mudou no jornalismo especializado, nomeadamente na área da saúde?

Foi uma grande ajuda em termos de rapidez de procura de informação, mas por outro lado é preciso ter uma atenção redobrada na informação publicada, tentando sempre ir a sites fidedignos para ultrapassar este problema.

5- Ser jornalista especializado no tema traz vantagens para a forma como é coberto? E desvantagens?

Traz vantagens no sentido de se aprofundar os assuntos, tentar ir mais além da informação divulgada. Como desvantagens, aponto o facto de passarmos a desvalorizar alguns temas porque achamos que já “não é notícia”.

6- Como é reportar a sua área nos dias de hoje?

Muito difícil, sobretudo em tempos de pandemia, em que há muita desinformação e, por outro lado, deixou-se de ir a muitos “serviços” presencialmente, o que impede muitas vezes de questionar os intervenientes.

7- É preciso ter alguma atenção especial quando se cobre esta área tão específica? Sim, como em todas as outras áreas. É preciso estar atento, fazer o contraditório e analisar sempre a veracidade dos factos e não embarcar em informação veiculadas por fontes não oficiais ou por redes sociais.

8- Quais são os assuntos da agenda em destaque ao reportar a área da saúde?

Política de saúde, conferências das autoridades da saúde, como a DGS, a Ordem dos Médicos, o Instituto Ricardo Jorge (INSA), apresentações de relatórios como a situação do VIH/Sida, da Diabetes, do cancro, o Orçamento do Estado, manifestações, protestos de sindicatos da saúde, apresentações de iniciativas como movimentos promovidos pelos cidadãos ou entidades.

9- Fala-se muito na fraca qualidade das notícias especializadas. Alguns autores defendem que seria mais vantajoso transformar especialistas da área em jornalistas, por darem um maior contributo à sociedade para o entendimento da matéria. Concorda?

Não concordo, cada um na sua área.

10- Considera que existe uma insuficiência na formação jornalística (analfabetismo científico) relativamente ao jornalismo especializado?

Acho que depende do investimento que cada jornalista e órgão de comunicação social faz na dedicação à área.

11- Qual é a estratégia que usa para comunicar factos científicos, de modo a que o leitor fique esclarecido?

Tentar explicar ao máximo a informação para que o leitor entenda, uma vez que a linguagem muitas vezes utilizada pelos investigadores é muito técnica.

12- Como minimizar as divergências que existem entre cientistas e jornalistas?

No meu caso, nunca tive problemas. Tem havido sempre um bom diálogo, acho que isso é o mais importante e ser fiel às suas explicações.

13- Considera que os jornalistas de saúde têm a capacidade de alterar comportamentos na sociedade com aquilo que transmitem?

Acho que sim, devido ao papel importante que podem ter em informar a população e aumentar assim a sua literacia em saúde.

14- Nunca se falou tanto em desinformação como agora. Como é que um jornalista combate as *fake news*?

Tentando sempre confirmar os factos, ouvindo todas as partes envolvidas.

15- Qual é o papel da Lusa no combate à desinformação?

A Lusa tem tido um papel importante neste combate, tendo promovido nomeadamente uma conferência com a agência espanhola Efe, em Lisboa, com o tema “combate às fake news - uma questão democrática.

Também realizou encontros com os trabalhadores e realizou uma formação sobre como detetar e combater as fake news.

O seu papel é muito importante e vai ao encontro da sua filosofia que é o rigor da informação nas notícias, que nunca podem ser dadas sem fontes, sem ter o contraditório, quando este é exigido, e sem confirmação dos factos.

16- O jornalismo, responsável pela credibilidade das informações, está sujeito à ditadura da urgência e do imediato, sendo posto de parte o rigor e a confirmação de factos. Esta mudança contribui para a propagação das *fake news*?

Sim, contribui. Por isso, cada vez o papel do jornalista é de maior responsabilidade e não se deixar ir atrás dessa ditadura da urgência.

17- A propósito da pandemia da covid-19, a desinformação relacionada com o vírus é uma preocupação cada vez mais presente. Não terá existido um excesso informacional e uma monotematização por parte dos media?

Acho que isso aconteceu, infelizmente.

18- Não existiu uma exaustão do tema e uma negligência para com os outros temas de saúde?

Sem dúvida, a pandemia passou a dominar quase em 100% a informação sobre saúde, mas também todas as outras áreas, o que até levou, no meu entender, a um afastamento do leitor.

19- Há quem aponte o jornalismo como um instrumento de combate à desinformação e de controlo da pandemia. Quais são as principais preocupações de um jornalista de saúde quando informa acerca da covid-19?

Dar informação correta, isenta e não alarmista.

20- Existiu uma maior relação entre cientistas/ médicos e jornalistas? O acesso às fontes tornou-se mais fácil?

No início, essa relação foi mais fácil, mas foi-se tornando mais difícil com o passar do tempo, talvez por exaustão.

21- Existe a possibilidade de grande parte da informação deficiente, pelo menos nos primeiros meses quando ainda não existiam muitas certezas acerca do vírus, ter sido passada pelos próprios médicos e especialistas?

Acho que sim, mas atribuo essa situação há pouca informação que havia sobre a doença.

22- O jornalista alterou as suas rotinas e práticas de trabalho na produção de notícias sobre a covid-19?

Não, alterou foi as suas rotinas no sentido de que as suas prioridades passaram a ser a covid-19.

23- Considera que o jornalismo especializado em saúde na Lusa foi eficaz no combate à desinformação durante a covid-19?

Penso que sim, porque tentou dar sempre informação fidedigna e mostrar a realidade através dos “olhos” dos jornalistas que estão no terreno em todo o país, através de reportagens.

24- Quais foram as transformações efetuadas na própria redação da Lusa para tentar minimizar a desinformação?

Foram as ações que já referi, mas a Lusa sempre teve o mesmo objetivos desde a sua fundação e não faz (ou tenta não fazer) notícias sem fontes e informação oficiais.

25- Como é que a própria sociedade pode combater as *fake news*?

Indo procurar informação em órgão de comunicação social e sites de entidades credíveis e não em redes sociais ou outras fontes sem credibilidade.